



edições
sos corpo

>> CONECTANDO

ORGANIZAÇÃO E ATUAÇÃO

FEMINISTAS <<

CARMEN SILVA

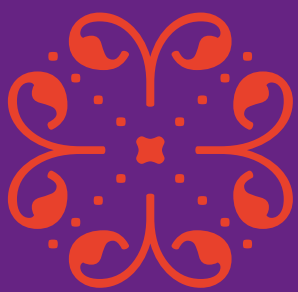
SILVIA CAMURÇA

LUTAMOS POR

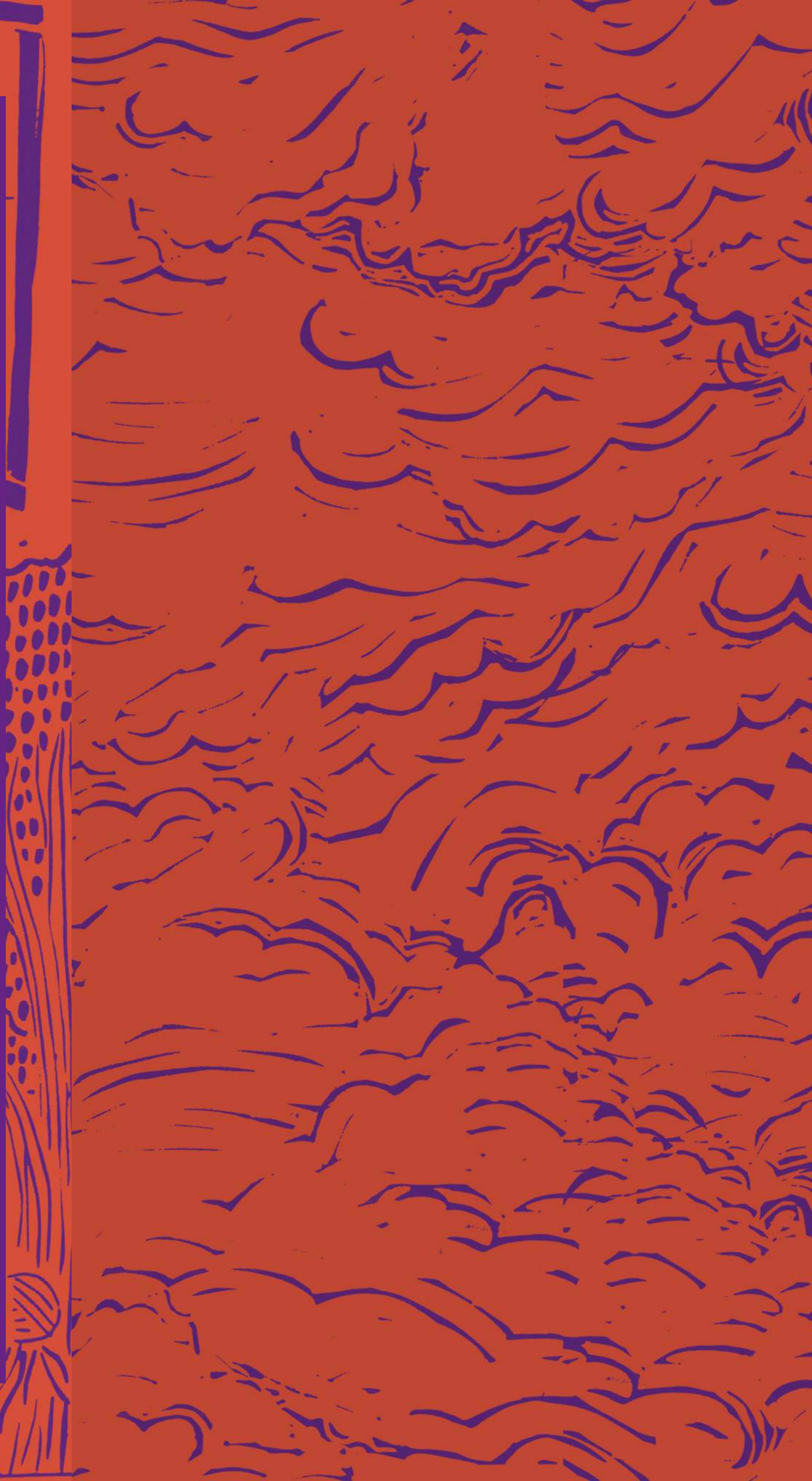
DIA S
MULHERES
VIRÃO!

DEBILITADOS

NOSSA LUTA
É
TODO DIA!



O SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, de caráter político profissional, com sede em Recife, capital do estado de Pernambuco, no nordeste do Brasil. Em 1981, um grupo de mulheres fundou em Recife esta organização chamada, à época, SOS Corpo - Grupo de Saúde da Mulher. Militantes do movimento feminista, profissionais de várias áreas trabalhando em lugares diversos queriam, naquele momento, inventar uma outra forma de articular projetos políticos com projetos profissionais. Mais do que isso, queriam trabalhar as questões políticas e sociais com outras mulheres; experimentar novos meios de educação popular para a cidadania e para a transformação social; produzir conhecimento e criar experiências alternativas; construir novos direitos, através do fortalecimento da luta coletiva, voltados para a liberdade e a igualdade das mulheres, considerando a superação das desigualdades enfrentadas pelas mulheres como questão principal para fundamentar as estratégias de ação da nova organização que se formava. O SOS CORPO é uma organização que, guardando os compromissos de sua origem, segue atuando em prol da democracia no país, defendendo a igualdade de gênero e raça com justiça social e ambiental.





CONECTANDO ORGANIZAÇÃO E ATUAÇÃO FEMINISTAS

CARMEN SILVA
SILVIA CAMURÇA



edições
sos corpo

RECIFE, 2024



CONECTANDO ATUAÇÃO E ORGANIZAÇÃO FEMINISTAS
Edições SOS Corpo · Coleção Mulheres em Movimento

Edição _ Carmen Silva
Elaboração _ Carmen Silva e Silvia Camurça
Design Gráfico _ Nathalia Queiroz
Ilustrações _ Luiza Morgado e Nathalia Queiroz
Revisão _ Cristina Lima

SOS Corpo, Recife, 2024 · Tiragem: 500 exemplares

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Silvia, Carmen
Conectando organização e atuação feministas / Carmen Silvia, Silvia Camurça. -- 1. ed. -- Recife, PE : Ed. das Autoras, 2024.

ISBN 978-65-87-86418-1

1. Ativismo (Aspectos legais) 2. Feminismo 3. Feminismo - Aspectos sociais 4. Feminismo - Brasil - História 5. Movimentos sociais 6. Mulheres - Aspectos sociais 7. Mulheres - Identidade 8. Mulheres - Participação política I. Camurça, Silvia. II. Título.

24-238908

CDD-305.42

Índices para catálogo sistemático:

1. Feminismo : Sociologia 305.42

Aline Graziele Benitz - Bibliotecária - CRB-1/3129

Apoio

Brot
für die Welt

OAK
FOUNDATION

OPEN SOCIETY
FOUNDATIONS

Produção
da Publicação

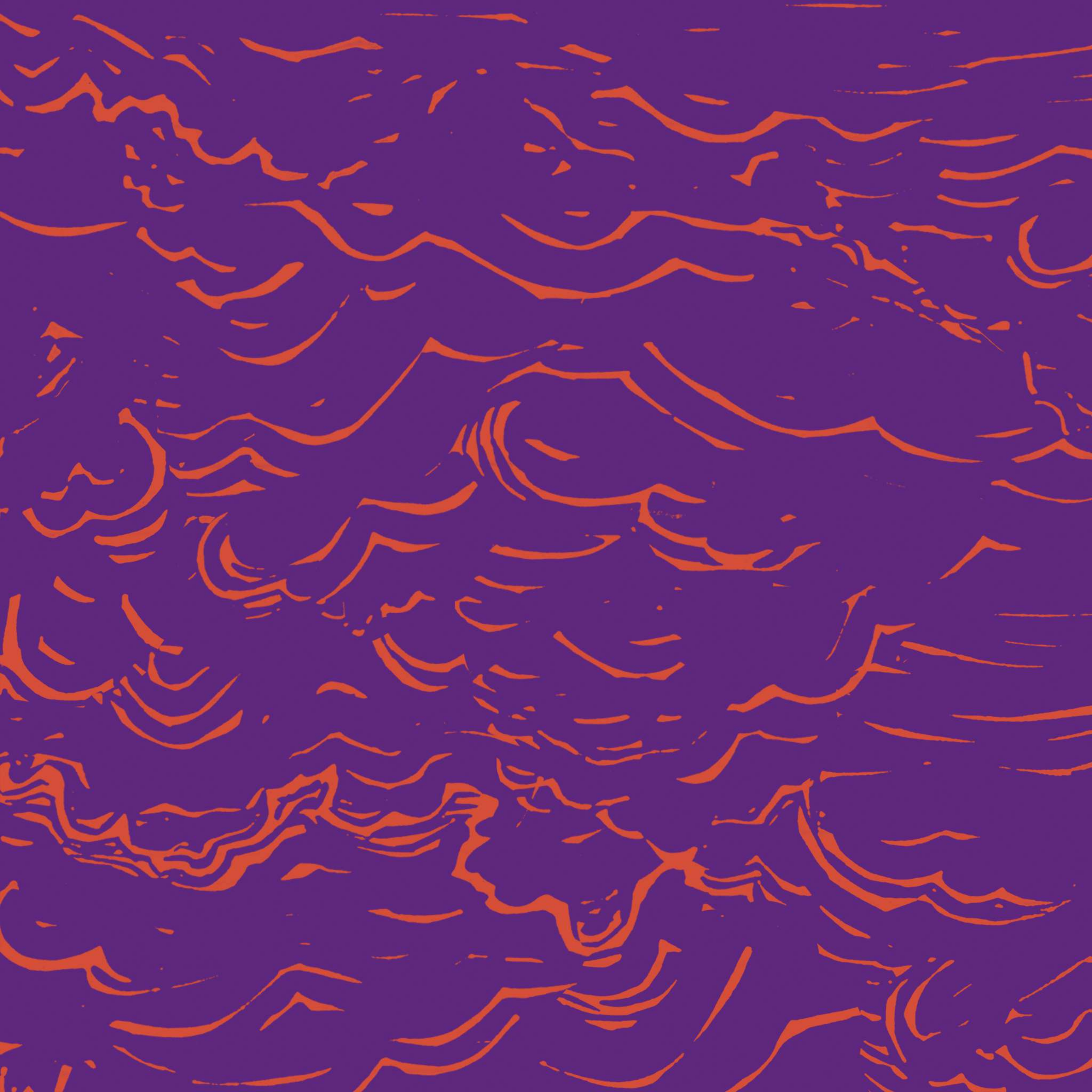
 **SOS CORPO**
Instituto Feminista para a Democracia

SUGERIMOS E
ESTIMULAMOS
A REPRODUÇÃO
TOTAL OU PARCIAL
DOS CONTEÚDOS
DESTA
PUBLICAÇÃO,
DESDE QUE A
FONTE SEJA
CITADA.



Todos os direitos reservados a Edições SOS Corpo
Endereço: Rua Real da Torre, 593 Madalena, Recife - PE
Contatos: (81) 3087-2086 / sos@socorpo.org.br /
comunicacao@socorpo.org.br
socorpo.org





SUMÁRIO

Apresentação

CONECTANDO FEMINISTAS 8

Introdução

SER FEMINISTA E CONSTRUIR FEMINISMO 10

CAPÍTULO 1

O QUE É O FEMINISMO? 23

Do que é feito o feminismo? 26

Feminismo é movimento social 38

Feminismo popular 51

A dimensão da identidade e da identificação 59

CAPÍTULO 2

MOVIMENTOS FEMINISTAS EM AÇÃO 66

Atuação política das mulheres 69

Analisar a conjuntura antes de agir 79

Estratégias, processos e práticas de luta 89

Fazendo junto para aumentar a força 107

CAPÍTULO 3

ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS 116

Auto-organização das mulheres 119

Vida interna dos movimentos feministas 129

Enraizando o movimento feminista 145

BIBLIOGRAFIA 171



APRESENTAÇÃO

CONECTANDO FEMINISTAS

*“Os prazeres da leitura são múltiplos.
Lemos para saber, para compreender, para refletir.
Lemos também pela beleza da linguagem,
para nossa emoção, para nossa perturbação.
Lemos para compartilhar.
Lemos para sonhar e aprender a sonhar...”*

Fernando Pessoa

O QUE MAIS PERTURBA A ORDEM dos opressores é exatamente a maior fonte de força dos oprimidos: sua organização e atuação na política. Para nós, o feminismo é essa perturbação, uma chama com a qual tocamos fogo no mundo das injustiças do patriarcado racista e capitalista.

Nós mulheres somamos nossos corpos e nossas vozes, nós mesmas, inteiras, na rede que move a ação coletiva, as lutas por direitos, as lutas por transformação. Nossos movimentos são organizações cotidianas que expressam a nossa força política nas pequenas rodas de reflexão e nas grandes manifestações nas ruas.

Pintamos nossos corpos, batemos nossos tambores, gritamos nossas palavras de desordem, nos conectamos com ligas de afeto e rebeldia. Nossas vozes se fazem ouvir por quem não quer nos dar o direito à palavra, elemento fundamental da construção de nós mesmas como sujeitas que somos.

Esta publicação é sobre isso, o feminismo como um movimento social, uma conexão de esforços individuais e coletivos para mover as mulheres na defesa de seus direitos, na construção de si e na transformação do mundo.

A partir de nossa experiência de militância feminista e de educação popular, retomamos ideias e atualizamos nossas discussões sobre o que é o feminismo para nós, trazendo à tona reflexões sobre o seu enraizamento entre as mulheres. Organizamos em capítulos com o intuito de contribuir e promover o diálogo sobre o feminismo hoje, a sua dinâmica de atuação e suas formas de organização e articulação.

Desejamos ardentemente que a militância feminista se encontre por aqui, se conecte umas às outras, se anime para lutar, se inspire para sonhar e se atreva a construir formas de organização e atuação que sejam boas para o presente e melhor ainda para o futuro que virá. 🌸🌙

INTRODUÇÃO

SER FEMINISTA E CONSTRUIR FEMINISMO¹

¹ Elaboração: Carmen Silva

FEMINISMO HOJE SE ENCONTRA NOS QUATRO CANTOS DO MUNDO. Tem camisetas em lojas de departamento, artistas pop de fama mundial, altas dirigentes de empresas e de governos. Ele está nos espaços da internet com postagens a favor e contra a mesma coisa, ocupa as redes sociais e, vez por outra, gera bons escândalos. O termo é empregado para designar tanto mulheres de sucesso como personagens femininos sofredores nas novelas. Pode também ser encontrado em uma miríade de influenciadoras e comunicadoras de redes. Junto com o termo vêm adjetivos como empoderada, empreendedora, diva, rainha e daí por diante. Não é exatamente desse feminismo que queremos tratar nesta publicação. Muito embora também contra ele se voltem os tentáculos do patriarcado, uma vez que o antifeminismo dos fascistas nos atinge a todas.

O feminismo do qual vamos falar aqui se aloja nos movimentos sociais de mulheres, aqueles que têm nome próprio e se declaram publicamente feministas, e nos coletivos locais e virtuais que os sustentam ou que com eles se articulam. Ele está também no trabalho social com mulheres feito por organizações não governamentais, nas secretarias de mulheres de sindicatos, federações e centrais sindicais, nos partidos de esquerda, em alguns núcleos acadêmicos e em vários movimentos sociais mistos quanto ao sexo, ou seja, compostos por homens e mulheres, nos quais as mulheres se organizam.

O feminismo que nós construímos tem diversos locais de expressão. Ele acontece nos grupos populares na periferia, nos bancos escolares, nos textos e imagens que circulam nas redes sociais, nas comunidades do campo, das florestas e das beiras de rio e do mar. Também se encontra nas organizações da sociedade civil que há muitos anos vêm se empenhando para fortalecer as lutas das mulheres e seus coletivos auto-organizados.

Nós mulheres vivemos numa situação de desigualdade no Brasil e no mundo. Os

homens têm mais valor e mais poder que as mulheres em todos os âmbitos da vida. Isso é o que chamamos de patriarcado, uma forma de organização da vida social em benefício dos homens e em prejuízo das mulheres, baseado no binarismo de gênero e na heteronormatividade. O patriarcado está imbricado com o racismo e o sistema capitalista. Entendemos o racismo como estruturas de dominação e exploração formadas no colonialismo, e que promovem a desumanização das pessoas vistas como inferiores por sua raça e/ou etnia. O capitalismo é a ordem social de produção de riquezas a partir da exploração do trabalho e do apossamento da natureza e dos bens comuns da humanidade. Nós, mulheres, somos exploradas e dominadas neste sistema, como grupo social de sexo, de gênero, de raça e de classe. E isso nos coloca em uma condição subjetiva de opressão a qual temos que resistir cotidianamente.

Ser feminista é querer abolir esse sistema. É lutar para construir outra possibilidade de vida para nós mesmas e para as outras mulheres, compreendendo que entre nós há desigualdades de classe, de raça, de etnia, etárias, regionais, de vivência da sexualidade, de identidade de gênero, de condições físicas, de território e muitas outras.

Neste mundo de dominação e exploração a gente nasce e cresce. A nossa subjetividade como mulheres se constrói assim desde a infância. Uma subjetividade oprimida, subjugada, mas que também oferece resistência aos tentáculos do sistema. A gente quer tomar nosso destino nas mãos, nos construir como pessoas e, para isso, a gente entra na militância, para andar com os próprios pés e pensar com a própria cabeça. Assim fazemos quando queremos, coletivamente, enfrentar o patriarcado. No nosso entendimento, nossa luta deve enfrentar, em conjunto, também o racismo e o capital.

Ser feminista é discordar desse sistema patriarcal, capitalista e racista e lutar por um outro mundo. Mas, enquanto isso, a gente vive neste mundo. E aqui seguimos no esforço de construir, em nós mesmas, outra subjetividade, outro jeito de ser, outro modo de vida. E vamos, aos trancos, construindo a nós mesmas e os nossos movimentos, nossas lutas,

e aqui e acolá conquistando algo do tudo a que temos direito.

Há dimensões do feminismo que nos servem de referência. Ele é um pensamento, uma interpretação do mundo construída a partir das mulheres e, nesse sentido, falamos de teoria feminista. Este pensamento, ou as vivências à luz dele, orienta projetos de vida pessoais que impulsionam, em cada uma de nós, processos reflexivos sobre modos de vida e sobre a ação de construção de si mesmas como feministas. E o feminismo é também, e sobretudo, um movimento social, ou seja, organizações, articulações e atuação coletiva para enfrentar o sistema que nos explora e domina. Nesta publicação, vamos focar no feminismo como movimento social¹.



Construir feminismo como movimento

A ideia de movimento social é tomada aqui como um conceito que nos ajuda a analisar lutas por direitos e as organizações que as produzem. Muitos movimentos feministas se organizam enquanto movimento social a partir de princípios orientadores como a dimensão da autonomia, da autocrítica, do cuidado coletivo e da horizontalidade.

A autonomia implica em que as mulheres auto-organizadas definam elas mesmas sua forma de funcionar e suas prioridades de atuação. A autocrítica ajuda os movimentos a reverem continuamente suas posições e a incorporarem novas questões em suas pautas de luta, trazidas por novos sujeitos que adentram nos movimentos. Isso dá abertura para o mundo e muito trabalho interno para formular seus marcos de referência. O

¹ Para aprofundar esta ideia veja Ávila, 2005 e Astelarra, 1988.



cuidado coletivo diz respeito à construção de nós mesmas, cada uma vivendo seu processo de tornar-se feminista e, ao mesmo tempo, cuidando do processo vivencial e reflexivo de outras companheiras para seguirmos juntas. A dimensão da horizontalidade tem a ver com a democracia interna na forma de tomada de decisões e de funcionamento cotidiano de nossos coletivos e movimentos, mas também com a maneira de lidar com os outros movimentos nas articulações políticas de forma assertiva, garantindo o cumprimento de acordos². Obviamente, esta é uma visão ideal, de princípios, mas na prática ocorrem muitos problemas que dificultam a ação coletiva em muitos momentos. Vamos falar sobre isso.

A questão que nos preocupa, motivo desta publicação, é dada pela dificuldade dos movimentos de pensarem a si mesmos, suas formas de organização, de articulação e de atuação com base em parâmetros comuns e/ou aproximados.

A nossa ideia é contribuir para que tenhamos pontos de partida e uma linguagem que nos aproxime, para entendermos quais são as nossas reais divergências e onde é possível termos acordos que nos mobilizem para agir em defesa de nossas causas. Isso serve para o movimento feminista e serve também para o campo político dos movimentos sociais como um todo.

A conjuntura de aprofundamento das desigualdades, neste momento do capitalismo cibernético e de extrativismo voraz, nos exige muita capacidade de ação conjunta dos movimentos sociais. O patriarcado racista e capitalista nos impõe modos de vida que

2 Branco, 2021.

geram o aniquilamento dos corpos pela exaustão, a perturbação das subjetividades pela subjugação, muitas vezes tomada como empoderamento, no quadro de uma situação social, material e subjetiva, que subordina ainda mais as mulheres em geral e, especialmente, as que estão submetidas à pobreza e ao racismo. Estamos vendo o enraizamento do fundamentalismo religioso e sua articulação com o crime organizado, e como tudo isso conforma a estruturação da extrema direita e sustenta a sua atuação política, com eminência do fascismo. É um contexto no qual não podemos nos dispersar.

No campo dos movimentos sociais, vivemos um momento de práticas políticas que, por um lado, se alimenta da profusão do individualismo liberal, do uso de redes sociais com base em performances e, por outro, do retorno de velhas concepções de sujeito único da transformação e de coletivo total que não considera as individualidades, sentimentos e emoções na construção dos movimentos.

Esse contexto exige tempo, tudo que não temos, mas precisamos ter. Tempo para refletir sobre nossas práticas políticas nos movimentos sociais, para sistematizar experiências de organização, de articulação e de atuação coletiva, tempo para elaborar juntas e encontrar aqueles pontos que nos unificam e são capazes de gerar mobilizações largamente agregadoras que ampliem a força deste campo político.

É necessária a articulação entre todas, todes e todos que querem mudar o mundo, ainda que tenham que fazer enormes concessões para ficar juntos e fomentar um campo político, mas isso só é possível construído coletivamente. O estudo das teorias que nos alimentam, a análise de nossas experiências, a partilha de nossos saberes vai nos permitir driblar as ilusões geradas neste



momento, no qual há uma miríade de contribuições teóricas que, às vezes, usam os mesmos termos para falar de coisas deveras distintas.

Este texto tem no título uma referência a conexão, um artefato para ligar as coisas, porque construir movimento feminista, nessas contingências que vivemos, exige de nós a arte de agregar a diversidade que nos constitui como mulheres, de incluir as diferenças e divergências dentro do mesmo campo político, de entender e enfrentar as desigualdades que existem entre nós mesmas. O momento exige criatividade, mediação e, muita capacidade de nos conectarmos umas com as outras, e estabelecermos conexões profundas entre nossos coletivos e movimentos. Exige ver o mundo com os olhos do desejo de transformação, gerando possibilidades de criar um novo mundo, um lugar bom de viver.

O movimento feminista é um espaço-tempo que nos ajudar a cuidar de nossa autoformação, cuidar de nos construirmos como queremos ser, mas sem deixar de entender que nunca deixaremos de ser as mulheres que somos socialmente, porque nós vivemos neste mundo. Por mais feminista que eu seja, eu continuo vivendo dentro do sistema geral de dominação e exploração das mulheres. Por isso a dimensão do cuidado de si e do cuidado coletivo é tão relevante no movimento feminista. Nós queremos transformar o mundo, transformando também a nós mesmas³.

O feminismo é um pensamento que nos ancora nas decisões que tomamos em nossa vida, no projeto de vida que construímos para nós mesmas. Por isso, cuidar de si mesma é também construir a si mesma. Não se trata de ter um estilo de vida especial, de ser a differentona, a estilosa, se trata de demarcar o seu lugar no mundo como uma mulher que quer mudar o mundo para si e para todos. A nossa militância é para isso: para pôr fim às desigualdades e organizar o mundo de forma solidária. Ser militante, e militante feminista, tem muitos desafios. Vamos falar de alguns nesta publicação.

3 Oliveira, 2009 e Camurça, 1918

DICAS PARA TORNAR-SE MILITANTE FEMINISTA

Cuidar de si mesma,
de sua autoformação,
da construção de si,
entendendo que isso
não te coloca num lugar
superior ao das outras
mulheres.

Atuar
coletivamente,
engajada
organizadamente
em um movimento
feminista, ou engajada
como feminista em
um movimento social
misto quanto
ao sexo.

Reconhecer, nas
outras mulheres,
você mesma. E
acreditar na nossa
força, juntas.

Atuar no mundo
construindo
processos de
luta coletivos,
somando forças
para mudar tudo
que precisa ser
mudado.

Perceber
as dificuldades
do movimento de que você
participa, vê-lo criticamente,
e atuar construtivamente para
que ele se fortaleça, e consiga
lutar para mudar o cotidiano
da vida das mulheres,
a partir da conquista
de direitos.

*Pensando um método de ação no feminismo*⁴

Esta publicação tem por objetivo sistematizar ideias feministas sobre organização e atuação enquanto movimento social. Daí apresentamos aqui, sinteticamente, alguns elementos que podem ajudar na reflexão sobre um método de ação feminista, ideias que serão aprofundadas no percurso deste livro.

No feminismo, cada problemática vivida pelas mulheres é lida e interpretada a partir do que esta problemática revela das relações patriarcais e, portanto, das situações de opressão em que vivem as mulheres. Contudo, este não é único foco de atenção no feminismo. Ou seja, o que vive uma mulher não é explicado apenas pelas relações de gênero do tipo patriarcal – relações de poder dos homens sobre as mulheres – mas por outras relações sociais que também são de exploração e dominação, como as relações raciais, interétnicas e as relações de classe. As relações sociais, em seu conjunto, configuram um sistema de dominação sobre as mulheres, sistema que varia no tempo e por contextos particulares, mas mantém seu eixo no poder dos homens sobre as mulheres.

Esta forma de entender a situação das mulheres faz com que consideremos sempre a dimensão da complexidade da realidade social e dos contextos específicos nos quais vivem as mulheres, ao mesmo tempo que nos exige buscar identificar os elementos comuns da opressão das mulheres em sua diversidade, ou seja, em todos os tipos de mulheres.

Mas, além de buscar entender e desvelar a situação vivida pelas mulheres – e talvez por esta razão –, o feminismo construiu uma visão própria do que são as mulheres, uma visão que nega inteiramente o pensamento conservador sobre as mulheres.

Na tradição da cultura patriarcal, nós mulheres somos seres moralmente inferiores, emocionalmente frágeis, intelectualmente incapazes, biologicamente determinadas.

4 Elaboração: Silvia Camurça

Tudo isso o feminismo nega ao mesmo tempo em que afirma que nós mulheres não temos um destino, somos e devemos ser pessoas livres, com direito a ter direitos e com autonomia.

Ressaltamos que, para nós, as mulheres são uma categoria de pessoas que inclui todos os tipos de mulheres, aquelas que se identificam e/ou que são identificadas socialmente como sendo mulheres, ainda que existam diferenças significativas entre as mulheres e mesmo desigualdades sociais, raciais/étnicas, de classe, de orientação sexual, de identidade de gênero, de idade, de território de moradia, de trabalho, de capacidades físicas e mentais etc.

Esta forma de pensar o que somos nós mulheres faz do feminismo um movimento que tem por princípio a solidariedade entre as mulheres na luta contra a opressão, exploração e dominação comuns a que estamos submetidas, mas leva também o movimento a assumir a luta pelo fim das desigualdades entre as próprias mulheres, como as que são causadas pelo racismo, pela heteronormatividade, pelo binarismo de gênero, pela exploração de classe, pelo etarismo e pelo capacitismo.

O feminismo é um movimento que tem por prioridade a auto-organização das mulheres para lutar contra sua própria opressão em nome próprio e sob sua própria direção, ou seja, como movimento autônomo. Este modo de pensar o que são as mulheres faz do feminismo um movimento que inclui na sua pauta de objetivos a transformação pessoal de suas militantes, com a busca constante da autoconfiança, da autonomia e da liberdade.

Nas décadas de 1970 e 1980, no Brasil, a organização do feminismo teve como ação importante os grupos de reflexão, também

*As relações sociais,
em seu conjunto,
configuram
um sistema de
dominação sobre
as mulheres*



chamados grupos de autoconsciência, momentos nos quais as mulheres compartilhavam experiências, refletiam criticamente, e com isso se fortaleciam para as ações do movimento. Esta metodologia tem como princípios a articulação entre sujeito individual e sujeito coletivo e a análise crítica das experiências, que são elementos fundamentais da constituição do feminismo como movimento social e contribuíram para sua produção teórica.

O feminismo nasceu provocando conflitos e o conflito tem lugar importante na metodologia de ação do movimento feminista. Historicamente foi e é ainda o enfrentamento dos conflitos que abre a possibilidade de transformação, sejam conflitos de cada mulher consigo mesma ou nas relações interpessoais e de intimidade, sejam conflitos nas relações sociais mais amplas. Entretanto, o feminismo propõe, embora nem sempre se realize, o enfrentamento assertivo e generoso das divergências e conflitos, especialmente no campo do próprio movimento, ou seja, entre as mulheres do movimento e seus/suas aliados/as. E reconhece que as formas de enfrentamento de conflitos na sociedade muitas vezes são impostas aos movimentos sociais a partir de fora, ou seja, muitas vezes, em uma luta por direitos, os poderosos impõem aos movimentos situações que exigem contundência

na forma de enfrentamento.

Por conta da crítica feminista às velhas formas de fazer política – patriarcais, paternalistas, racistas, excludentes e autoritárias –, o feminismo procura construir uma nova cultura política, questiona a ideia de líderes e direções, valorizando muito a liderança distribuída e democrática. Em geral, busca o engajamento consciente das mulheres nos processos de luta e nas outras ações do movimento, buscando que todas sejam sujeitas, ou seja, que nenhuma seja utilizada por outra a favor de interesses desta outra dentro do movimento ou fora dele.

Valoriza-se também, e muito, os processos, às vezes em detrimento dos resultados práticos. Sendo que um bom processo é considerado já um bom resultado, do qual muita coisa pode florescer. Processo é o encadeamento de ações de vários tipos para atingirmos um objetivo, sendo que uma ação deve gerar condições para o florescimento da outra.

Considerando a posição de desvantagem nos espaços de poder em que estamos nós mulheres na sociedade patriarcal racista e capitalista, no feminismo torna-se fundamental fazer permanentemente uma análise de nossas contradições e vulnerabilidades: o que nos fragiliza, por onde podemos ser atacadas, que novas ações podemos iniciar para fazer frente às novas circunstâncias, como podemos nos fortalecer a cada momento das lutas.

Por fim, compreendemos a metodologia de ação feminista como estando em processo constante de elaboração e reelaboração, uma prática política em aberto, que sofre as influências dos novos conhecimentos que produzimos, das nossas lutas e das definições ético-políticas majoritárias em cada contexto e em cada organização do movimento. Nesta publicação, tentamos contribuir com essa concepção metodológica. 🌸🌙



CAPÍTULO 1

O QUE É O FEMINISMO?



FEMINISMO

social

teoria

movimento

modo de
vida

O FEMINISMO, COMO O ENTENDEMOS, pode ser visto de três maneiras: uma elaboração teórica crítica sobre o mundo a partir da experiência social das mulheres, um movimento social de luta por direitos e por transformação do mundo e uma maneira de entender a vida cotidiana e fazer escolhas que gerem um modo de vida consciente em busca de bem viver.

A partir disso vamos discutir o que constitui o feminismo, quem são os sujeitos da ação, suas práticas e as ideias que formulam. A intenção é vê-lo como força política capaz de alterar o sistema de dominação e exploração no qual vivemos, ao mesmo tempo que transforma nossas vidas.

Mexendo com nossas vidas, o feminismo torna-se também parte constitutiva de nossas identidades políticas. Este é um elemento que trazemos para reflexão: a relação entre identidade social, identidade política pessoal e identidade coletiva de movimentos sociais.

Nesta parte falaremos também do feminismo como movimento social, como um campo político constituído de organizações de vários tipos e incluindo uma grande diversidade de mulheres. Movimento Social é entendido aqui como um conceito que permite analisar processos de ação coletiva que agregam pessoas, grupos e articulações, com objetivo de mudar um problema social considerado injusto, e buscando transformá-lo em um problema público a ser enfrentado pela sociedade e pelo Estado.

Celebrar os Movimentos Sociais como a demonstração de força política coletiva e ativa da sociedade, nesta perspectiva, é apostar na potencialidade deles enquanto sujeitos de transformação. Também por isso trazemos uma reflexão sobre feminismo popular. Temos visto o crescimento da atuação de mulheres de classes populares nos vários movimentos feministas e queremos refletir sobre o vínculo com projetos populares de transformação. Não entendemos o feminismo popular como uma corrente teórica ou política, acreditamos que vai além. É, talvez, uma perspectiva histórica advinda da sua própria organização, do feminismo como movimento social. 🌸🌙

Do que é feito o feminismo?⁵

FOI NA AMÉRICA LATINA ONDE EMERGIU A IDEIA DO FEMINISMO como um pensamento crítico e prática política. Judith Astelarra⁶, feminista argentina, elaborou esta forma de compreender o feminismo nos anos 1980 e desde lá inspirou muita gente a construir novas respostas.

Na primeira parte deste texto desenvolvemos o exercício de destrinchar esta ideia de Judith Astelarra para guiar a reflexão para a profundidade e os significados de cada elemento desta formulação explicativa do feminismo. Ao mesmo tempo, vamos desvelando várias outras ideias aí contidas ou correlacionadas, na intencionalidade de demonstrar que o enunciado precisaria ser complementado para traduzir todo seu poder explicativo. Concluímos este caminho expondo as variedades de expressões e experiências feministas ontem e hoje, a partir de nossa vivência militante e profissional, que nos permitiu conhecer muitas coisas, embora certamente sejamos ignorantes de muitas outras expressões e experiências. Na sequência ensaiamos um enunciado-síntese do que é o feminismo, dando consequência e apresentando nossa conclusão, que é uma posição política, entendemos o feminismo como movimento social.

Um primeiro ponto a destacar é que, se aceitamos a ideia de pensamento crítico, o feminismo não pode ser tomado como uma doutrina, que está pronta, completa e acabada e que se aprende a recitar ou multiplicar. Um pensamento, sendo crítico, analisa criticamente a realidade social, que é mutante, não é fixa. Assim um pensamento crítico

⁵ Elaboração: Silvia Camurça. Texto originalmente publicado sob o título "Feminismo nos movimentos de resistência das mulheres" in Camurça, 1918.

⁶ Astelarra, 1988.

que explica criticamente a realidade varia por tempo e por lugar tanto quanto varia a realidade, e mais, varia a partir do lugar de onde se olha a realidade, embora deva ter alguns elementos fundacionais em sua constituição.

Nesta abordagem, teremos de compreender que todas as ideias feministas têm cada qual sua própria história e contextos. sendo sempre um pensamento situado nas circunstâncias nas quais foi elaborado no passado e segue sendo elaborado no presente. Pois o pensamento crítico feminista resulta da prática de reflexão das mulheres que, ao compreenderem sua(s) vivência(s) individuais de opressão e exploração em uma dada situação, elaboram a experiência em comum e as explicações da dominação e suas características naquele momento e lugar. Desta forma, fazem contribuições à teoria social na forma de pensamento crítico.

Por não ser doutrina, o pensamento crítico feminista, na forma de teoria social, deve estar em constante renovação e confrontação entre leituras diferentes da situação das mulheres, portanto necessariamente deve ser também autocrítico, de modo a acolher novas contribuições de mais e mais mulheres que desenvolvam críticas às condições de seu viver nas suas sociedades, tempo-espço de seu pensar, e desenvolvam críticas ao próprio pensamento feminista já elaborado. Ou seja, um pensamento crítico se renova constantemente pelo novo que é pensado quando e onde as mulheres instalam a luta feminista e espaços de reflexão e elaboração de pensamentos



explicativos ou problematizadores.

Novas contribuições críticas das mulheres à interpretação do seu viver geram novas contribuições ao feminismo, instalam novas contradições no corpo do pensamento crítico feminista e de sua prática. E quando estas contradições são enfrentadas no debate entre feministas, o conjunto do pensamento crítico feminista se renova, ganha em capacidade de explicar melhor as diferentes condições do viver das mulheres na sua diversidade de experiências, tempos e lugares.

Todo feminismo, pensamento e prática política, surge da luta das mulheres, fundada numa experiência comum do viver/vivenciar as condições de vida.

Se aceitamos a formulação de que o feminismo é também uma prática política, marcamos que é desta fonte, a prática, que emerge o pensamento, ou seja, o pensar crítico nasce da ação das mulheres, que são o sujeito da prática, e a ação das mulheres está sempre situada em um contexto, ou seja, em um espaço-tempo-lugar específico. O pensamento já consolidado nasceu de práticas passadas e orienta práticas presentes, mas se renova com o pensar crítico a partir das práticas no presente. É assim que entendemos a contribuição da filósofa feminista Françoise Collin⁷ quando reflete sobre a construção do feminismo a partir da ideia de pensamento pensado e pensamento pensante.

Por prática política, nomeamos práticas organizativas, educativas e de comunicação entre as mulheres, práticas de resistência individual e coletiva, práticas explicativas e problematizadoras da realidade social concreta. Nomeamos estas práticas políticas de feministas quando são resultado da ação de mulheres que se rebelam contra as condições

⁷ Collin, 2010.

que determinam seu viver e se solidarizam, somando forças para resistir melhor e, mais que isso, decidem se organizar para lutar e derrotar as forças que as dominam.

Pela diversidade de situações vividas pelas mulheres na história e nos mais diversos lugares do mundo, somos forçadas a reconhecer que não há uma mesma prática política feminista em todos os lugares e tempos. O que existe são muitas práticas feministas, que podem até ser complementares ou contraditórias, mas serão sempre diversas, variando por tempo e lugar e respondendo aos desafios próprios de cada situação concreta.

Nesta perspectiva, nascendo da prática, podemos dizer que todo feminismo, pensamento e prática política, surge da luta das mulheres, fundada numa experiência comum do viver/vivenciar as condições de vida, em um momento da história e num dado território com contexto particular.

Vale lembrarmos que, na tradição de pensamentos críticos, prática e pensamento são inseparáveis, a prática precisa de um pensamento crítico que a oriente e o pensamento crítico só nasce de uma prática concreta. Isso é o que é chamado de práxis no pensamento marxista. Ou seja, sem ação e luta das mulheres contra aquilo que as domina, explora e oprime, não existiria o feminismo nem como prática nem como pensamento crítico, nem no passado, nem no presente. Muito menos existirá no futuro.

Lembremos também que a ideia de política está historicamente articulada a ideia de exercício de poder no espaço público. Mas o feminismo alarga esta ideia de política ao afirmar que o pessoal é político e ao discutir formas autoritárias ou democráticas de exercício de poder nos espaços públicos, privados, domésticos e na forma geral de sociabilidade numa dada sociedade.

Além disso, destacamos que a perspectiva política revela os agentes do exercício de poder, seja do poder dominação ou do poder contestação, do poder hegemônico, que predomina e domina os espaços de poder e a mente das pessoas, ou contra hegemônico, o poder dos de baixo, que se revoltam e desejam mudanças nas formas de pensar, nos

valores e crenças e na ordem social, considerada por estes setores como injusta.

Compreender o feminismo como pensamento crítico e prática política destacando que são, pensamento e prática historicamente situados, é uma maneira para nos forçar a explicitar uma dimensão importante que está na base das ideias de crítica e da política. A ideia de que tudo que existe na ordem social são resultados de ideias e políticas, e variam, não são idênticas entre todo mundo de um mesmo lugar, depende de onde cada grupo social está situado naquele tempo e lugar.

Feminismo em diferentes contextos

Onde estamos situadas ao vivenciarmos nossas vidas? Compreendemos que, além de um tempo e um lugar contextualizado, um território, estamos socialmente situadas dentro das relações sociais, que são relações de poder entre grupos humanos. Ou seja, temos uma vivência forjada, entrecortada, marcada, determinada pelas situações geradas nas relações sociais, tais quais estão se fazendo no nosso tempo e lugar. E, para nós, há alguns bons séculos, estamos situadas em relações sociais de gênero, raça e classe, isso pela força do processo histórico de mundialização da ordem social atual.

Estas três relações sociais nos parecem as mais estruturadoras do conjunto de muitas sociedades porque produzem formas permanentes de se sobreporem na determinação do rumo das coisas na micropolítica e na macropolítica. Para a experiência brasileira, de ex-colônia de exploração, fundada na posse e exploração da natureza e de pessoas escravizadas para o trabalho forçado, fica nítida a dominância histórica destas três relações sociais na estruturação do nosso Brasil, suas regras, leis, privilégios e divisões sociais.

Apontamos também que no processo colonial, fundamental para o desenvolvimento do capitalismo e à ordem global atual, a combinação de relações sociais estruturadoras

desta ordem deu-se a partir das relações de classe, raça e gênero. Com variações e especificidades nos territórios colonizados pelo colonizador europeu na África, Ásia e América Latina, esta experiência comum, de povos colonizados, explica porque há no feminismo decolonial forte consenso sobre as relações estruturadoras da realidade social de hoje. Para o pensamento crítico feminista, cada mulher está sempre situada numa classe, num lugar das relações raciais/interétnicas e das relações sociais de gênero. A referência de que vivemos e nos formamos dentro das relações sociais explica como elas estão entre os determinantes sociais da produção do pensamento feminista hoje e de sua prática política.



Sendo a militante feminista uma pessoa situada dentro destas relações sociais, seu modo de vivenciar, elaborar as experiências vivenciadas e explicá-las à luz do pensamento feminista está, em muito, determinado, inicialmente, por este lugar de onde ela vê, sente, pensa e fala sobre o que se passa com as mulheres no mundo. A perspectiva da branquitude está em algumas, não em todas, assim como a visão do racismo estrutural, o mesmo pode ser dito em relação à norma heterossexual. Depende de onde está situada aquela feminista ou o grupo de mulheres feministas.

Por tudo isto, é muito importante compreender que esta abordagem do feminismo, como pensamento crítico e prática política, precisa ser tomada como situada, histórica e socialmente. Não representa o pensamento e prática política das pessoas mulheres, ou seja, de pessoas conformadas como mulheres pelo sistema que as domina, o patriarcado. Mas representa os pensamentos e práticas políticas das mulheres que se

definem como feministas, isto é, que lutam para destruir o sistema de dominação, sistema patriarcal, racista e capitalista, ainda que umas enfatizem mais um elemento ou outro desta tríade em que se apoia o sistema de domínio global.

Contudo, por muito tempo, a referência de feminismo foi uma só: o feminismo surgido nos anos 1970 entre mulheres europeias e norte-americanas, cuja prática e pensamento refletiam as problemáticas vividas naqueles contextos, o que implicou, para grande número de pessoas, ver o feminismo como sendo um pensamento de mulheres brancas e ricas. As práticas e ideias ali desenvolvidas são válidas e usuais em várias partes do mundo, mas a transposição pura e simples deste marco referencial de feminismo para outros contextos está hoje questionada como prática, pois é insuficiente para explicar a diversidade de situações vividas pelas mulheres e insuficiente para orientar as diversas práticas de luta feminista necessárias aos diferentes contextos, embora, como todo pensamento crítico, explique muitos dos problemas vividos pelas mulheres ainda nos dias de hoje.

Prática e pensamento feminista europeu também são reelaborados por mulheres individualmente ou por coletivos de mulheres, seja na perspectiva de classe, na perspectiva do antirracismo, pelas mulheres negras, indígenas, latino-americanas e por mulheres de outros continentes. Hoje, muitas mulheres, todas sujeitas do feminismo do presente, concretizam várias expressões e experiências de feminismo em vários países e continentes no mundo: o feminismo curdo, indiano, africano etc. Mas há também feminismos críticos, sustentados por outras perspectivas políticas emancipatórias e/ou baseados em outras experiências de ser mulher, o feminismo marxista, o feminismo materialista, o ecofeminismo, o feminismo negro, o feminismo camponês, o transfeminismo, o feminismo antiproibicionista, para citar alguns.

A luta das mulheres sempre existiu, isso porque os oprimidos são sujeitos e não apenas vítimas, e as mulheres resistem há muito tempo, o tempo todo e ao longo do tempo.

Porém, o feminismo ganhou visibilidade no mundo, como movimento criado, constituído e liderado por mulheres e como força política das mulheres, nos anos 1970, a partir da visibilidade alcançada nas lutas do feminismo das mulheres na Europa e Estados Unidos.

Ali emergiram várias forças insurgentes contra a ordem social de então, a exploração de classe, na Europa, a questão do racismo, nos Estados Unidos, o militarismo e guerras imperialistas como a do Vietnã, e os limites da democracia liberal para garantir representatividade. Além disso, veio à tona a questão do controle dos corpos das mulheres para fins de exploração e da procriação humana pelos poderes dos Estados, o controle populacional.

Nos anos 1970 estavam presentes debates feministas, lutas feministas e produção de pensamentos críticos feministas em outras partes do mundo, para além dos EUA e Europa, embora com pouca ou nenhuma visibilidade, no Brasil, inclusive. Só recentemente registros da época ganharam força, visibilidade e centralidade no feminismo. São exemplos o pensamento e as práticas do feminismo negro e do feminismo lésbico.

Esta diversidade de ação das mulheres no interior do feminismo, com distintas perspectivas críticas e partindo de diversas experiências historicamente situadas, consolidou a crítica ao universalismo da categoria homem, elaborada pelo feminismo europeu e norte-americano, e instalou a crítica ao universalismo da categoria mulher, que, nesta perspectiva que apresentamos aqui, também não pode ser universal.

As feministas socialistas denunciaram que a experiência de opressão da mulher europeia da aristocracia e da burguesia não é a mesma experiência da mulher europeia camponesa ou operária, e apontaram para a desigualdade de classe entre mulheres. No Brasil, nos Estados Unidos, nos demais países ex-colônias latino-americanas, nos países da África e na Índia, as mulheres negras e indígenas denunciaram a desigualdade entre as mulheres brancas e as outras, não-brancas, apontando para diferenças nas formas de domínio patriarcal, que variam não somente por classe, mas também por raça e etnia.

Por tudo isto, a partir da segunda parte do século 20, podemos falar do que hoje se sabe. Naqueles anos, emergiu à luz do dia um movimento de mulheres feministas, que produziram importantes contribuições ao pensamento feminista global, que organizavam lutas e articulavam espaços de encontros entre coletivos feministas para debate e acordos sobre os rumos das lutas, promoviam intercâmbios e discussões, confrontavam visões divergentes no interior do próprio feminismo, articulavam ações de solidariedade e se internacionalizavam cada vez mais. Ou seja, a partir desse momento, em diversas partes do mundo, além de prática política e pensamento crítico, podemos falar do feminismo como movimento social.

Na medida em que, em algum tempo e lugar, o feminismo é vivido por suas integrantes como movimento – com práticas políticas que lhe são próprias, mobilizações coletivas e organizações duradouras – ele vai tornando visível na arena da política que tem pautas de lutas por igualdade de direitos, com reivindicações concretas e possui

*São as mulheres
o legítimo sujeito
do feminismo,
incluindo aqui
todos os tipos de
mulheres.*

projeto para democratizar e transformar as relações sociais, além de ter muita organização, para além de sua forte expressão e influência pública no debate de ideias. Pela força das suas lutas, demandas e organização, fica nítido que o feminismo é um movimento social e não, como querem alguns, apenas um movimento contracultural que se ocupa do debate de costumes e valores.

Pela prática do exercício de poder coletivo, através da auto-organização das mulheres, pela presença em articulações de movimentos sociais e em espaços institucionais de participação política, o movimento afirma-se também como força política, e não apenas como um movimento de solidariedade e defesa das mulheres.

Pela capacidade de modificar conjunturas e situações, alterar dinâmicas das relações sociais e até transformar as estruturas que sustentam o sistema dominante, o movimento feminista assume caráter contra hegemônico, ou seja, contra o poder dominante ele afirma seu poder insurgente. Permanecer assim, ao longo do tempo, só é possível se as militantes feministas mantiverem o feminismo em movimento.

Sujeitos do feminismo

Não há dúvida do lugar das pessoas-mulheres na construção do feminismo. Contudo, muita controvérsia surge a cada dia, na medida que a identidade mulheres se desdobra em muitas outras: lésbicas, trans, negras, indígenas, com deficiência, latinas e norte-americanas ou asiáticas. De toda forma, ao princípio, e por princípio, são as mulheres o legítimo sujeito do feminismo, incluindo aqui todos os tipos de mulheres.

Sim, foram mulheres os primeiros sujeitos do feminismo reconhecidos na esfera pública europeia, ao final do século XVIII, por exemplo. Naquele momento e território, faziam-se lutas sufragistas como caminho para mudar a ordem social que determinava o lugar das mulheres ali, nos estados nacionais europeus. Desta experiência é produto a nomeação da luta emancipatória das mulheres: o feminismo⁸. Hoje, passados quase trezentos anos daqueles acontecimentos, conhecemos lutas feministas em diferentes contextos, tempos e lugares. São lutas que desafiam o lugar e a condição de vida das mulheres na ordem social patriarcal.

Compreendendo o feminismo nos termos aqui defendidos, como pensamento crítico, prática política e movimento social, deveremos olhar a legitimidade do sujeito do feminismo considerando esta tripla face e não apenas o sujeito da ação do movimento feminista.

⁸ As lutas sufragistas são as lutas pelo direito ao voto para as mulheres, uma marca do feminismo nos séculos XVIII e XIX e se espalharam na Europa e Estados Unidos. O movimento sufragista inglês é o mais conhecido em sua gênese, composição, estratégia, táticas e radicalidade, desvelando o projeto político emancipatório das mulheres em relação ao domínio dos homens sobre o Estado, a república e a democracia burguesa que fincava a hegemonia desta classe na Inglaterra de então.

Como teoria crítica, é imperativo aceitar que quaisquer pessoas identificadas com as teses deste pensamento ou teoria social possam tomá-lo como fonte, e até referência principal, na sua elaboração sobre o mundo e a realidade geral, ou sobre problemas da ciência política e das ciências humanas. Portanto, é necessário compreender que tais pessoas, independentemente de sua identidade social de classe, gênero, raça ou ideologia, podem constituírem-se como sujeitos da teoria feminista.

Do mesmo jeito, como prática política, quaisquer pessoas ou organizações podem beber nesta fonte e adotar princípios organizativos do feminismo para seu movimento, grupo ou setorial de movimento, ou para seus valores individuais. E assim o feminismo como prática política pode ser parte da prática de muitos coletivos, pode renovar a cultura política que orienta a tomada de decisões, e pode contribuir para definições de atitudes individuais, diante de situações de dominação patriarcal no cotidiano de suas vidas ou nas lutas sociais. Não será impossível, num futuro próximo, conhecermos organizações autodefinidas feministas, mas integradas por mais de um gênero. Coletivos político-profissionais (ONGs e núcleos acadêmicos) com este caráter existem.

Contudo, no que tange a auto-organização das mulheres como movimento social contraordem, a meu ver, o sujeito são as mulheres, com uma grande presença e atuação de mulheres cis, mas não exclusiva. E isto porque um aspecto não muda nas lutas sociais, o polo dominado da contradição principal tem o desafio de levantar-se contra o sistema de dominação. E hoje, este polo, nos conflitos antipatriarcais, são as mulheres, cis, trans e pessoas de outros gêneros que não masculino/homem, sobre as quais recaem as consequências nefastas da divisão social do trabalho, do controle da sexualidade e fecundidade procriativa, da violência patriarcal e as barreiras objetivas e subjetivas das interdições à atuação política.

Este grupo populacional é tão relevante, que os inimigos mais fortes do feminismo hoje, o mercado e as religiões, disputam a subjetividade das mulheres não identificadas

como ativistas ou militantes feministas para uma posição antifeminista.

Esta situação impõe uma revisão das pautas das lutas feministas, considerando a identidade de gênero como parte delas. E impõe uma elucidação e construção de como formular esta pauta, sendo que ao mesmo tempo que o feminismo coloca a identidade de gênero como socialmente construída e tenta desnaturalizar o ser mulher, afirmando que pessoas não são biologicamente determinadas, coloca-se a defesa do direito de mudar, pelo menos na aparência, para o que seria a norma social de um corpo de mulher.

Certamente esta situação em que nos encontramos hoje dificulta a identificação da experiência comum de ser mulher, mas não impede a compreensão da dominação comum e dos seus alçozes principais, o grupo social homens.

Daí porque o movimento feminista não representa as mulheres, mas apenas as pessoas-mulheres feministas, uma vez que muitas mulheres, até os dias presentes, ainda renegam a existência de práticas de dominação dos homens sobre as mulheres, base do conceito feminista de patriarcado, como formulou Silvia Walby e Carole Pateman⁹.

O feminismo é constituído pelos sujeitos da ação, suas práticas e as ideias que formulam. Neste processo constitui-se como força política capaz de alterar o sistema de dominação, indo além da conquista de direitos. 🌸🌙



⁹ Walby, 1990 e Pateman, 1993.

Feminismo é movimento social¹⁰

NÓS, MULHERES, NOS ORGANIZAMOS DE VÁRIAS FORMAS para enfrentar no cotidiano o que o patriarcado nos impõe: juntamos as amigas na rua para cada dia uma levar os filhos de todas nas escolas e ir fazendo revezamento; nos dividimos com as irmãs para cuidar do cotidiano dos pais idosos; fazemos um bazar de roupas e acessórios com as conhecidas para o recurso ajudar uma amiga que está desempregada ou teve bebê; organizamos um bloco de carnaval novo; participamos de uma excursão para comprar roupas em um polo de produção de confecções para vender ou mesmo pra usar; fazemos um mutirão de faxina ou de mudança de casa de uma amiga que se separou; organizamos uma festa de aposentadoria de uma colega de trabalho; enfim, são muitos os exemplos que podemos dar de auto-organização das mulheres no cotidiano de nossas vidas.

Quando entendemos que as condições nas quais vivemos são injustas, nós nos organizamos para mudar essas condições. É aí que criamos um grupo de mulheres, um coletivo ou entramos em um movimento feminista. Isso exige interpretar a vida que vivemos, o sistema de relações sociais que constrói essa situação de exploração e dominação nas nossas vidas, e planejar ações que tenham impacto, que coloquem em prática nosso desejo de transformação. Mas isso ninguém faz sozinha, é preciso muitas mulheres juntas. A organização coletiva é o caminho para as mudanças que queremos construir.

¹⁰ Elaboração: Carmen Silva.

Existem muitos caminhos para a auto-organização das mulheres. Algumas se dedicam para construir os movimentos sociais de mulheres e outras atuam em movimentos mistos quanto ao sexo, compostos por homens e mulheres, mas lá dentro articulam a auto-organização das mulheres daquele movimento para levarem em frente o debate e as pautas feministas.

Existem movimentos de mulheres que são mistos quanto à configuração racial, étnica ou de classe, e outros que são específicos de uma raça/etnia ou de uma classe social. Há aqueles que se organizam por categorias de trabalho e/ou por territórios. Todos são igualmente importantes e podem se construir como movimentos feministas.

O movimento feminista é um campo político difuso que congrega mulheres que atuam individualmente e outras que atuam construindo vários tipos de organizações e articulações. Nos interessa aqui dialogar com as mulheres que se auto-organizam nas várias formas, porque entendemos que só juntas e em ação podemos mudar o mundo, ou pelo menos podemos conquistar direitos e mudar nossas condições de vida coletivamente.

No movimento feminista existem grupos e coletivos que se constroem e atuam em bairros periféricos das grandes cidades, em áreas rurais e em pequenas cidades do interior, em escolas e universidades, no interior de categorias profissionais etc. Tem mulheres que se organizam dentro do movimento sindical, de movimentos de luta pela terra, de movimentos negros, quilombolas, indígenas, em torcidas de futebol, em religiões etc. Algumas constroem coletivos jovens nas suas cidades, outras atuam em coletivos que se

*Quando
entendemos que
as condições nas
quais vivemos
são injustas, nós
nos organizamos
para mudar essas
condições.*



articulam na internet, há quem se organize em partidos políticos etc.

Enfim, existe uma diversidade de formas organizativas e todas elas são O movimento feminista, no sentido amplo, de campo político. No plano nacional, se destacam aqueles que se constituem como um movimento feminista com nome próprio e que têm mulheres participantes em vários estados do país.

Em nossos movimentos, sejam eles movimentos nacionais ou um coletivo local, sempre precisamos refletir juntas e definir caminhos para a ação coletiva. E isso exige uma vida interna intensa. Sem nos organizarmos dificilmente conseguimos realizar as ações que a gente define como necessárias para alterar as coisas no mundo.

Existem reflexões sistematizadas sobre movimentos sociais que podem nos ajudar nos nossos processos organizativos, tanto para a vida interna como para a atuação dos movimentos feministas. Vamos trazer algumas ideias sobre isso a partir dos debates teóricos e das experiências políticas e reflexões de quem constrói movimentos sociais.

O que é um movimento social?

Às vezes o termo movimento social é usado para se referir a um ciclo de mobilizações contestatórias e propositivas em um dado período histórico, como o movimento

abolicionista ou o movimento sufragista. Em alguns momentos chama-se de movimentos sociais um sujeito político coletivo e difuso que assume uma causa permanentemente. Em outros momentos, usamos esse termo para nos referirmos a um movimento organizado com nome específico, mesmo que ele não se chame movimento¹¹.

Posso dizer que um coletivo ou uma campanha é um movimento social? Perguntas como esta sempre vêm para a roda quando falamos sobre movimentos sociais, até porque existem diferentes formas de entender mesmo o que eles são. Uma ideia forte para nós é que entendemos movimentos sociais considerando três elementos em conjunto: como organizações, as articulações entre elas, e os processos de luta e mobilização que elas conseguem desencadear em defesa daquilo que é bom e justo para se viver. Ou seja, estas três ideias podem formar um só conceito do que é um movimento social: organização, articulação e processos de luta e mobilização.

Se estamos usando o termo movimentos sociais no sentido difuso, cabem dentro dele coletivos, grupos, núcleos de estudo, ONGs, campanhas, manifestações, atos públicos, publicações, programas de rádio ou de internet, vídeos e até atuações individuais, tudo isso compõe este dado movimento. Mas se estamos falando de um movimento específico, com nome próprio, daí só cabe a sua forma organizativa própria e as pessoas que dela participam.

Movimentos Sociais são processos de organização e mobilização, envolvendo indivíduos e grupos sociais de forma solidária, em torno de um problema específico ou um conflito mais amplo, uma causa, ou seja, um problema que as pessoas participantes consideram injusto e possível de ser enfrentado coletivamente no sentido do bem comum, da conquista de direito, mediante rupturas no sistema que produz este problema. Este conceito é muito rico para refletirmos sobre os movimentos que construímos.

11 Autoria coletiva, 2020.

Podemos afirmar que Movimentos Sociais são o processo político no qual valores, interesses e ideias transformam-se em ação coletiva conflitiva, enfrentando os riscos do contexto. Os movimentos, no percurso histórico, vivem momentos de latência e de maior visibilidade, a depender do contexto e das oportunidades que ele oferece, da sua força política coletiva e de sua forma organizativa, dos repertórios de atuação que utiliza e da força dos seus oponentes¹².

A partir desta visão, entendemos que movimentos feministas são as organizações, articulações e mobilizações de mulheres que assim se designam, tomando como referência o pensamento feminista, cujo centro é a crítica à exploração e à dominação das mulheres, podendo adotar diferentes ênfases, de acordo com suas escolhas teóricas e políticas.

Atualmente, alguns teóricos que usam o conceito de Movimentos Sociais apenas como ciclos de protesto, falam das manifestações da direita no período do golpe contra a presidente Dilma e ou no governo Bolsonaro como sendo movimentos sociais. Nesta publicação, discordamos desta ideia, e mantemos o conceito de Movimentos Sociais atrelado à ideia de transformação social e luta por direitos, portanto, no campo político de esquerda.

Organização e luta

No nosso entendimento, Movimento Social é um conceito que nos ajuda a pensar, ao mesmo tempo, em organização e processo de ação coletiva para resistir frente a um problema social ou para enfrentá-lo. Fazemos movimento quando muitas pessoas se juntam para agir coletivamente frente a uma situação socioeconômica, política, cultural ou ambiental, que consideram injusta. Não basta ver o problema. É preciso considerá-lo uma injustiça. E acreditar na ação conjunta como caminho para enfrentar

¹² Tarrow, 2009 e Melucci, 2001.

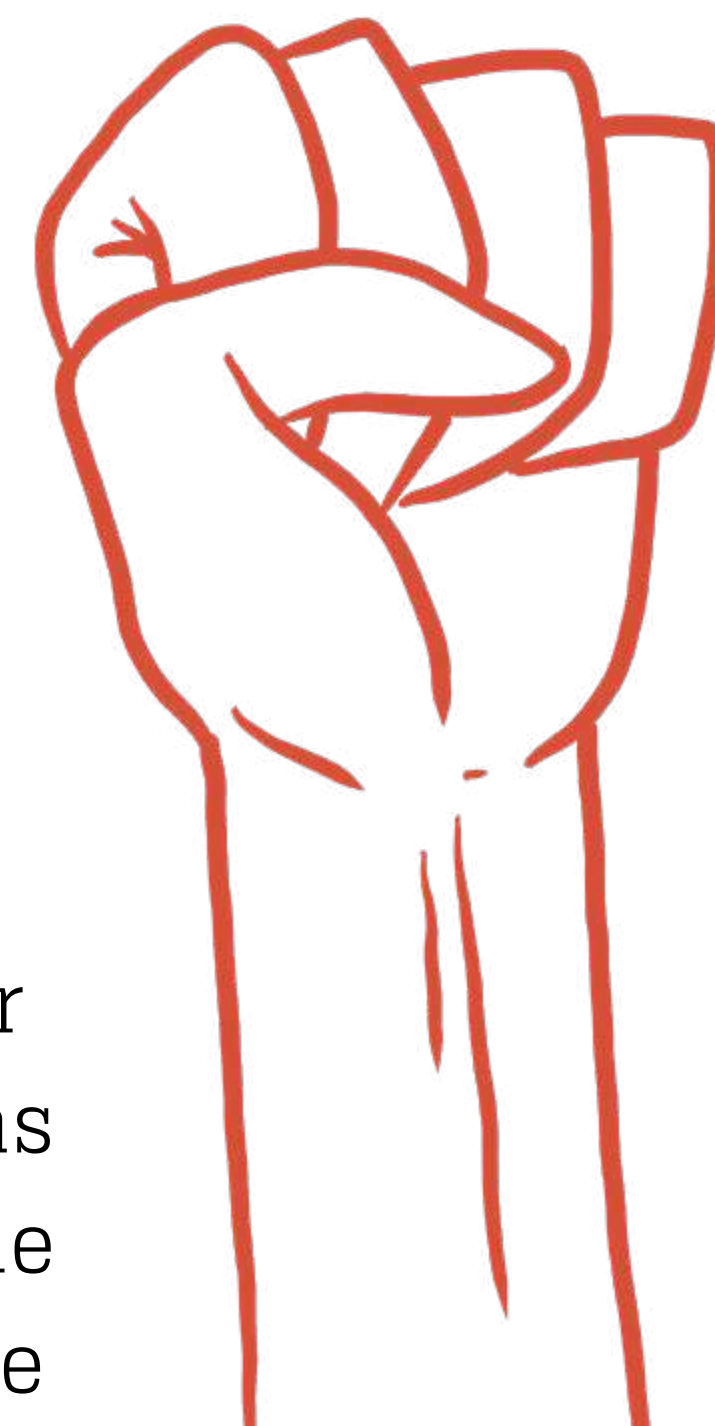
o problema, ter ganas de agir coletivamente para mudar a situação.

Movimentos sociais, como processos de luta, têm causas pelas quais se mobilizam. E querem ampliar ao máximo a adesão das pessoas a estas causas. Eles buscam, em geral, transformar problemas que são vistos como sendo particulares em problemas públicos, que são legítimos e devem ser enfrentados pela sociedade e pelo Estado.

Movimentos Sociais, como organização, têm fronteiras. Fica nítido, publicamente, quem é ou não é deste movimento, mesmo que as suas fronteiras sejam nebulosas e as pessoas tenham um pé dentro e outro fora ou vistam também a camiseta de outro movimento, organização ou partido político. Em geral os movimentos têm uma identidade coletiva marcada por suas ideias, aquilo que os move, seus símbolos e formas estéticas, as definições de maneiras de entrada e saída de participantes, os modos de tomar decisão e de se auto coordenar.

Identificações, símbolos, emoções, organizações e redes explicam o início e a persistência desta ação coletiva em torno de uma causa. O ciclo de mobilizações, ou ciclo de protesto, é a parte mais visível de um movimento social. Em geral, para que ele ocorra, é necessária a existência permanente de organizações voltadas para esta causa e um intenso trabalho de articulação entre elas em torno de objetivos e formas de luta, contando com planejamento, recursos, divisão de tarefas e muito mais.

Um movimento específico, *com nome próprio*, só consegue se manter com um forte processo organizativo de suas participantes. Este processo deve ser capaz de delimitar fronteiras, de favorecer o engajamento de novas pessoas, de ter nitidez sobre as formas de participação de militantes, de ter definições sobre os modos de tomada de decisão, mas também ter um caráter estimulante, que



congregue a criatividade e a elaboração coletiva, que pode ter estruturas de poder mais hierarquizadas, verticais, com poucas pessoas tomando a maioria das decisões, ou mais democráticas, horizontais, com muitas pessoas tomando a maioria das decisões. Pensar em organizar um movimento social implica em construir formas de agregação de novas pessoas, circulação de informações, construção de memória e elaboração coletiva, escolhas de problemas-causas prioritários, escolhas de formas de atuação e formas de coordenar a ação comum no cotidiano.

No movimento organizado pode-se construir estratégias, ou seja, um processo articulado de ações para aumentar o seu poder de incidir sobre um problema em um dado contexto, frente a outros sujeitos que atuam sobre o mesmo problema, seus aliados e seus oponentes, com o objetivo de ampliar suas conquistas naquela causa.

Práticas articulatórias e atuação

Nos Movimentos Sociais, quando falamos em articulações, estamos nos referindo tanto a práticas de relacionamento entre movimentos como macro organizações resultantes destas práticas articulatórias. Elas existem para coordenar juntas um processo de ação coletiva em prol de uma causa em um dado contexto. São sempre menos permanentes que os movimentos organizados porque elas respondem, em geral, a uma conjuntura específica.

Os movimentos atuam de muitas formas, mas a principal delas são as lutas. Chamamos de luta um processo no qual pessoas e organizações atuam coletivamente para fazer com que um problema, que não é visível ou é visto apenas como sendo particular, se transforme em um problema público, visto por muita gente como injusto e como devendo ser enfrentado pelo Estado e/ou pela sociedade.

Estes processos podem ter momentos mais e menos fortes em termos de

mobilização e visibilidade. A ampliação da força é dada pela capacidade de argumentação sobre o problema, de articulação com outros movimentos formando alianças, de mobilização e manifestação pública e confrontativa com seus oponentes. A força de um movimento durante uma luta também é relativa ao contexto e à força dos oponentes.

As lutas, também chamadas causas ou bandeiras, são permanentes e têm objetivos de longo prazo, algumas até mesmo utópicas. Elas são um processo de acúmulo de forças para o sujeito que luta. Os processos de luta são mais curtos ou provisórios e voltados para alguma conquista relativa a um objetivo preciso em uma dada conjuntura. Em geral, conseguir esta conquista coloca a luta em um novo patamar, ou seja, o sujeito que luta aumentou a sua força para seguir no enfrentamento do problema, que já se apresenta de outra forma.

Por exemplo, na luta da legalização do aborto, o processo de luta em 2015 foi para barrar o projeto de lei que queria impedir a realização de aborto em caso de estupro e risco de morte (PL 5069) e agora em 2024 foi contra um novo PL, o 1904, que tinha o objetivo de impedir o aborto nos casos em que a lei protege as mulheres; na luta de enfrentamento à violência contra as mulheres, o processo de luta em 2006 foi para aprovação da Lei Maria da Penha; na luta geral por direitos das mulheres, o processo de luta em 1986-1988 foi para garantir que os direitos defendidos fossem registrados na nova Constituição.

O que distingue uma determinada luta de um movimento social como sendo uma luta feminista é o fato dela ser liderada por mulheres em prol dos objetivos das mulheres. E mais que isso, é quando os movimentos de mulheres desenvolvem processos de luta que contribuem com a desnaturalização do lugar instituído socialmente para as mulheres, lutas que desconstruam os ideais de feminilidade hegemônicos, que coloquem em xeque a divisão sexual e racial do trabalho, que ampliem os espaços de

poder para as mulheres, que descolonizem os corpos e os modos de vida, que ofereçam resistência cotidiana à violência e busquem construir uma nova subjetividade e uma nova visão de mundo, baseadas na autonomia e liberdade das mulheres¹³.

Atuando em movimento

As pessoas se juntam para organizar um movimento social por vários motivos. Algumas porque pensam que serão beneficiadas com aquilo que for conquistado e outras por solidariedade ao grupo desfavorecido com o problema. Tem gente que adere porque se identifica emocionalmente com a causa, se sente vinculada, e tem outras que comungam da visão de mundo e do projeto político que se constrói ali. Estas várias razões não são excludentes, é até muito provável que ocorram ao mesmo tempo na mesma pessoa, e dependendo do momento uma ou outra ganha maior proeminência.

Em geral, as pessoas chegam junto a um movimento em um momento de forte mobilização, numa ação de rua ou em um encontro de formação, mas o que as mantém participando? Primeiro é preciso ter onde participar, ou seja, é preciso existir espaços e formas organizativas permanentes nas quais a pessoa possa chegar e que sejam capazes de acolher, gerar identificação, isto é, sentimento bom de fazer parte deste movimento e de compartilhamento de ideias e ideais.

Também são necessários mecanismos organizacionais capazes de gerar adesão, portas de entrada, formas de sociabilidade, momentos de formação com elaboração que estimule a construção de si, compreensão dos espaços e momentos de tomada de decisão, distribuição de tarefas conforme as possibilidades de cada uma etc. As formas de atuação também precisam ter uma estética atraente e fazer uso de repertórios capazes de envolver as integrantes, de preferência fazendo coisas de acordo com

¹³ Silva, 2016.

suas capacidades, mas também considerando o gosto de cada uma.

Tudo isso é fundamental, mas queremos destacar a relevância, para a permanência de quem chega a um movimento, da adesão à construção de um projeto político comum, que implica em marcos de referência de interpretação da realidade, estratégias de atuação, política de alianças e a crença de que o modo de organização daquele movimento tem espaço para construção coletiva onde caibam todas. Mas nada disso funciona se a pessoa não nutre a revolta no seu coração.

Rebelar-se, ou *pegar revolta* como dizemos no movimento de que participo, é, em si, um ato contra o sistema. Mas não é suficiente para mudar a situação de vida, pois para promover rupturas são necessárias ações que demonstrem a incompatibilidade com o sistema, o que só é feito coletivamente, em conflito, forçando as paredes que nos oprimem.

Conceituando movimentos sociais

O conceito de Movimentos Sociais é um desafio que pode ser pensado à luz dos usos do termo movimentos sociais e a possível abrangência que damos a ele.

No cotidiano do campo político de esquerda em geral e no feminismo, o termo Movimentos Sociais é usado para várias coisas que parecem divergentes porque a palavra é usada de formas diversas¹⁴. Vou identificar empiricamente três formas: a primeira é quando nos referimos a Movimentos Sociais como um sujeito político coletivo difuso que assume uma causa permanentemente, mas de forma genérica, por exemplo, Movimento Feminista, Movimento Negro, Movimento Sindical ou outro. Ao me referir ao movimento sindical, não é de um sindicato em particular ou de uma central sindical que falo, nem de um período histórico, mas sim de um conjunto de organizações, articulações, eventos, processos e pessoas que compõem o movimento

¹⁴ Autoria coletiva, 2020.

sindical. Trata-se aqui, de certa forma, de um campo político, ou um subcampo (campinho) no interior do campo político dos Movimentos Sociais. A mesma reflexão serve para todos os campinhos que compõem o campo político dos movimentos sociais ou, mais amplamente, o campo de esquerda.

Uma segunda forma é Movimentos Sociais como ciclos históricos de luta, como um processo encadeado de eventos históricos em torno de uma causa impulsionada por diferentes sujeitos coletivos. No feminismo, por exemplo, essa forma é usada quando falamos no Movimento Sufragista, no Lobby do Batom no período Constituinte, ou mais recentemente na Primavera Feminista, também nomeada com o slogan Fora Cunha, quando fomos às ruas contra o Projeto de Lei 5069 e contra o então presidente da Câmara dos Deputados. Nas teorias que estudam movimentos sociais, o conceito é usado com mais força para analisar ciclos de protesto, num dado momento histórico, o que combina com esta forma também usual na política.

Uma terceira forma é quando falamos Movimentos Sociais em referência a um movimento organizado com nome próprio dentro do movimento difuso que constitui um campinho, como Articulação de Mulheres Brasileiras, Marcha Mundial das Mulheres, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, Central Única dos Trabalhadores etc¹⁵. Esse é o uso mais comum na linguagem política de militantes de movimentos sociais, podendo também ser usado para coletivos e grupos presenciais e virtuais.

Um movimento com nome próprio, como estes citados, tem nome e causa, obviamente, mas também estrutura de organização interna, que inclui coordenação, ainda que as tenha nomeado de outra forma, inclusive presidência ou diretoria; processos de tomada de decisão e modos de atuação; recursos próprios conquistados de diferentes maneiras; símbolos com os quais se apresenta no mundo e uma cultura

¹⁵ Na maioria das vezes, na linguagem política coloquial, Movimentos Sociais engloba os outros movimentos que não são sindicais. Não reitero essa forma de ver por que entendo que isso dá ao sindicalismo uma proeminência à priori.

organizacional específica.

A partir da minha experiência política e dos referenciais teóricos que adoto, entendo Movimentos Sociais como processos de ação coletiva, que agregam pessoas, grupos e articulações, voltados para alterar uma situação entendida por seus integrantes como problema e como injustiça, os quais tornam público na sociedade e frente ao Estado os problemas vistos antes socialmente como privados.

Neste sentido, os Movimentos Sociais pressupõem valores e objetivos que indiquem uma utopia em comum, ou seja, uma dimensão de projeto político, e a definição de adversários ou situações sistêmicas antagônicas que se dispõem a enfrentar. Celebrar os Movimentos Sociais como a demonstração de força política coletiva e ativa da sociedade na perspectiva de mudanças sociais é, neste sentido, apostar na potencialidade deles enquanto sujeitos de transformação. 🌸🌙



NA NOSSA CONCEPÇÃO, **O MOVIMENTO FEMINISTA...**



É O MOVIMENTO SOCIAL QUE SE ORGANIZA EM TORNO DA CAUSA DAS MULHERES.



AO LONGO DA HISTÓRIA, ELE GEROU PENSAMENTO CRÍTICO SOBRE A SITUAÇÃO DAS MULHERES E PROPOSTAS PARA RESOLVÊ-LA. GEROU INDIGNAÇÃO, REVOLTA E AÇÃO COLETIVA DE MULHERES.



O FEMINISMO GERA CONSTANTEMENTE, EM CADA UMA DE NÓS, UMA ATITUDE INQUIETA, UMA CHAMA DE REBELDIA, UM MODO DE SER E DE VIVER A VIDA QUE INTERPELA O MUNDO.



O MOVIMENTO FEMINISTA ORGANIZA LUTAS POR DIREITOS A SEREM CONQUISTADOS NO ESTADO E ALTERAÇÕES NO SISTEMA DE EXPLORAÇÃO E DOMINAÇÃO.



ELE ENFRENTA O PROBLEMA DA EXPLORAÇÃO E DOMINAÇÃO DE TODAS AS MULHERES PELO SISTEMA PATRIARCAL, RACISTA E CAPITALISTA.



O FEMINISMO É UM MOVIMENTO QUE BUSCA CONSTRUIR A NOSSA AUTONOMIA, QUE SEMPRE SERÁ VIVIDA NAS CIRCUNSTÂNCIAS DAS CONDIÇÕES SOCIAIS QUE ENFRENTAMOS.

Feminismo popular¹⁶

O FEMINISMO É, RECONHECIDAMENTE, UM DOS MOVIMENTOS SOCIAIS que mais se expressa publicamente hoje em dia no mundo inteiro. Enormes manifestações nas ruas como as ocorridas na Polônia com a greve em outubro de 2016 contra a interdição ao aborto em caso de estupro; nos Estados Unidos, com os protestos por ocasião da posse de Trump em 2017; e na Argentina, em 2018 e 2019, pela legalização do aborto no momento da votação no parlamento, e, agora em 2024, novamente no enfrentamento ao governo fascista; no Brasil, na Marcha das Margaridas ou durante as eleições presidenciais em 2018, com #elenão; tudo isso revela o crescimento da adesão das mulheres ao feminismo.

Em meio a este crescimento, há um forte debate nas redes sociais e nas universidades afirmando que o movimento feminista foi ou é um movimento de mulheres brancas, burguesas, intelectuais e enfadadas com o seu lugar no mundo. Inspiram-se, para esta afirmação, historicamente, no livro clássico do feminismo norte-americano *A Mística Feminina*, escrito por Betty Friedman, em 1963. E ele realmente tinha esse tom. Desconhecia a existência e a situação de um sem-número de mulheres, pobres e negras, para as quais esse enfado não dizia nada, já que tinham que trabalhar o tempo todo para sobreviver e tinham que ser muito fortes nas ruas para se defender. E esse tom deve ter influenciado muita gente ao redor do mundo. Mas será que foi dominante em todos os lugares?

16 Elaboração: Carmen Silva.

A leitura de mundo do movimento feminista apresenta mudanças significativas no último período. Antes eram poucas, mas agora inúmeros movimentos, coletivos, estudiosas e ativistas individuais das redes e das ruas falam de feminismo a partir da exigência de um pensamento capaz de ler o mundo embrincando as dimensões de sexo e gênero, de classe, orientação sexual, raça e etnia. A pergunta que salta de toda esta movimentação é: até onde o feminismo está chegando? As mulheres de classes populares no Brasil estão envolvidas na construção dos movimentos feministas? Sempre foram ou somente agora? O que mudou? Pode-se falar da existência de um feminismo popular?

As formas de resistência são inúmeras. As mulheres populares, que no Brasil são majoritariamente negras, não se encontram perfeitamente enquadradas dentro dos padrões compulsórios de feminilidade da norma patriarcal, uma vez que a grande maioria tem que assumir o seu próprio sustento e dos seus familiares e enfrentar as dificuldades próprias da vida nas periferias das grandes cidades ou no campo, o que as obriga a serem sujeitos femininos

As mulheres populares, que no Brasil são majoritariamente negras, não se encontram perfeitamente enquadradas dentro dos padrões compulsórios de feminilidade da norma patriarcal, estão em desacordo com a norma hegemônica do feminino.

fortes, no sentido dado a esta expressão por Angela Davis, e, nesta direção, em desacordo com a norma hegemônica do feminino.

Na experiência brasileira, fortes movimentos de mulheres de classes populares vêm se gestando nas últimas décadas. Suas pautas e formas de organização são muito alimentadas pelos debates feministas. Há registros históricos de um grande número de mulheres negras, trabalhadoras, de regiões periféricas nas grandes cidades e em zonas rurais construindo os movimentos de mulheres e, dentre eles, os movimentos feministas. Isso já ocorria há bastante tempo, embora o feminismo agora esteja mais visível, e acontece também em setoriais de mulheres em movimentos mistos quanto ao sexo. Atualmente estas mulheres são muitas vezes nomeadas como periféricas, mas não usarei este termo porque ele tem um duplo sentido: morar em periferias urbanas ou estar na periferia do movimento.

Ao pensar esta composição do movimento feminista, estou entendendo *mulheres de classes populares* como uma fração da classe que vive do trabalho, em condições de maior precariedade e pauperização, e que se organiza e se movimenta no interior da luta social da classe trabalhadora. Isso significa interpretar as lutas feministas também como parte da luta de classe.

Nesses espaços, mulheres de classes populares têm construído a si mesmas como feministas, o feminismo popular é uma realidade. Há vários movimentos, grupos ou coletivos autônomos que se alinham a essa perspectiva e há, também, uma construção de referências nessa direção, ou feminismos próprios, dentro



de movimentos sociais mistos quanto ao sexo, que se atribuem a construção de um feminismo popular.

Fatos significativos, em cada trajetória pessoal, marcam as experiências de participação política das mulheres, as quais se dão em diferentes contextos geopolíticos e históricos, que também deixam suas marcas. Para algumas mulheres, as referências históricas do início do seu processo pessoal de fazer-se feminista remontam à década de 1970 e 1980, período da chamada redemocratização. Para outras, majoritariamente jovens, mas não só, o início da militância se deu na chamada era Lula, ou seja, sob a égide de um Governo Federal do campo democrático e popular. Para as que chegaram ao feminismo recentemente ou no decorrer das Jornadas de Junho de 2013, e passaram pelo enfrentamento ao golpe político contra a presidenta Dilma, resistiram ao governo Bolsonaro e agora festejam e se angustiam com o governo Lula, a situação é diferente. Digo isso para demonstrar que a situação conjuntural me parece bastante relevante para a compreensão dos diferentes processos de formação de identidade política pessoal como feminista.

Muitas jovens de classes populares que chegaram neste último período ao feminismo são negras, de classes populares e residentes em periferias, e têm nesses grupos sociais sua identidade primeira. Muitas entram através de projetos sociais de ONGs ou de governos progressistas, outras, pelos movimentos artísticos (hip hop, funk, brega...), por movimentos negros periféricos, pelos processos de luta urbana territoriais, por movimentos ligados à produção agroecológica ou solidária, pela relação com mulheres mais velhas nas casas de

culto religioso ou em escolas etc. Algumas foram beneficiárias das políticas do governo Lula-Dilma de acesso às universidades e entram no feminismo a partir dessa inserção. E há aquelas, talvez a maioria, que conhecem o feminismo a partir da busca ativa na internet. Essas formas de entrada e permanência no feminismo contribuem para demarcar a construção de suas posições no movimento.

Pensando sobre essa construção histórica, me parece que um dos problemas que dificulta ver o feminismo popular está nesta separação historicamente construída entre movimentos de mulheres e movimentos feministas. Diz-se que ‘é feminista quem se considera’, mas na prática, a separação hierarquiza esta dualidade. Há alguns anos, era como se fosse feminista apenas quem estudou muito a teoria ou quem escreve sobre ela ou mesmo pertence a uma organização ou um núcleo de estudo assim declarado. Entendo que isso é, apenas, um modo de ver. Há inúmeras outras possibilidades.

Ser militante de um movimento feminista e ser uma mulher feminista, sendo duas coisas distintas, são vistas de forma muito misturada hoje em dia. Para quem só conhece o feminismo pelas postagens nas redes sociais, por buscas na internet ou por alguma literatura específica, é mais fácil compreender a atuação individual e se definir como sendo uma mulher feminista sem estar organizada em nenhum coletivo ou movimento.

Percebo que, para as mulheres populares, a identidade feminista é uma construção cheia de nuances e complexidades. Muitas delas, em especial as mais velhas, ao falarem no seu processo pessoal de identificação com o feminismo, remetem à memória de um tipo de processo pedagógico, quais sejam as atividades de formação realizadas no movimento, ou seja, o acompanhamento sistemático de uma feminista que com ela conversava, sugeria livros, filmes, mídias ou realizava ações em conjunto. Entre as mais jovens também há referências a momentos de formação e ação de rua de movimentos feministas, mas a maioria fala de sua iniciação a partir de acompanhamento de redes sociais ou de buscas na internet em geral.

Ser de classe popular no feminismo

Em uma pesquisa que publicamos no SOS Corpo, em 2016, sobre Feminismo Popular¹⁷ apareceram vários elementos instigantes nas falas das mulheres populares que participam de movimentos feministas, vejamos alguns.

As mulheres feministas de classes populares sentem a desigualdade nas condições de participação interna nos movimentos feministas em função de suas condições socioeconômicas, do não usufruto de bens culturais, das relações raciais opressoras e do reconhecimento do conhecimento adquirido por outras mulheres que não elas mesmas.

Elas identificam que o método de organização, formas de tomada de decisão e de atuação do feminismo geram condições internas mais democráticas, mais horizontais do que em outros movimentos, mas avaliam que tudo isso não é suficiente para gerar possibilidades igualitárias no interior do movimento.

Embora sejam todas da classe trabalhadora em um dado movimento feminista, os níveis salariais e as condições de acesso à cidade e a bens culturais terminam por definir aspectos da participação, podendo gerar situações de poder desiguais.

No feminismo acadêmico e no feminismo que se faz nos espaços governamentais ou patrocinado por algumas ONGs, é muito rara a presença de mulheres populares como conferencistas em seminários e como autoras de publicações.



¹⁷ Silva, 2026.

Boa parte do movimento feminista no Brasil hoje tem, na sua composição interna, setores mais precarizados da classe trabalhadora, ganhando uma constituição mais popular.

Tudo isso faz com que existam sempre tensões no processo de autoidentificação como feministas entre as mulheres populares.

O fato de um dado movimento se identificar como feminismo anticolonialista poderia garantir o tom de classe trabalhadora no feminismo. Isso constitui o projeto de alguns movimentos, mas não de todos. Ademais, o anticolonialismo, muitas vezes, é uma declaração de princípios, mas não se traduz necessariamente em lutas reais e/ou em consciência de classe.

Quando os movimentos são constituídos somente por mulheres da classe trabalhadora, sendo elas com distintos níveis de renda e de condições sociais, a desigualdade de classe se manifesta no seu interior. Ou seja, não se pode negar os problemas vivenciados pelas mulheres de classes populares no interior do feminismo.

As condições de vida interferem na militância e estabelecem situação de menor poder para as que são mais pobres. Esta situação de menor poder parece não estar ligada apenas à forma como o movimento funciona, mas sim às condições de vida que reduzem as possibilidades de participação. Situação similar ocorre em todos os movimentos sociais.

É possível analisar que os problemas de participação não são apenas dados pelas condições sociais de acesso, mas também se devem a elementos culturais que são distintos entre os segmentos da classe trabalhadora que formam o movimento e que,

nas relações internas, estabelecem possibilidades de poder diferenciadas.

Mulheres feministas de classes populares e/ou negras se referem às diferenças de classe e raça no interior do movimento, citando elementos como possuir carro e/ou poder pegar um táxi ou transporte por aplicativo ao final de reuniões à noite; frequentar bares de classe média após os encontros; estilo de roupas que usam; forma de falar nas reuniões e o fato de que as falas de quem vem dos setores médios e/ou brancos, às vezes identificadas como sendo do mundo acadêmico, são mais referenciadas pelas outras; o medo que enfrentam ao falar em um encontro, seminário ou coordenar uma plenária, quando na plateia existem muitas pessoas de classe média e brancas ou acadêmicas etc.

São vários elementos que demonstram que as diferenças de classe não se devem apenas à inserção no processo produtivo ou ao nível de renda, mas tudo que se soma a isso no modo de funcionamento da sociedade brasileira, que é marcado fortemente pela hierarquia de raça, que ocorre de forma imbricada à de classe, e que, juntas, conformam *habitus* e critérios de distinção¹⁸ que são acionados por todas as pessoas nos espaços de participação política e que conferem lugares diferenciados de poder.

Entendo, todavia, que o feminismo popular não é uma nova tendência do feminismo ou uma corrente política específica. O que estou tentando demonstrar é que boa parte dos movimentos feministas no Brasil hoje tem, na sua composição interna, setores mais precarizados da classe trabalhadora, ganhando uma constituição mais popular. Mas há também outra forma de entender o feminismo popular que é a vinculação do projeto político de um dado movimento ao projeto do *campo popular*, que pode, por sua vez, ser entendido como uma força política específica ou como um ideário político de transformação social mais amplo. Ambas as formas de ver são válidas e, muitas vezes, se complementam. 🌸🌙

18 Bourdieu, 2013.

A dimensão da identidade e da identificação¹⁹

A **POLÊMICA IDENTIDADE E O IDENTITARISMO** tomou o debate político sobre movimentos sociais nos últimos tempos, pelo menos nas redes sociais e na mídia de esquerda, mas com forte incidência na vida política presencial também. A questão identitária é vista como dizendo respeito a um movimento que se forma em torno da defesa da expressão de uma identidade social previamente existente, herdada²⁰, com base na visão de que esta identidade teria uma essência e uma fixidez. A partir daí pensam que o movimento negro ou movimento de mulheres, por exemplo, seriam agregações de pessoas em torno da expressão da identidade social negra e feminina, respectivamente, e apenas isso. Essa ideia coloca estes movimentos numa perspectiva particularista em contraposição a uma perspectiva mais ampla que seria movida pela ideia de classe social.

Em última instância é como se esses movimentos não rejeitassem a existência de uma essência negra e feminina, no sentido de identidade previamente estabelecida, ou seja, baseada em como o mundo exterior vê o indivíduo. Isso me parece inadequado para análise destes movimentos e de movimentos sociais em geral, já que muitos se formam questionando exatamente a ideia que a sociedade faz de suas realidades

19 Elaboração: Carmen Silva.

20 Tarrow, 2009

sociais, seja em termos de identidade ou de contextos.

Identidades sociais herdadas podem ser a base de agregação de pessoas em movimentos sociais, mas os movimentos atuam para mudar o significado destas identidades, transformando-as em identidades políticas a partir das lutas pela superação da dada condição social produzida por este sistema no qual vivemos. E são exatamente os movimentos feministas e movimentos negros, majoritariamente, que denunciam o patriarcado e o racismo como estruturantes das relações sociais de exploração e dominação.

Identidade é um termo usado como conceito em diferentes disciplinas. Estudos antropológicos, sociológicos, políticos e da psicologia social o utilizam para expressar elementos que nem sempre podem ser entendidos da mesma maneira. Vou trazer aqui, numa perspectiva simplificadora, porém didática, uma compreensão que me ajuda a pensar a partir do debate de movimentos sociais. A minha esperança é que ela seja útil no interior das articulações entre movimentos e que possamos contribuir para colocar o debate em novas formas.

A identidade pessoal, de cada indivíduo, é uma composição de vários elementos que pode ser interpretada a partir de distintas compreensões de identidade²¹.

Entendo a identidade social pensando que nela está intrínseco como os outros nos veem e o sistema de dominação e exploração nos constrange a ser. Não é um objeto autônomo nem uma propriedade ou característica das pessoas. É um processo no qual as pessoas se reconhecem a si mesmas e são reconhecidas pelos outros como parte de agrupamentos sociais mais amplos e estabelecem conexões emocionais e práticas com estes agrupamentos.

Em certas ocasiões as identidades podem ser exclusivas e descartar outras formas de identificação, em outras, que na realidade são a maioria, elas são inclusivas e múltiplas, e há indivíduos que se aproximam de diversas identidades sociais ao mesmo tempo. Identidade social não é uma declaração do sujeito sobre o que ele

21 Gouveia, 1993.

quer ser, é a imbricação entre como ele se sente e como o mundo o vê e o trata a partir da ideia hegemônica do que ele é.

Eu não decidi ser uma mulher, eu nasci com algumas características que fazem com que o mundo me trate socialmente como uma mulher a partir do que hegemonicamente é visto como sendo uma mulher, e que eu mesma me veja e me sinta assim, uma mulher. Mesmo que eu, ao me tornar feminista, rejeite alguns elementos que caracterizariam socialmente uma mulher, eu continuarei sendo vista pelo mundo como uma.

O mesmo ocorre com pessoas não binárias que nasceram e foram socializadas no sexo feminino. Por uma situação psicológica (disforia) ou por uma definição política, elas não se identificam como mulheres, mas são vistas pelos outros como sendo. Isso é uma luta constante dentro de si mesmas e com o mundo para que conquistem o reconhecimento social como pessoas que não se enquadram no binarismo de gênero.

Mulheres transgêneros não são vistas pela maioria da sociedade como sendo mulheres para efeito de direitos, mas são vistas como mulheres para efeito de perseguição, porque elas se constituíram com algumas características sociais e corporais típicas de mulheres e, por isso, se diferenciam do gênero masculino definido pelo binarismo. Como elas têm caracteres que são entendidos socialmente como sendo de mulheres e se identificam socialmente como mulheres, são assassinadas por homens violentos que não aceitam isso, por um sentido de inadequação social que o patriarcado construiu no processo de dominação das mulheres.

A identidade política diz respeito a como decidimos ser. É uma decisão tomada por análise crítica pessoal ou coletiva e envolvimento com outra perspectiva de construção de si que não aquela hegemônica socialmente. Ao rejeitar o que o mundo diz o que é/ deve ser uma mulher, eu me desidentifico com essa visão social sobre o que são as mulheres, posso com isso me tornar feminista e construir a mim mesma a partir de outra concepção de mulher não hegemônica. Todavia, o mundo continuará a me ver

como mulher. Isso significa que minha identidade social mulher fica mantida, mas que adquiri uma identidade política. Identidade política é uma declaração do sujeito, que pode ser individual, embora ganhe maior força quando é coletiva.

A identidade pessoal de cada uma de nós, militantes de movimentos sociais, se desenvolve em altos e baixos nessa interação entre identidade social e identidade política. Eu não posso me desidentificar completamente com ser mulher uma vez que o mundo me vê e me trata como uma mulher e porque eu me auto-organizo como mulher para enfrentar as injustiças da dominação e exploração sobre nós nesse sistema. Mas eu não posso também adotar, para o meu modo de vida, o que está estabelecido hegemonicamente para a categoria social mulheres, sob pena de eu ter que renunciar à minha perspectiva crítica feminista²².

A identidade política pessoal, como qualquer identidade, não é permanente, fixa, ou baseada em um elemento natural, ela é um processo social, em constante construção, porém, não linear, podendo a pessoa assumir uma ou várias identidades políticas, de acordo com a sua opção no momento, normalmente marcada por um pertencimento a um determinado coletivo ou envolvida em um dado projeto político. Às vezes esta identidade política pessoal pressupõe uma *identidade herdada*, ou seja, um pertencimento anterior a um grupo socialmente constituído, outras vezes, não. A partir da aproximação



²² Silva, 2010.

Pensar identidade coletiva politicamente é uma forma de fazer referência a uma identificação racional e emocional com um sujeito coletivo.

com espaços de participação e organização coletiva, as mulheres têm suas vidas deslocadas dos destinos previstos e podem construir projetos de existência para si. Identificar-se como mulher, de um certo tipo, e feminista, é parte desta construção pessoal de identidade política.

A identidade *mulher*, e todas as outras que são marcadas por um lugar subalternizado nas relações de dominação e exploração, como negra, lésbica, trans, indígena, trabalhadora, popular, com deficiência etc., é uma percepção que vai amadurecendo a partir de fatos significativos da vida que, por sua vez, ressignificam memórias. Passar a se ver como mulher não é algo que ocorre sempre para todas e/ou em determinado momento. A maioria de nós não pensa sobre isso, apenas vive isso. Obviamente como *mulher* é uma construção social que ocorre no interior das relações sociais de dominação e exploração, vive-se como *mulher* dentro de um padrão social estabelecido do que é uma mulher, de forma não reflexiva. Porém, por diferentes razões, algumas mulheres resistem a este padrão ou, como dizia o feminismo nos anos 1970, *não aceitam o seu destino*. E isso as aproxima de uma identidade feminista, ainda que não reflexiva.

Já a construção da identidade feminista é algo que, na história do movimento, se dava preponderantemente no espaço de participação política no movimento de mulheres, e com diversas experiências de sociabilização – entre as quais as experiências educativas, sobretudo oficinas de autoconsciência – ou seja, se dava na relação com uma identidade coletiva. Também era forte a identificação feminista

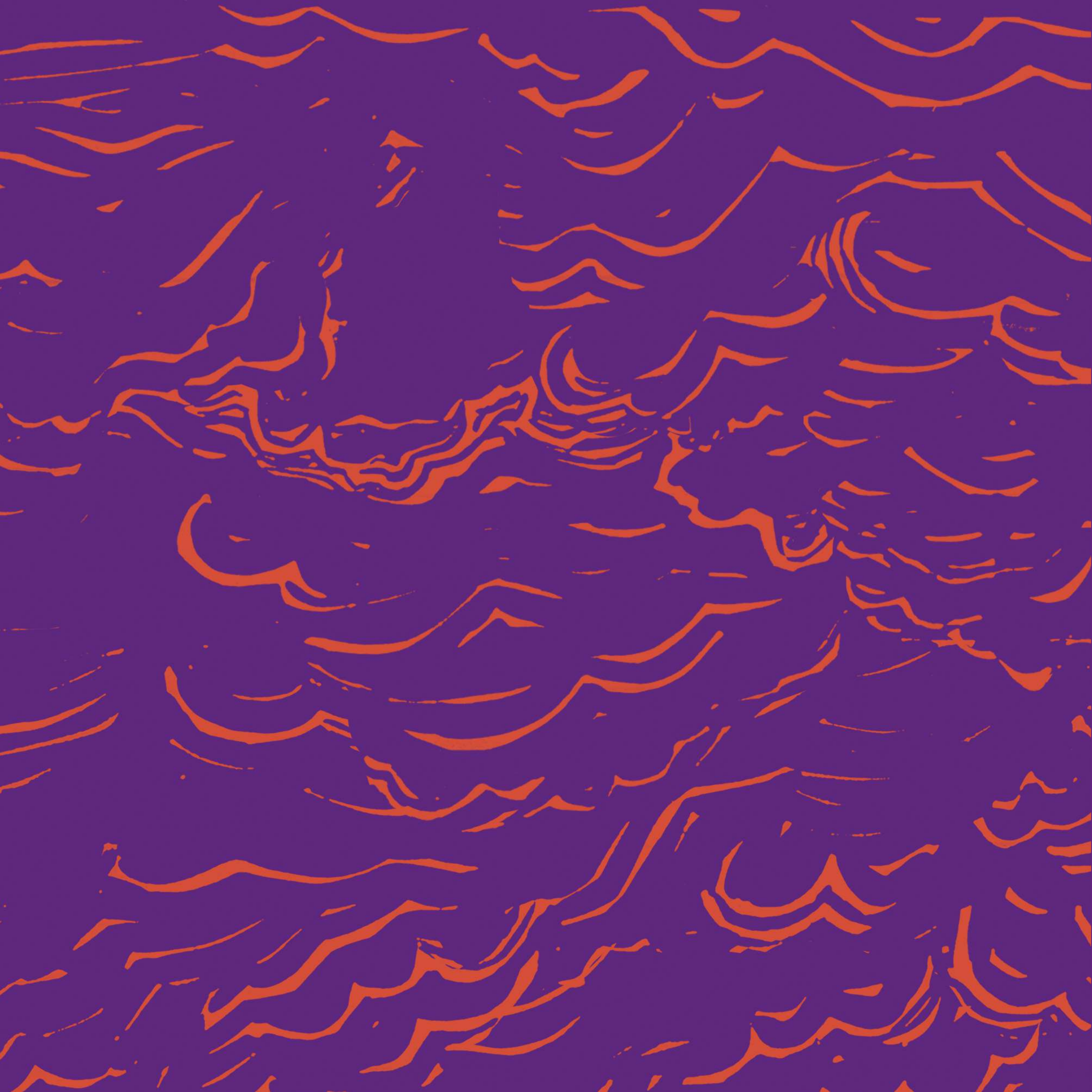
construída a partir de estudos e debates teóricos nas universidades ou pequenas organizações com esse caráter. Hoje, a identificação feminista é mais fluida e advém, em larga medida, de postagens e debates na internet, de acompanhamento de personalidades públicas, ou de busca ativa por interesse mesmo. Todas estas formas incidem no crescimento dos movimentos feministas.

A identidade coletiva em movimentos sociais é entendida aqui como uma identidade política construída coletivamente. É o sentimento de vínculo com um sujeito coletivo, que possui uma capacidade de ação coletiva que deriva de muitas pessoas se identificarem com a mesma causa, compartilharem ideias e emoções semelhantes, e construírem um certo grau de organização e tomada de decisões para ação que realizam. A identidade coletiva de um movimento pode se relacionar com a identidade social das participantes ou não, mas é sempre uma identidade política coletiva e, dessa forma, incide e recebe influência do processo de construção de identidade política pessoal.

A identidade política coletiva opera como um princípio organizador com relação à experiência individual e coletiva e ajuda as pessoas a localizarem aliados e oponentes. Sendo múltiplas em cada pessoa, podem estar ou não em tensão em um dado contexto ou momento histórico²³. Ela pode basear-se em orientações, valores, atitudes, visões de mundo, estilos de vida compartilhados e experiências de vida comum, não precisando estar referida somente a elementos como classe, raça, gênero, orientação sexual, nacionalidade, necessariamente, embora esses estejam demonstrando maior força atualmente.

Pensar identidade coletiva politicamente é uma forma de fazer referência a uma identificação racional e emocional com um sujeito coletivo, neste caso, um movimento social que tem seus marcos de referência, formas de pertencimento e participação, formas de organização e de tomada de decisões, com as quais a pessoa comunga. Isso não significa identificar-se totalmente. Coabitam em nós diversas identidades políticas. 🌸🌙

23 Melucci, 1992.



CAPÍTULO 2

MOVIMENTOS FEMINISTAS EM AÇÃO



OS MOVIMENTOS SE MOVIMENTAM. Apesar de ser completamente redundante, esta afirmação é necessária. Constituir-se como um movimento social é ir além da forma organizativa e da realização de atividades pontuais, exige uma capacidade de produzir movimentação na sociedade, agitar ideias, reunir multidões, demonstrar força política. Para nós, mulheres, que vivemos em situação desigual em relação aos homens, construir Movimentos Sociais é, em si, um grande desafio.

Nesta parte vamos refletir sobre a atuação política das mulheres, discutindo as interdições que o sistema de dominação nos impõe, mas também como resistimos e seguimos construindo a força política feminista. A história nos fornece aprendizados sobre diferentes estratégias possíveis, práticas políticas e repertórios de ação dos quais podemos lançar mão para aumentar a nossa força frente aos oponentes.

Um elemento central que debateremos adiante diz respeito às práticas articulatórias feministas, ou seja, o exercício de construir alianças com outros movimentos sociais e outros sujeitos políticos, formando frentes, redes ou coalizões que são mecanismos para aumentar a força política nas lutas que desenvolvemos para enfrentar as desigualdades sociais e melhorar a vida das mulheres. Certamente serão também em lutas duradouras por transformação social frente ao sistema opressor. 🌸🌙

Atuação política das mulheres²⁴

O DIREITO DAS MULHERES À ATUAÇÃO POLÍTICA foi e é enfrentado pelo feminismo por diferentes meios: às vezes por mulheres individualmente, às vezes, em coletivo. Com frequência enfrentamos denunciando as contradições da democracia através da análise sobre que grupo de pessoas tem a força política de comandar as decisões que impactam a vida coletiva em determinada situação: são homens? São proprietários? São brancos?

A questão também é enfrentada pelo resgate dos mecanismos da exclusão, violência política e bloqueios instalados na experiência das mulheres na história. E ainda pelo debate suscitado, no interior do próprio feminismo, sobre o poder e o exercício do poder pelas mulheres, no público e no privado.

A percepção geral no feminismo é, resumidamente, de que a participação política é um dos conflitos inerentes às relações de poder nas sociedades democráticas; que o poder precisa ser democratizado; que a democracia não é tão democrática e que há práticas de dominação por dentro dos espaços estritamente políticos. Além disso, se considera que ‘o privado é político’, que há práticas de dominação nos espaços sociais, nas instituições sociais, como escola e família, e nas relações íntimas.

São fortes os consensos no feminismo de que não se participa politicamente apenas nos espaços institucionais do Estado; de que a existência de eleições sistemáticas não é sinônimo de democracia; e de que as lutas por direito, defesa, resistência e transformação social são formas legítimas de atuação política.

24 Elaboração: Silvia Camurça

Resgatamos ainda que, muito cedo no debate feminista, foi constituída a compreensão de que os homens controlam os fóruns políticos pela manutenção da ideia predominante de quem pode decidir sobre o quê e em que espaço. Esta ideia materializa-se nas regras institucionalizadas, legal ou socialmente, e nele não há muito espaço para mulheres, a não ser no exercício do poder sobre certas áreas da vida privada, doméstica e familiar.

Entendemos que as mulheres são uma categoria de pessoas que inclui todos os tipos de mulheres, aquelas que se identificam e/ou que são identificadas socialmente como sendo mulheres, ainda que existam diferenças significativas entre nós e mesmo desigualdades sociais, raciais/étnicas, de classe, de orientação sexual, de identidade de gênero, de idade, de território de moradia, de trabalho etc.

Sob sistemas de dominação, incluindo o patriarcado, existe, de forma permanente, o esforço do grupo opressor/explorador em excluir o grupo oprimido/explorado da possibilidade de participar igualmente das decisões sobre os rumos das coisas, do país, da cidade, da comunidade. Esta prática é política e é um estratagema do sistema de dominação patriarcal, porque se faz sob falsas justificativas, que são pura ideologia, no sentido de serem um corpo de ideias articuladas que encobrem e falseiam a realidade.

As justificativas ideológicas patriarcais afirmam que as mulheres são intelectualmente incapazes, são moralmente inferiores aos homens porque sendo muito sensíveis são perturbadas emocionalmente por seus ciclos biológicos e são seres destinados à maternidade e à procriação. Além disso, alardeiam que a ordem social burguesa – assentada na família patriarcal – estaria ameaçada, pelo tempo que a participação política roubaria das mulheres de sua função principal na sociedade: procriação, educação familiar e organização da vida do grupo doméstico, base da sociedade.

Dizemos a ordem social burguesa porque na realidade as mulheres das classes trabalhadoras sempre estiveram trabalhando e articulando lutas contra a exploração,

por todo tempo e lugar e em diferentes modos de produção, seja na Europa feudal, nas fábricas da revolução industrial ou nas lavouras no modelo escravagista europeu implantado nas colônias pelo mundo afora.

O feminismo nos relembra que não somos um aparelho reprodutivo, somos pessoas com projetos de vida e anseios. Sendo pessoas que podem gestar, somos também pessoas que trabalhamos, produzimos bens para autoconsumo e mercadorias para venda, e que atuamos politicamente nos mais diversos conflitos e arenas políticas, e desde muito tempo atrás. O feminismo nos lembra que podemos ser sujeitos autônomos e livres.

A partir do feminismo, perceber e denunciar os bloqueios à participação política das mulheres é ocorrência frequente hoje nas organizações sindicais, no campo e nas cidades, entre povos originários e povos tradicionais, nos partidos e nas lutas por direitos, como nas lutas por moradia e transporte, e nas lutas de resistência à exploração, no extrativismo da mineração e no garimpo.

No início da constituição dos estados modernos europeus o feminismo denunciou fortemente a contradição principal da democracia emergente: não havia espaço de representação para todos. As mulheres estavam de fora.

***O feminismo nos
relembra que não
somos um aparelho
reprodutivo, somos
pessoas com projetos
de vida e anseios.***

Esta crítica apontou que há dominação na democracia institucional, criada em bases burguesas, liberais e patriarcais, mas que também existem práticas antidemocráticas e, portanto, práticas de dominação, no campo das organizações revolucionárias da esquerda, caso dos conflitos por representação na Revolução Francesa, por exemplo.

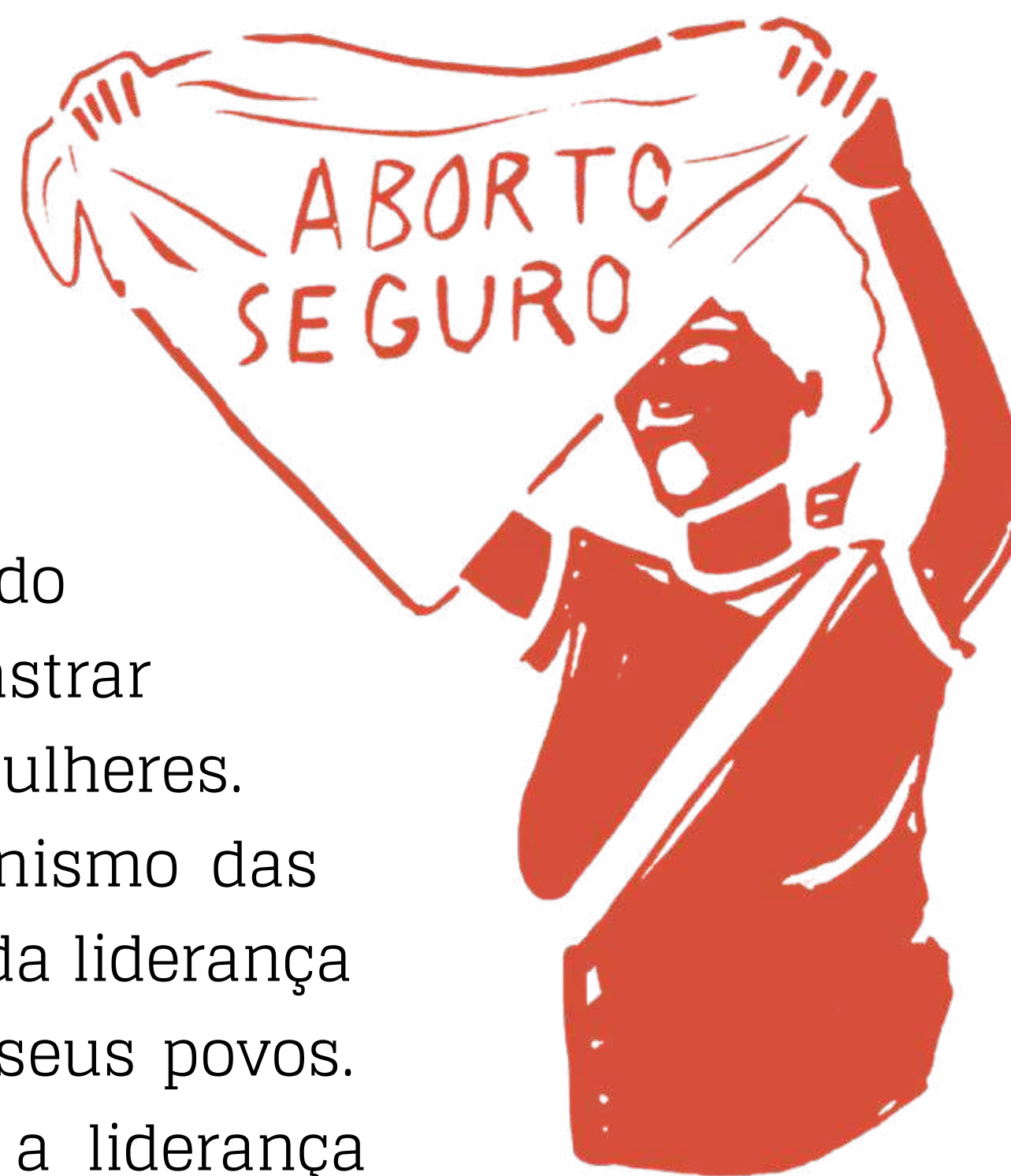
O feminismo apontou que há dominação

no ideário da cultura política hegemônica, ou seja, nas práticas, estruturas e formas de organização política e nos valores e crenças dominantes sobre a política e o poder.

Há também, no feminismo, a prática de resgate e difusão da experiência de mulheres no comando de lutas do passado e de nossos dias para demonstrar a ideologia patriarcal que nega esta trajetória às mulheres. Caso, por exemplo, do esforço de difusão do feminismo das mulheres curdas²⁵ e, no Brasil de hoje, a afirmação da liderança de mulheres indígenas na defesa de territórios de seus povos. O feminismo hoje conhece, reconhece e difunde a liderança histórica de mulheres negras nas lutas de resistência à exploração no trabalho escravagista colonial e nas lutas de libertação do povo negro de situações de escravização, no *apartheid*, na África do Sul, e em todas as lutas antirracistas e por direitos.

No moderno sistema de dominação mundial – que vemos como um sistema patriarcal, racista e capitalista –, a situação de controle sobre quem pode exercer o poder de participar nos espaços coletivos de decisão já está dada. O feminismo tem apontado isso há algumas décadas.

E é assim que o pensamento e prática política feminista contribuem para que o controle dos espaços de poder seja tomado hoje como um problema da democracia, seja em um país, seja em um partido, seja numa associação de moradores, no sistema ONU, no território indígena... É um problema apontado por diferentes pontos de vista e também pelo ponto de vista do feminismo.



25 Le Monde Diplomatique Brasil, 2024.

Portanto, em nossa opinião, a luta sufragista europeia, mais radicalmente realizada pelas mulheres inglesas, e a luta para a conquista do voto no Brasil se constituem em apenas um caso da luta constante das mulheres por participação política e de efetiva participação das mulheres nas lutas de resistência dos povos à dominação. Historicamente, existiram muitas outras lutas.

Caminhos para atuação institucional

A partir deste ponto, trataremos dos caminhos abertos pelo feminismo para atuação política das mulheres hoje, dentre os quais apontamos: os caminhos nos espaços institucionais; na arena da comunicação e debate público; na organização e visibilidade da força das mulheres nas lutas por direitos e na construção do feminismo popular como força política contra hegemônica, parte integrante do poder popular.

Nos espaços institucionais, a luta feminista mais longa é por alteração do sistema eleitoral. Nas trilhas deste caminho, são as políticas de cotas para candidaturas, a luta por paridade e alternância nos sistemas eleitorais com voto em listas partidárias, as leis de regulação dos partidos, no Brasil, os usos do Fundo Partidário, e, recentemente, a construção de candidaturas coletivas, um jeito de driblar e avançar nos limites da lei eleitoral vigente.

Mesmo com políticas afirmativas e de cotas, em muitos países, setores subalternos, mulheres inclusive, seguem com baixa representação e muitos limites para participar plenamente da política, o que levou o feminismo a engajar-se na demanda de reforma de todo o sistema político. Esta demanda implica pôr em debate crítico o todo da constituição brasileira, no que diz respeito ao sistema de poder: a estrutura federativa, as regras e a dinâmica do poder executivo, a lógica da representação parlamentar, o poder judiciário, e até a estrutura legal de gestão da comunicação no Brasil, uma concessão pública.

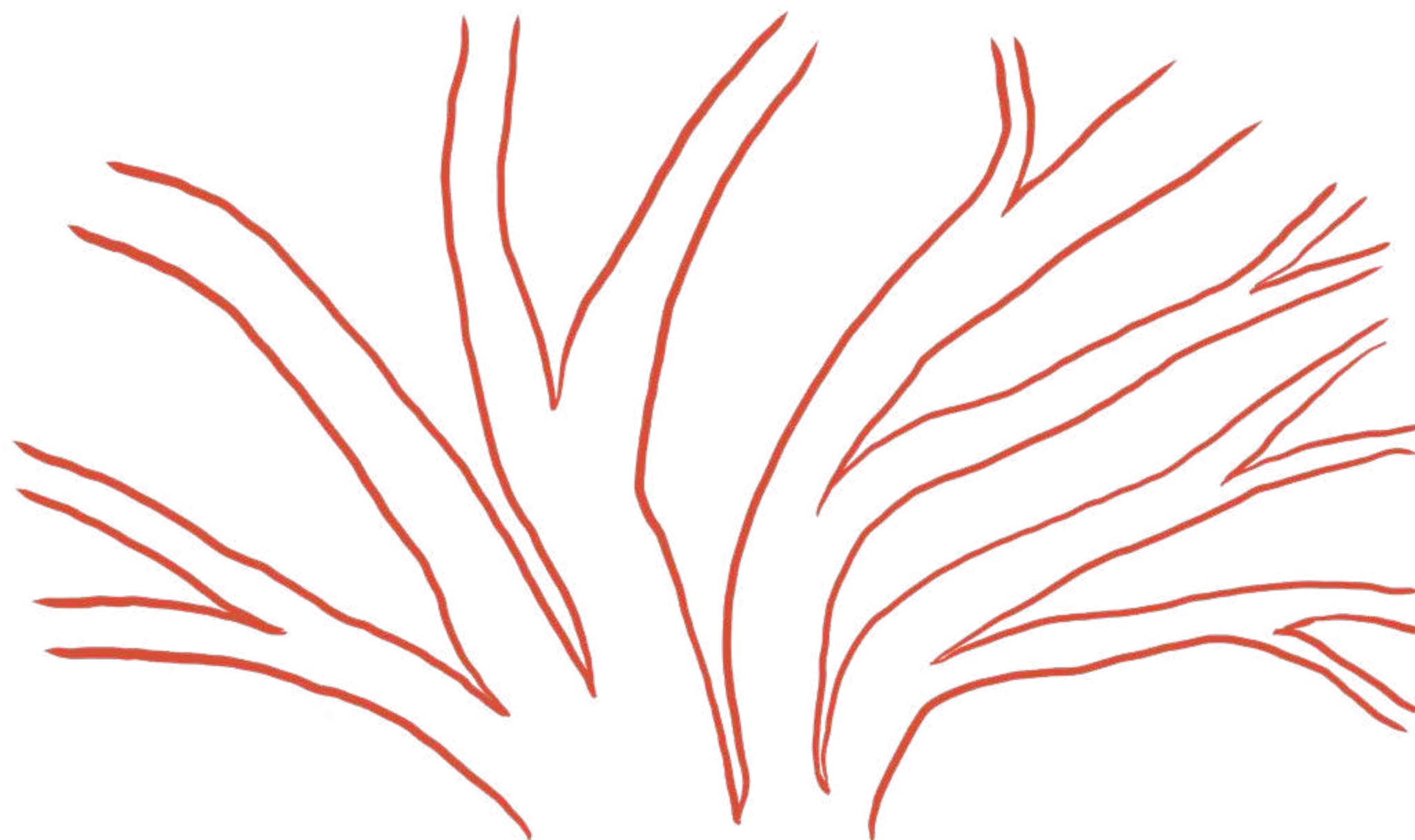
Setores feministas brasileiros participam também da Plataforma dos Movimentos

Sociais por Outro Sistema Político, desde sua construção, em 2005, aos dias de hoje. Foi a Plataforma que, após as jornadas de junho de 2013, liderou um movimento por mudança radical no sistema político, a partir de um plebiscito popular.

A experiência do Plebiscito Popular pela Reforma Política (em 2013/2014) foi uma iniciativa de pressão e debate sobre isto, quando se tratou em comitês populares, ações educativas, cartilhas e programas de rádio, do financiamento das campanhas, regras eleitorais e sub-representação da classe trabalhadora, do povo negro e indígena, das mulheres e jovens.

Do final da ditadura aos anos 1990, os movimentos sociais, em suas relações com governos de esquerda ou centro-esquerda, vivenciaram vasta experiência de participação nas chamadas administrações populares, nas experiências de orçamento participativo e nas conferências e conselhos de gestão das políticas sociais. Certamente por isso, muitos estudiosos de sociologia dos movimentos sociais redefiniram seu tema de estudo para participação social e/ou cidadania.

No Brasil e no presente nossa questão é: como a participação social pode ser um fator relevante para o combate às desigualdades de gênero, de raça, de classe, entre



outras? Responder a esta questão pode conferir sentido ao esforço que é feito pelo conjunto dos movimentos sociais e pelo feminismo para estarem presentes nestes espaços institucionais de participação²⁶.

No campo da participação política institucional, há outra linha de possibilidade de atuação aberta pela luta, que é sintetizada na consigna ‘por mais mulheres no poder’. Ela é focada no objetivo de aumentar as candidaturas femininas para os espaços de poder, tal qual estão estruturados. Esta linha de atuação promove campanhas para as mulheres filiarem-se aos partidos e se candidatarem. Também há campanhas para mulheres ocuparem ministérios, direção de bancos públicos, cargos no poder judiciário, cargos em empresas estatais. Há, ainda, outra linha de atuação que é a prática de valorizar a difusão de casos de mulheres na esfera do mercado, liderando empresas como exemplo de sucesso e conquistas democratizantes.

Durante as eleições, esta forma de participação na política se dá com campanhas para mobilizar o voto do eleitorado em mulheres que estejam candidatas, em mulheres negras, em mulheres militantes de causas variadas, em mulheres ou pessoas feministas.

Em resumo, importa aqui destacar que o feminismo, assim como muitos movimentos sociais de grupos subalternizados, abre espaço para as mulheres atuarem por dentro das regras da política institucional, lutarem contra a estrutura do sistema político, participando por fora, driblando os limites das regras eleitorais e ainda nos espaços de participação social junto a governos de centro-esquerda ou progressistas.

Fora da institucionalidade

Por fora da institucionalidade, há outros caminhos abertos pelo feminismo. Um deles, tão antigo quanto atual, é a participação no debate público em diferentes arenas políticas da comunicação. Foi fazendo o enfrentamento do debate em público que a crítica à democracia

²⁶ Silva, 2023.

liberal foi colocada, desde seu nascedouro, desvelando o fracasso da democracia para promover justiça e igualdade no próprio sistema de poder e representar adequadamente os interesses da população que tal sistema governa.

A cultura política brasileira também colabora para gerar bloqueios à participação política das mulheres. As forças coloniais, escravistas e patriarcais que fundaram o Estado brasileiro se mantêm ainda hoje como alimentadoras dos modos de fazer política. No senso comum, política é tida como coisa de gente de posses, o que significa homens brancos e proprietários, “ficando para a classe trabalhadora, as mulheres, as pessoas negras e os desafortunados em geral as migalhas adquiridas com o clientelismo e o apadrinhamento”²⁷.

Nesse ambiente cultural tradicional, a proposição de igualdade para participação paritária nos processos políticos tem muita dificuldade de ecoar. Disso decorre que fazer o enfrentamento do debate implica em, além de defender o direito à participação, desvelar a ideologia sobre as mulheres e seu lugar no mundo, como também tecer críticas às proposições conservadoras sobre os conflitos sociais, em especial os conflitos de gênero na política, mas também na luta de classes e nas lutas antirracistas.

Na comunicação houve e há vários caminhos de participação política das mulheres. Comunicação própria é um deles. No Brasil, nos anos 1970, revistas feministas, jornais e boletins formaram gerações de mulheres feministas. Mas antes disso, pelos anos 1920, foi ampla e forte a participação política feminista nos debates, em jornais locais e nacionais, posicionando e confrontando preconceitos e conceitos no conflito sobre as mulheres terem, ou não, direito de estudar.

Hoje há programas de rádio, blogs e canais feministas nas redes sociais e na internet em geral, mantendo-se com menos força, mas como potencial arena de debate. Há também a participação política por meio da inserção de artigos, notas e propaganda de campanhas feministas em boletins e jornais sindicais e de movimentos sociais populares ou momentos

27 Idem.

das mulheres em programas de rádio de movimentos sindicais rurais, por exemplo.

O feminismo abriu caminho para enfrentar os limites à participação política dados pelas condições de vida das mulheres. A situação socioeconômica da maioria dificulta o tempo necessário para o acesso aos espaços de participação. O fato de nós mulheres sermos maioria nos postos de trabalho mais precários e na informalidade e recebermos salários menores que os homens, além de sermos responsabilizadas pelo trabalho doméstico, faz com que efetivamente haja uma redução de potencial tempo livre que poderia, em parte, ser dedicado à participação política²⁸. Os riscos frente à violência política masculina quando atuamos no espaço público também reduz nossa potência.

Mas há caminhos trilhados. Na saída da ditadura, muitos movimentos sociais caracterizaram-se pelo enfrentamento radical à máquina do Estado articulando diversas mobilizações sociais em torno das lutas por direitos, elaboração de propostas, interferência no ato de legislar e contribuições na construção de espaços públicos de negociação de interesses com capacidade de gerar novas formas de arbitragem dos conflitos. Conflitos que não eram apenas no âmbito do que é visto como estritamente social, mas também sobre aspectos econômicos, culturais e ambientais. As mulheres estavam lá. E desde então o feminismo, ou mais precisamente uma parte dele, vem elaborando e praticando a participação política das mulheres na construção do poder popular por vários caminhos.

As lutas organizadas pelas mulheres – como a luta contra a violência sexista, por justiça reprodutiva, por creche, direitos reprodutivos e direito ao aborto – formam um grande espaço de participação política: formulando o problema, organizando mobilizações por direitos e políticas, denunciando violações de direitos.

Outro caminho é a participação organizada no interior das lutas dos movimentos sociais, dentro dos quais as mulheres se organizam e incidem para incluir pautas e demandas próprias em meio ao conjunto de pautas, que supostamente beneficiariam

28 Ávila, 2001.

igualmente todas as pessoas. Nas lutas, a participação das mulheres organizadas é percebida como importante força de pressão para qualquer solução negociada, mas também há proposições de ações diretas contra as forças de dominação. São exemplos ações dos movimentos sindicais rurais, na agroecologia e produção de alimentos saudáveis, as lutas por moradia etc.

Nas estruturas de poder popular, o feminismo contribui apontando o caminho da auto-organização das mulheres para ser força política dentro dos partidos, movimentos, cooperativas e associações ou na forma de organizações próprias para constituírem-se como força política na arena política não institucionalizada. A construção permanente do movimento feminista é em si mesmo um caminho.

O pensamento e a prática política do movimento feminista não representam, nem pretendem representar, o pensamento e a prática política das mulheres em geral, mas abrem caminhos e luta por direitos que beneficiam todas, incluindo o direito à participação política. 🌸🌙



Analisar a conjuntura antes de agir²⁹

A PALAVRA CONJUNTURA TEM LONGA TRADIÇÃO DE USO entre organizações políticas, mas também entre empresas e governos. É usada para definir uma análise que se faz antes do momento de planejar a ação. Portanto, no caso de movimentos, análise de conjuntura é um instrumento importante para organização de lutas e ações porque permite tomar decisões do que fazer com maior chance de alcançar seus objetivos no aqui e agora, pois análise de conjuntura é sempre a conjuntura do momento presente ou até logo ali, uns três meses.

Quando se constrói uma análise do conjunto dos acontecimentos num período mais longo, de meses ou anos, propõe-se usar análise da situação. Por exemplo, quando dizemos “desde 2016 vivenciamos uma situação de derrotas sucessivas no Brasil”, nos referimos à sucessão dos acontecimentos, quais foram as forças que se moveram etc., mas num tempo mais longo.

Estruturas são as formas fixas, de longa duração, produzidas pelas relações sociais entre grupos humanos. Enquanto a conjuntura são as formas em movimento no agora. Na formação social brasileira, de país colonizado, entendemos que nosso país foi estruturado em bases racistas, patriarcais e capitalistas.

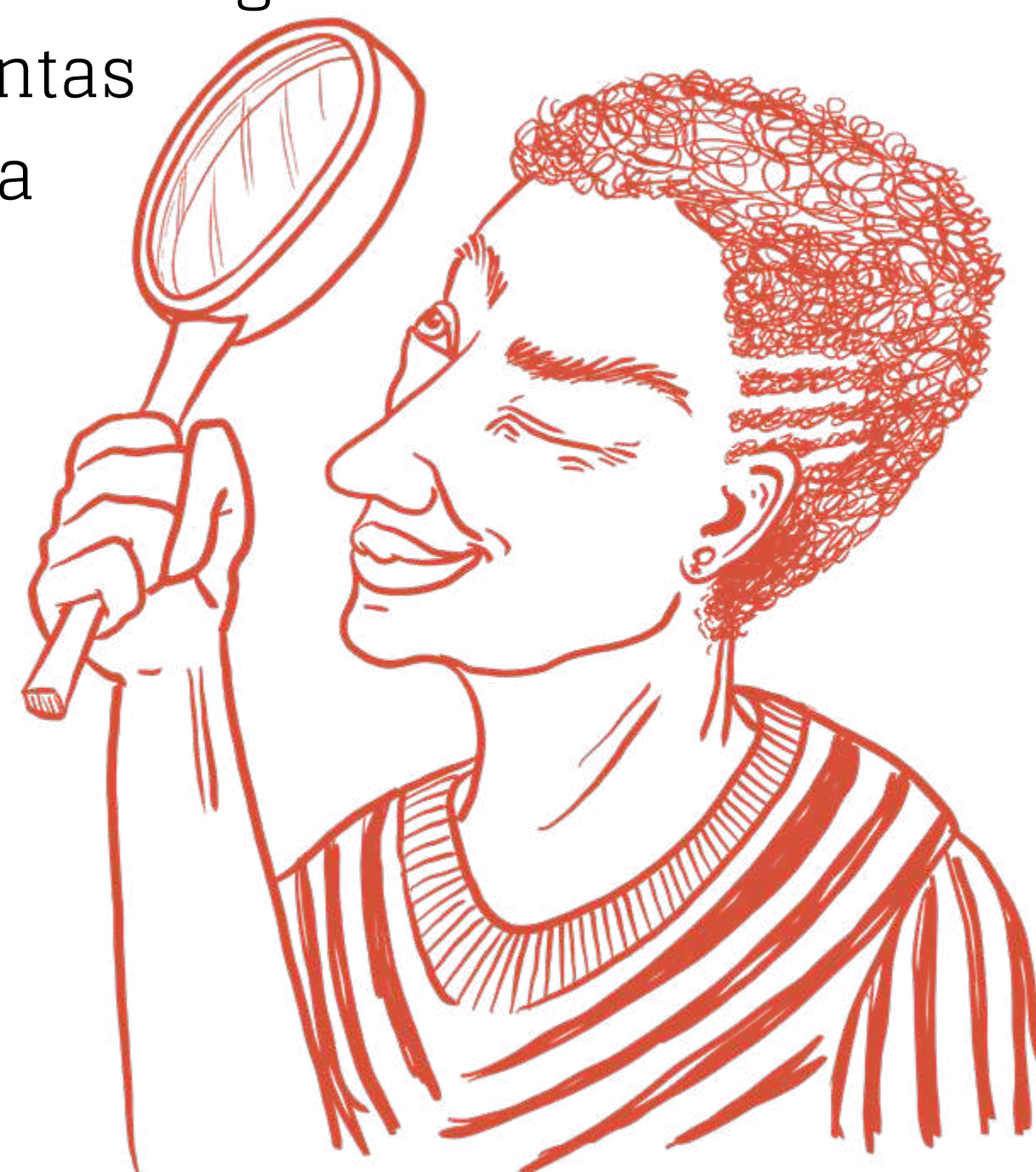
29 Elaboração: Silvia Camurça. Texto elaborado a partir do roteiro do curso Fontes e Veredas, com o tema Análise Feminista de Conjuntura, ministrado no SOS Corpo em 2019.

Para além do marco temporal, análise de conjuntura é sempre do presente, a palavra conjuntura significa o conjunto dos acontecimentos e as relações entre eles. Refere-se a olhar o conjunto da ação que acontece na arena política na qual sujeitos políticos lutam em favor de seus interesses ou por justiça e mudanças sociais. Quem atua? O que acontece de relevante neste momento? Quem são as forças atuando em aliança e em oposição?

A análise de conjuntura guia o trabalho/atividade e o pensamento do sujeito político que analisa para localizar-se na realidade em mutação, para ver e antever ver riscos que suas proposições correm de forma mais analítica e profunda, serve para entender diferença entre o presente, o que veio antes, e o que pode vir à frente, ou seja, compreender o momento da mudança que está sendo vivenciado.

Como mencionado antes, a análise de conjuntura é útil e necessária para se tomar decisões de como enfrentar a realidade, alcançando vitória na direção de seus objetivos e garantindo avançar ou, pelo menos, não perder a posição já conquistada. Para um movimento social, a análise é necessária para planejar seu agir no mundo no curto prazo. Ajuda a responder perguntas tais como: e agora, que fazer? Qual melhor estratégia de luta neste momento? Atuamos sozinhas ou em aliança? Qual melhor aliança a fazer agora? Melhor recuar, desistir ou radicalizar?

Para organizações e movimentos feministas, analisar a conjuntura é fundamental para construir as condições de decisões autônomas, a partir de referências próprias e condizentes com seu propósito coletivo. Serve também para influir com qualidade nos rumos da ação de outros movimentos



Mesmo com conquistas de direitos, as estruturas permanecem, ainda que modificadas pela luta feminista.

ou de ação em coalisões, por exemplo. E para selecionar que questões colocar em debate na leitura de conjuntura do campo das esquerdas, pensar em coisas com uma ‘visão situada na situação crítica das mulheres’. Por fim, a análise de conjuntura ajuda a ver a ‘realidade real’, para além da aparência e de impressões popularizadas no senso comum e nas redes sociais da internet. Como conhecimento é poder, a

análise de conjuntura serve para aumentar a autonomia e liberdade de pensar, ao invés de ouvir e seguir a análise de conjuntura dos outros.

Por tudo isso, defendo que análise de conjuntura deve ser uma prática, um método e uma responsabilidade de militantes orgânicas de um dado movimento. Porque esta análise localiza-se entre o querer utópico, debate de projeto ético-político, e o agir agora, luta presente e possível. É uma prática política militante e é em si um ato político: colocar-se no lugar do sujeito que olha com seus próprios olhos e decide seu agir diante do que vê, considerando suas forças em relação com as demais forças, aliadas e opositoras.

É importante compreender que análise de conjuntura é o resultado de uma atividade de análise, uma ação, e toda ação tem um sujeito que age. Portanto toda análise de conjuntura estará ancorada no ponto de vista dos objetivos do sujeito que realiza esta atividade, considerando o que acontece que favorece ou desfavorece suas lutas, seus objetivos e prioridades no momento do aqui e agora em que a análise é feita.

Mas não só, toda análise de conjuntura analisará o conjunto daquilo que o movimento quer ver, conforme suas prioridades. Exemplo: a análise de conjuntura da Marcha das Margaridas sobre a situação de sua pauta de lutas em um dado

momento olhará para outros elementos diferentes de uma análise de conjuntura da União de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira, que será diferente do que olhará a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas.

Mesmo que esta atividade de análise de conjuntura se faça no mesmo momento, sob uma mesma estrutura, cada análise terá nuances determinadas pelo olhar de um sujeito com vistas a seus objetivos. Neste texto compartilho ideias para guiar o debate numa análise de conjuntura feminista, em geral.

O ponto de vista de quem olha

Olhando o patriarcado, afirmo que temos quatro estruturas principais que sustentam este sistema: a violência, o controle do corpo e sexualidade das mulheres, a divisão e hierarquização sexual do trabalho e o bloqueio à atuação política das mulheres³⁰. São estruturas dentro da estrutura geral do patriarcado, todas fruto das relações sociais, mas que se constituíram com enorme fixidez ao longo do tempo, mesmo com conquistas de direitos em relação a uma ou outra delas, estas estruturas permanecem, ainda que modificadas pela luta feminista.

Como consequência desta compreensão, uma análise de conjuntura feminista deve olhar para os fatos e dados do presente em relação aos acontecimentos que impactam na piora ou redução da dominação do sistema nestas áreas da vida social. Será necessário verificar a situação no sistema político do país, no nosso caso a democracia eleitoral, a democracia participativa e o sistema de justiça. Olhar se, entre os fatos, há acontecimentos relevantes nas instâncias de governo (executivo), no parlamento ou no judiciário. Mas é preciso olhar para as relações sociais de gênero também. Ver o que acontece na arena política da regulação da procriação e da sexualidade, o que acontece no mundo do trabalho em relação às mulheres etc.

30 Camurça, 2007.



Mas o pensamento crítico feminista considera que o pessoal é político, portanto, também é relevante olhar acontecimentos nas relações interpessoais intergêneros. E o feminismo considera que a dimensão intersubjetiva é realidade social, por isso, há de se analisar fatos imateriais, circulação de ideias, crenças, valores, disputas das subjetividades etc. Assim como o estado ‘libidinal’, da pulsão de vida e desejo por viver, entre os dominados, no caso as mulheres. Buscar ver que acontecimentos relevantes são perceptíveis nesta área.

É necessário ainda analisar a conjuntura interna ao movimento: que acontecimentos importantes estão presentes no momento? Rachas ou coalisões novas se formando? Enraizamento do movimento feminista? Militância feminista desanimada? A situação do movimento é parte da análise de conjuntura do momento.

Importante saber que no método de análise de conjuntura há diferenças entre fatos e acontecimentos. Fatos ocorrem toda hora, mas acontecimentos são fatos que impactam nestas áreas centrais do projeto político feminista de transformar a sociedade com libertação das mulheres do sistema de dominação. Se pensamos o feminismo anticapitalista e antirracista, então acontecimentos na área econômica e do capital e nas relações interétnicas e raciais também serão relevantes para serem considerados.

Importante também ter em mente que o feminismo propõe a busca da horizontalidade nas relações de poder, e, portanto, é crucial definir quem analisa a conjuntura. Proponho que, para a análise de conjuntura ser feminista, deveria ser feita em grupo e de forma participativa e colaborativa.

No passo a passo a seguir, usarei o termo ‘grupo analisante’ para referir-me a este sujeito que analisa.

Passos metodológicos da atividade de análise de conjuntura

Diante do conjunto dos acontecimentos apontados na atividade de análise, o grupo analisante deve priorizar: quais os acontecimentos mais graves e os mais positivos? Esta será a segunda priorização, pois já separamos antes fatos de acontecimentos. Tanto lá como cá, este esforço exigirá do grupo analisante muito debate para chegar a acordos.

Ao priorizar, já vai dar para se avaliar se a conjuntura tende a ser favorável ou desfavorável para o projeto político do feminismo no aqui e agora. Isso é muito importante para a consistência da análise, pois formar consenso sobre esta questão dará consciência ao grupo analisante sobre o tamanho do problema colocado na conjuntura. O difícil nesse momento é as pessoas renunciarem a suas impressões e opiniões e se apoiarem no consenso formado sobre os acontecimentos marcantes da conjuntura. Mas é possível, caso contrário, o grupo simplesmente indica que não tem unidade para agir coletivamente. O que é raro, mas acontece. É mais fácil agir por vontade e impulso do que sustentado numa análise compartilhada sobre as coisas.

O passo seguinte é o esforço de achar e nomear as forças políticas que estão por trás dos acontecimentos, já que são acontecimentos sociais resultantes da ação de sujeitos, e nomear as distintas arenas políticas onde situamos estes fatos. Se for possível identificar o nome próprio de representantes destas forças, melhor ainda, pois forças políticas atuam por meio de pessoas que os representam na arena (ou nas arenas da política). Lembrando que as arenas políticas podem ser várias: a mídia corporativa é uma, a câmara federal, outra, os espaços das associações empresariais, ou centrais sindicais, espaços de governos, mas também micro arenas, como direção das escolas do ensino básico, ou direção de serviços de saúde. Isso tudo são exemplos.

O grupo analisante deve ir identificando as forças por trás dos fatos e as arenas políticas:



quais forças atuam de forma aliada? em quais arenas políticas se aliam? Este passo será importante para o momento de avaliar a correlação de forças, que é o final da análise de conjuntura: momento em que se verifica quais forças estão mais fortes, que forças têm menor presença na determinação dos acontecimentos da conjuntura, quais riscos estão colocados para as forças políticas do feminismo e quais as chances e arenas onde o movimento feminista pode atuar com mais chance de vitória.

Por fim, é muito importante identificar se há anúncios de novas situações que poderão emergir, uma força política nova ou uma alteração de prática na forma de agir desta ou daquela força política.

O quadro de categorias do método de análise de conjuntura e o roteiro dos momentos de uma análise de conjuntura participativa poderão ajudar a compreendermos melhor esta metodologia. Estes quadros podem contribuir também para se perceber rapidamente a diferença de uma análise de conjuntura para uma análise da realidade social feita com pesquisas, por exemplo. A análise de conjuntura não se encerra na interpretação dos fatos, nem o faz sustentada por teses, mas, ao contrário, é focada na ação política no momento e nas disputas políticas que interessam para o grupo analisante no momento presente.

Pressupostos para uma boa análise de conjuntura nos movimentos sociais:

- Há uma **estrutura e uma conjuntura**. Ou seja, as desigualdades e injustiças se fazem por forças de estruturas sociais que organizam a ordem injusta, mas o presente se faz também por uma conjuntura, uma situação enraizada nesta estrutura, mas que não é igual a ela, toma feições diversas, pode rachar a estrutura em algumas partes e fortalecer em outras.
- Existem **relações sociais** que constroem estas estruturas que são de dominação. Estas relações sociais se fazem entre grupos de pessoas com objetivos diferentes, antagônicos, e são relações de poder coletivo, diferentes das relações de poder interpessoais.
- A **ordem social é mantida por um sistema de dominação** que subordina, oprime e explora, e por sua vez é constituído pelas relações sociais. Há polo dominante e polo dominado nas relações sociais.
- **Os polos lutam**: os dominados são sujeitos com ambições, sonhos, proposições e resistem e lutam. Sempre haverá lutas, para sobreviver e seguir lutando, para conseguir novas e melhores condições de viver. Buscam libertar-se da dominação e conquistar autonomia, ser sujeitos emancipados que definem os rumos de suas vidas. Fazem lutas contra a ordem, dentro da ordem e fora da ordem, mas almejam igualdade contra a desigualdade. Porém, o polo dominante também luta. Lutam por eliminar qualquer influência dos dominados sobre si, sua comunidade de interesses e seu projeto de poder, a isso chamam liberdade, ou seja, para eles liberdade é não sofrer restrições de outros sobre seu agir atual. 🌻🌙



CATEGORIAS-CHAVE DO MÉTODO DE **ANÁLISE DE CONJUNTURA**

Fatos e acontecimentos

Fatos e acontecimentos: ‘fato’ é o que ocorre, enquanto ‘acontecimentos’ são fatos que se tornam relevantes para alterar ou influir na conjuntura, provocando reações/ações em torno destes acontecimentos e levando a desdobramentos, novos fatos. É uma pedra lançada na água que forma círculos alterando a realidade momentaneamente.

Arena política

Arena política: são os ‘espaço/tempo’ escolhidos, por quem analisa, para verificar como os polos se colocam na disputa, o que disputam, com que intenção, e como estão atuando nesta arena. Por exemplo: judiciário, legislativo federal, mídia ou novela da Globo. Tudo pode ser ou se tornar uma arena política. As arenas políticas variam de acordo com o sujeito que faz a análise: algumas arenas são do interesse deste sujeito, outras, não, outras sequer são percebidas como tal. Numa análise, as arenas políticas podem variar também por conjuntura, num momento uma arena política é mais importante que outras.

Forças políticas e atores

Forças políticas e atores: forças políticas são estruturas vivas que se movem e fazem os acontecimentos serem o que são. Por exemplo, banqueiros, movimentos sociais, grupos de hip hop... Ou seja, podem ter diferentes naturezas e estruturas, serem mais ou menos formais, mas as forças políticas têm em comum projeto de poder ou de futuro, têm organização, plano de curto prazo, formas de se financiar, formas de se fortalecer entre elas, campo político e política de alianças. Forças políticas surgem e morrem, se reconfiguram, enfraquecem ou se fortalecem. Um movimento pode ser força política num momento e depois perder força. Porque a política é a atividade de exercício de poder entre sujeitos políticos para dar os rumos de algo, a sociedade, o Estado, a política de creche, ou da previdência, ou o local de construção de uma rua, ou o preço da passagem de ônibus. Do macro ou micro.

Correlação de forças

Correlação de forças é o nome que se usa para concluir como está a relação entre as forças políticas numa determinada arena na conjuntura. A correlação de forças mostra que forças cooperam e atuam contra quais forças, e que forças estão por ali coexistindo sem influir muito, que tanto podem tender para um polo como para outro; que forças estão isoladas etc. A correlação de forças pode ser mais ou menos favorável para o grupo que analisa.

O novo que emerge

O novo que emerge é a expressão usada para denominar tudo de novidade que está acontecendo na conjuntura: uma força política nova, ou uma prática nova na forma de agir de uma força política já existente, ou uma coalizão de forças se fazendo ou desfazendo.

Estratégias, processos e práticas de luta³¹

ESTRATÉGIA É UM TERMO ORIGINÁRIO DA GUERRA e tem a ver com a escolha do terreno e o percurso adotado na sequência de ações, (batalhas, bloqueios, sequestro...) a fim de aumentar o seu poder de derrotar o oponente. Na administração pública e nas empresas se adotou o termo estratégia com sentido similar para adjetivar o tipo de planejamento necessário para aumentar sua força: planejamento estratégico. Daí hoje existem várias linhas teóricas e metodológicas de planejamento estratégico público e corporativo.

Muitos movimentos sociais, em especial sindicais, e governos de esquerda, adotam métodos de planejamento estratégico situacional voltados para área pública. Estratégia é o termo que usam para falar do caminho que o movimento vai percorrer numa luta para aumentar o seu poder de enfrentamento de um dado problema social.

A intenção de todo movimento social é resolver problemas para melhorar a vida das pessoas, mas só resolve quem tem poder de resolver. Este poder é maior do lado dos governos e dos empresários. Os movimentos fazem lutas para aumentar seu próprio poder, ou seja, para alterar a correlação de forças, impor aos adversários que se comprometam com o enfrentamento de pelo menos parte do problema em questão. Para isso, eles têm que aumentar sua força política, ou seja, precisam de estratégias.

Um movimento pode, e, do nosso ponto de vista deve, ter uma estratégia geral visando a ampliação da sua força política sempre, mas também é possível pensar estratégias específicas para cada conjuntura ou para cada processo de luta que vá ser desenvolvido.

31 Elaboração: Carmen Silva

Por exemplo, se a conjuntura é regressiva, com uma relação de forças muito desfavorável, a estratégia pode ser mais defensiva, de proteção dos membros do movimento ou de manutenção de algumas conquistas básicas anteriores. Se a conjuntura for mais favorável à causa do movimento, pode-se desenvolver uma estratégia de ampliação de forças, aumentando a adesão da sociedade, com um grau de pressão maior sobre os antagonistas.

Em processos de luta, os movimentos podem explorar diversas possibilidades estratégicas, de práticas políticas e de repertórios de ação para aumentar o seu poder. As práticas podem ser vistas como busca de apoios qualificadores da luta, difusão de seus posicionamentos para a sociedade, pressão sobre os poderes executivo, legislativo ou judiciário, ação direta na sociedade com desobediência civil etc.

Isso exige um repertório de ação capaz de atingir os resultados desejáveis, o que permite mobilizações com assinaturas, passeatas, ocupações de prédios públicos, atuação na mídia e/ou nas redes sociais, travamento de ruas, escrachos, ocupações de terra ou retomadas, ação direta de impacto etc.

A estratégia para uma luta varia de acordo com o grau de unidade do movimento, sua capacidade de atrair alianças para sua causa, com a força do antagonista e o contexto no qual a ação se realiza. A estratégia, esse caminho geral, dá as condições para que sejam definidos que atalhos pegar e de que forma caminhar, ou seja, as táticas ou práticas políticas, métodos e repertórios de ação.



Tipos de estratégia e posturas pessoais

Podemos classificar as estratégias em cinco tipos³²: estratégia de difusão é quando fazemos nossas posições e propostas serem conhecidas publicamente para aumentar o apoio a elas; estratégia de persuasão é quando tentamos convencer os antagonistas, das nossas propostas; estratégia de dissuasão é quando fazemos algo para que o antagonista desista de sua posição, que pode ser uma ação direta, um escracho ou uma manifestação que demonstre força; estratégia de negociação é quando conversamos com os antagonistas sob pressão de argumentos, opinião pública, greve, mobilização social, de maneira a aumentar o nosso poder na mesa de negociação e fazer com que eles atendam ao nosso pleito; e estratégia de confronto é quando fazemos enfrentamento propriamente dito, com medição de forças em atos específicos ou generalizados.

Estes diferentes caminhos estratégicos normalmente se cruzam em um processo de luta ou uns abrem possibilidades para os outros. Cada momento estratégico exigirá uma determinada prática política e um tipo de ação específica. Decidir qual é a melhor perspectiva estratégica em um dado momento é possível a partir da análise da correlação de forças, de como estão os aliados e adversários nesta conjuntura, mas também deriva da avaliação das próprias forças do movimento que está planejando o processo.

Isso é apenas um esquema e ele serve para refletir sobre a relação com os antagonistas nos processos de lutas, mas também para pensar sobre como fazemos aliança no campo dos movimentos sociais e, ainda, como interagimos dentro do nosso próprio movimento. Muitas vezes confundimos adversários de uma posição política ou proposta no debate interno do nosso movimento com antagonistas e adversários dos processos de luta na sociedade. Ao invés de nos juntarmos, nos enfrentamos. Isso faz a gente perder força ao invés de ganhar.

Em diferentes momentos dos processos de luta a postura (jeito de ser ou de agir) de

32 Matus, 1997.

quem está liderando o processo interage com as estratégias de forma a favorecer ou prejudicar o seu próprio movimento. Vamos descrever três tipos de postura porque, a partir da interação delas com os caminhos estratégicos combinados coletivamente, podem ser gerados resultados bons ou muito insatisfatórios.

Uma primeira postura de quem está liderando um processo é aquela de quem está sempre disputando algo, está fixado no objetivo do seu movimento, ou às vezes com interesses particulares, e tem uma interação conflitante. Esse tipo de atuação pode ser necessário num processo de negociação ou confronto com adversários, mas é prejudicial quando o interesse é construir alianças para fortalecer o seu próprio movimento, ou mesmo internamente em momentos de tomada de decisão.

Um segundo tipo de postura é muito usado e, às vezes, no interior do mesmo movimento, campo ou partido político, quando se atua o tempo inteiro como oposição política e se procura trabalhar o desgaste do antagonista a partir de sua fraqueza para restringir suas possibilidades. Neste caso, se instaura uma lógica de desconfiança, de medição política de forças. É muito útil em confrontos que exigem sagacidade na interlocução com os adversários externos e é nada construtivo quando se está entre companheiros/as do mesmo movimento. Levada a extremos esta atitude pode gerar um confronto violento, no qual o outro torna-se o inimigo e, com animosidade, tenta-se anular sua força e possibilidades.

Uma terceira postura utiliza a força política moral, se realiza com um jogo de coordenação e cooperação, com debates que buscam o consenso ou negociações de soma positiva, que interesse a todos. Ela se articula com estratégias de persuasão, prevenção de conflitos e construção de pontos comuns. Nesta lógica o outro deve ser ganho para a ideia, não vencido, as jogadas devem mostrar possibilidade de benefícios mútuos, objetivos compatíveis ou objetivos comuns que sacrificam, no presente, algo dos objetivos particulares de cada interlocutor. Predomina a lógica de confiança no

processo e na interlocução. Essa postura é fundamental na construção de alianças de longo prazo, de políticas de frente e coalizões de movimentos sociais, e no interior da construção de cada movimento social em particular. Mas é quase impossível em situações conflitivas com antagonistas.

Perpassando essa terceira postura, e pensando na construção de movimentos sociais, vale salientar que, muitas vezes, pessoas que lideram processos fazem um jogo de sedução ou uma política de afinidade muito estreita e com isso conseguem manter um grupo unido para incidir sobre os outros em processos de construção de movimentos ou de coalizões. Esse tipo de atitude, às vezes, infantiliza os/as militantes e os torna dependentes desta liderança, inviabilizando o crescimento político individual e coletivo.

Processos de luta

Na vida cotidiana utilizamos muito o termo luta para nos referir a uma coisa difícil, tipo “é uma luta pegar ônibus nesse bairro”, ou “é uma luta dar banho nesse menino”. Nesse sentido, luta é alguma coisa na qual gastamos muita energia. Nos movimentos sociais utilizamos a noção de luta em dois sentidos que são diferentes deste da vida cotidiana, mas que também exigem grande esforço.

Luta, em movimento social, é um processo sistemático de acumulação de forças frente à sociedade ou ao Estado, voltada para conquista de um objetivo, em geral, relativo a direitos. Mas, dentro dos movimentos, há vários sentidos nos quais usamos o termo luta. Um primeiro sentido é quando falamos de lutas sociais nos referindo àquelas causas que nos movem. Por exemplo, “o movimento feminista tem muitas lutas: o direito ao aborto, o enfrentamento à violência contra as mulheres, salário igual para trabalho igual, entre outras”. Nesse sentido trata-se de ‘bandeiras de luta’ às quais aderimos, porque estão dentro do escopo do nosso projeto político, mesmo

que neste momento não estejamos mobilizadas em torno delas.

Outro sentido é quando nos referimos a um processo de luta propriamente dito, que diz respeito a tentar garantir uma conquista parcial dentro daquela causa (luta) que nos move. Por exemplo: “neste momento, estamos fazendo um processo de pressão sobre o governo municipal para que os serviços de aborto legal voltem a funcionar”. Nesse caso trata-se de um processo de luta concreto, o qual podemos descrever com o objetivo definido, atos, atores envolvidos, passos dados etc.

Lutar contra o sistema patriarcal, racista e capitalista exige uma grande estratégia. Ela se desdobra em estratégias médias quando lutamos contra algumas de suas estruturas, ou mesmo em estratégias pequenas, quando escolhemos um objetivo dentro de uma luta maior. Por exemplo: Luta de enfrentamento à violência contra as mulheres. Ao quisermos realizar esta luta podemos nos perguntar: que reivindicação dentro desta luta vamos apresentar neste contexto que vivemos? Como vamos construir esse processo de luta visando uma conquista parcial? Que passos vamos dar? Pequenas conquistas advindas dos processos de luta nos dão força para continuar lutando por aquela causa maior.

Um processo de luta é uma sequência de ações, planejadas, no qual pessoas e organizações atuam coletivamente para fazerem com que um problema, que é visto como sendo particular, se transforme em um problema público, ou seja, seja

Luta, em movimento social, é um processo sistemático de acumulação de forças frente à sociedade ou ao Estado, voltada para conquista de um objetivo, em geral, relativo a direitos.



reconhecido publicamente como uma situação injusta e, também, como um problema que deve ser enfrentado pelo Estado e/ou pela sociedade. Uma dificuldade que muitos movimentos enfrentam é sustentar processos de luta decididos coletivamente no plano local e nacional no mesmo período.

Estes processos podem ter momentos mais e menos fortes em termos de mobilização e visibilidade. A ampliação da força é dada pela capacidade de argumentação, articulação e mobilização. A argumentação sobre o problema que está sendo objeto da luta sempre deve levar em conta a inserção dele na causa maior, tentar descrevê-lo de forma a demonstrar como é injusto, como atinge diferenciadamente as mulheres, pessoas negras, trabalhadores/as e outros grupos vulneráveis. Muitas vezes os argumentos terão que ser propositivos, apresentando alternativas que podem e devem ser desenvolvidas por setores do Estado, das empresas e/ou da sociedade.

A capacidade de articulação diz respeito às alianças. Podemos sempre nos aliar com outros movimentos que lutam pela mesma causa e com outros que solidariamente possam nos apoiar naquele momento. As alianças também podem buscar outros segmentos sociais, a exemplo de profissionais que atuam na área do problema, cientistas e universidades que podem se manifestar a respeito, parlamentares, mídias, *influencers*, artistas etc. Em geral, estas alianças aumentam o poder de argumentação, de formação de opinião pública e de pressão sobre os antagonistas.

A capacidade de mobilização e manifestação pública pode ocorrer de várias maneiras, utilizando diferentes tipos de ação, sempre com objetivo de causar impacto na opinião pública ou diretamente sobre o oponente principal nesta luta. As mobilizações podem ser diretamente confrontativas, explanativas ou apelativas, a depender da análise feita pelo movimento sobre o contexto e a força dos oponentes.

Para uma luta, em especial, é necessário primeiro saber defender nossos pontos de vista e nossas propostas com argumentos nítidos para sermos bem compreendidas pelas pessoas participantes, por aquelas que formam opinião pública e pelos governos. E, em segundo lugar, é preciso planejar bem o que fazer para que elas constituam um processo com diversas atividades, com visibilidade pública, de forma a ganhar força na sociedade e poder pressionar o Estado no sentido das mudanças.

Numa ação bem organizada todas as militantes seguem uma mesma orientação política construída coletivamente. Planejar, em movimento social, é abrir a possibilidade de fazer coisas democraticamente discutidas, refletidas e acordadas.

Para organizar a ação, precisamos que todas as pessoas envolvidas analisem a realidade e reflitam sobre os problemas que vão enfrentar. No movimento feminista, entendemos que é importante ouvir as mulheres, colher suas histórias e experiências, reconhecer seus pontos de vista e, por fim, formular juntas as conclusões sobre as problemáticas principais que afetam suas vidas em cada contexto. Só assim podemos estabelecer objetivos possíveis de serem conquistados em um dado prazo, a partir das ações realizadas.

Para aprofundar a análise do problema e os objetivos a atingir naquele período, é sempre bom conhecer a história daquela luta e a elaboração feminista sobre o tema. E, por fim, considerar o contexto no qual o problema se insere, ou seja, o espaço-tempo determinado pelas relações sociais que configuram o problema em pauta naquele lugar e naquele momento.

Esse resgate da memória da luta ajuda a militância entender que a história não é

linear, não vamos sempre acumulando forças e subindo patamares no enfrentamento do problema, às vezes somos derrotadas, às vezes recuamos, tudo depende da força dos adversários e dos contextos nos quais atuamos.

Ajuda também a pensar sobre formas de luta. Às vezes novas militantes pensam que estão inventando uma nova forma, que é mais radical e muito melhor, e aquilo pode já ter sido feito várias vezes antes. Há também aquelas antigas militantes que acham que uma luta só pode ser feita usando os mesmos procedimentos que já foram testados e impedem a criatividade de fluir.

Quando estamos construindo um processo de luta, precisamos também avaliar as nossas forças e de nossas alianças, para saber até onde temos condições de ir no enfrentamento de nossos adversários. A análise de conjuntura nos ajuda a avaliar a força dos diferentes sujeitos envolvidos no problema, aqueles que querem mantê-lo ou aprofundá-lo e aqueles que querem enfrentá-lo.

O processo de luta pode começar com ações menores, nas quais se elabora e expõe reivindicações frente ao problema, mas, em um dado momento, vai ser necessário o movimento dar uma demonstração de forças. Isso pode ocorrer de várias maneiras, desde dar visibilidade a uma argumentação precisa e contundente até uma mobilização massiva, uma greve, uma ocupação ou uma ação direta de protesto. Esta força demonstrada pode interferir nas negociações em curso ou forçar o adversário, governos ou empresários, a abrir possibilidades de atendimentos às demandas do movimento.

Nem sempre nossas mobilizações dão resultados positivos. É sempre bom avaliarmos o que fizemos à luz do que planejamos fazer para ver se não atingimos resultados porque erramos, porque o contexto era muito desfavorável ou porque os adversários eram muito fortes. Avaliar e sistematizar as experiências são caminhos para aprendermos com nós mesmas e fortalecermos nosso movimento.

PROCESSOS DE LUTA

Para realizar um processo de luta, precisamos dar vários passos. Vamos indicar aqui um caminho simples e possível que pode ser útil nos movimentos sociais

1. Identificar qual é a luta mais importante neste momento, neste contexto, para este movimento;

2. Definir prioridade e objetivo: dentro desta luta, qual o tamanho do problema que vai ser enfrentado (foco) e com que objetivo, no sentido de resultado possível de ser conquistado no tempo previsto;

3. Construir alianças buscando gerar consensos mínimos que possibilitem a unidade, articulando os diferentes interesses e formas de agir dos sujeitos envolvidos;

4. Planejar o processo e organizar diferentes comissões de trabalho para as diferentes atividades ou áreas de atuação;

5. Realizar ações de impacto, locais ou parciais, que demonstrem possibilidades de vitória;

6. Favorecer a circulação ampla de informações e a articulação política entre os diferentes grupos locais ou comissões;

7. Decidir coletivamente com os movimentos aliados as estratégias e formas de lutas frente aos indiferentes e frente aos adversários e cumprir os acordos;

8. Não abandonar quem esmorecer no meio do processo, manter a circulação de informações e a mobilização direcionada aos diferentes tipos de participantes;

9. Avaliar e comemorar juntos as pequenas vitórias;

10. Refletir sobre o caminho percorrido, sistematizar o processo, para aprendermos com as nossas próprias experiências coletivamente.

Práticas políticas nos processos de lutas

Os movimentos sociais, de acordo com suas orientações políticas, constroem determinada cultura organizacional, um jeito de ser e de fazer movimento no qual se inserem, costumeiramente, várias práticas políticas que se articulam com seus princípios.

Em uma dada conjuntura, quando vão realizar um processo de luta e elaboram uma estratégia para isso, é comum que decidam que práticas políticas serão priorizadas e escolham, entre aquilo que já conhecem ou que criam no momento, repertórios de ação, que são tipos de atividades capazes de fortalecer as suas práticas e ampliar a sua força política.

Aqui vamos comentar apenas as práticas articulatórias, de interação e de protesto realizadas por movimentos sociais.

Práticas articulatórias são as práticas que visam construir unidade e aumentar o poder de um campo político que pode ser o campo político dos movimentos sociais em geral ou um campinho no interior dele, no nosso caso, o campo feminista. Essa prática consiste em conversações, dirigidas a um objetivo, com interlocutores válidos de outros movimentos sociais. Ela pode e deve gerar ações coletivas que expressam estas articulações.

Muitas vezes esse trabalho de articulação se dirige à organização de uma ação coletiva pontual, para a qual é necessária a construção de unidade na ação com outros movimentos, a exemplo do que ocorre no campo feminista para organização de manifestações públicas no 8 de março a cada ano.



Há também articulação entre movimentos sociais, sindicatos, ongs, partidos, coletivos etc. para organizar um processo de luta específico em uma dada conjuntura, podendo ou não criar uma coalizão para este fim, a exemplo da luta contra o golpe em 2015-2016 e a criação das duas frentes: Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo. A criação desses novos sujeitos políticos é, em si, mais exigente em termos de articulação do que a ação de organizar os atos de protesto. Existem situações nas quais se desenvolve articulação permanente para gerar um processo coletivo, como foi o caso do Fórum Social Mundial e que teve seus diversos desdobramentos.

Às vezes, uma articulação entre movimentos é feita para gerar uma ação específica como um encontro, uma campanha, uma manifestação, e depois ela ganha força e acaba por formar um novo movimento social e ocupar espaços políticos antes ocupados pelos movimentos que a originaram. Isso pode ocorrer de forma espontânea ou por intervenção de grupos ou pessoas interessadas neste resultado.

Um movimento que tem perspectiva de construção democrática deve ter princípios e formas de desenvolver práticas articulatórias coerentes com isso. Este trabalho de articulação dá as condições para momentos de interação e/ou de protestos realizados pelos movimentos.

Práticas de interação são utilizadas nos movimentos sociais na forma ‘pessoa a pessoa’ ou em pequenos grupos como possibilidade de angariar apoio para uma proposta e negociar alguma conquista em torno de suas reivindicações. Elas ocorrem com frequência nos espaços de participação institucional, a exemplo da atuação em conselhos, comissões e conferências de políticas públicas. Às vezes, as interações com outros movimentos exigem negociação de proposta, do tipo ceder algo para obter apoio em outra coisa.



Nestes espaços ocorrem também interações com pessoas ou grupos que são indiferentes a suas propostas ou mesmo que são antagônicos, momentos nos quais as negociações são mais tensas. Nestes casos as conquistas se dão a partir da pressão sobre o antagonista (em geral, governos ou empresas).

Todavia, também existem situações em que as interações a partir de relações políticas-pessoais de lideranças dos movimentos com agentes de governos garantem apoios para propostas e até financiamentos públicos para projetos de uma dada organização ou movimento.

Outra forma de interação em torno de defesa de causas é chamada de *advocacy* ou *lobby*. *Lobby* tem uma conotação mais empresarial e *advocacy* (ou incidência) em geral é usado pela sociedade civil. Pode ser feita em relação a parlamentares, membros do poder executivo ou judiciário, ou seja, é uma prática de conversa com pessoas em situação de maior poder baseada em argumentação sobre um problema a fim de angariar o apoio delas para a causa.

Ações de comunicação também podem ser vistas como prática de interação. Elas podem ser massivas, através de meios de comunicação tradicionais ou da internet (especialmente nas redes sociais), diretas com a sociedade ou específicas

Protestos são manifestações públicas que tentam expressar pressão para confrontar os antagonistas em uma luta.

com as pessoas que se quer mobilizar para algo. A partir do meio e da forma utilizada, estas ações podem apenas divulgar ou gerar possibilidades de interação, debates, posicionamentos e compartilhamentos que ampliam a abrangência da mensagem.

Em termos de comunicação há outras possibilidades de ação que são comuns em movimentos sociais, a exemplo de bancas de conversa em lugares públicos com panfletagem,

momentos de escuta, experiências com contato direto com bicicletas de som ou carrinhos de picolé com caixas de som acopladas, atuação performática em transporte coletivo, pesquisas ou conversas de porta-a-porta, colagem de cartazes (lambes) na cidade, pixação de muros ou pistas etc.

Em geral as ações de formação política realizadas pelos movimentos sociais com foco em uma luta, ou mais amplas, são também práticas interativas. A interação, neste caso, se dá entre educadores/as e educandos/as e entre estes, em especial naqueles movimentos ou coalizões que utilizam metodologias de educação popular.

As metodologias participativas, que favorecem interação entre as pessoas na produção de conhecimento, também são usadas para a realização de encontros deliberativos, nos quais as coalizões ou movimentos constroem suas pautas e suas estratégias. Isso ocorre quando a coalizão tem coerência ética com os princípios democráticos na sua construção interna.

Nos processos de luta, as práticas de articulação e de interação, em geral, geram as condições para a eclosão de práticas de protesto. Protestos são manifestações públicas que tentam expressar pressão para confrontar os antagonistas em uma luta. Em geral, são acionadas a partir da memória de outras movimentações, de acordo com a análise da força que ela pode ter naquele contexto e naquele momento. Também podem ser usadas para convencimento da sociedade em geral e/ou de outros sujeitos políticos, para ganhar adesão à causa.

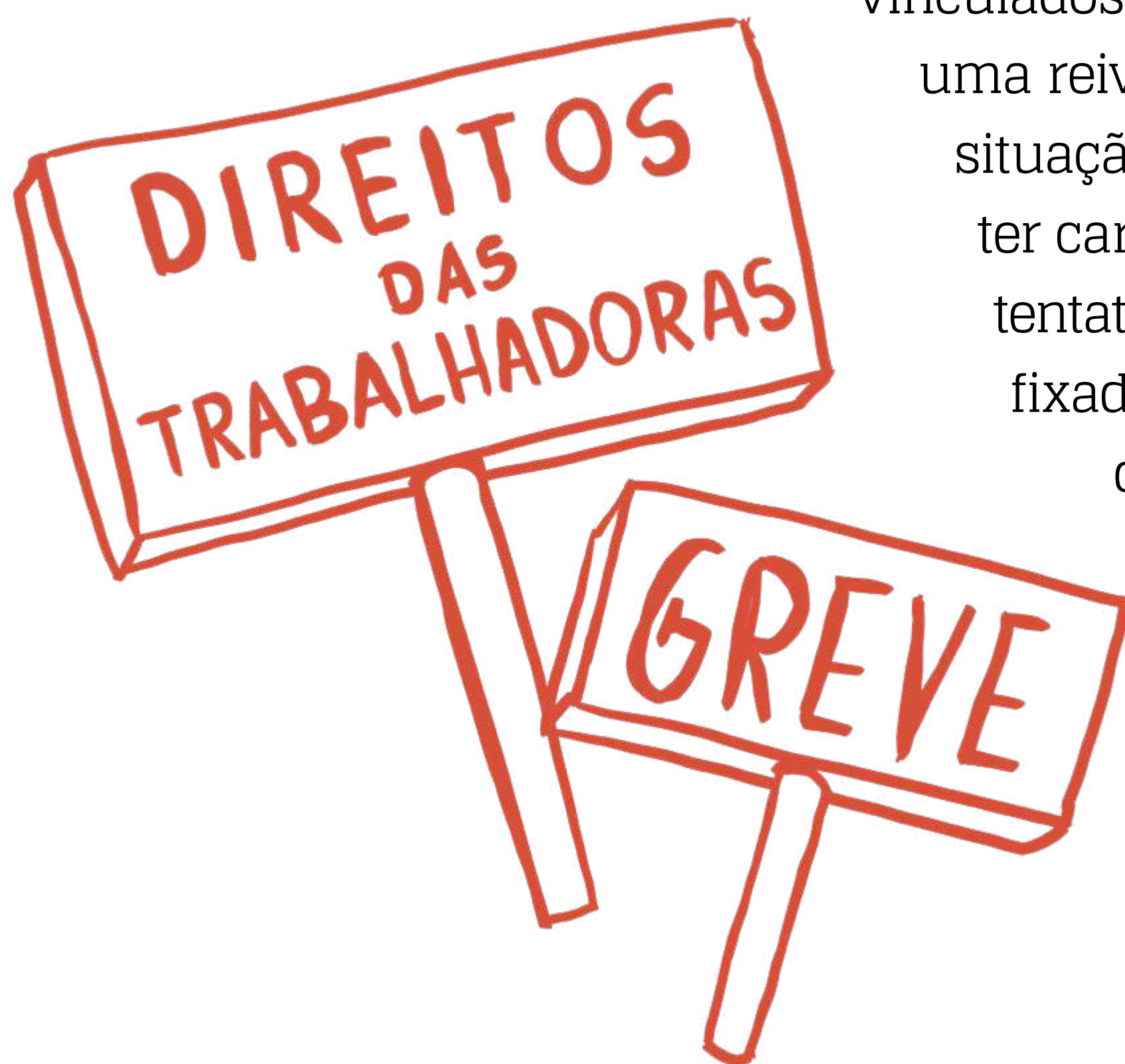
Mobilizações ou concentrações públicas, em geral, juntam multidões nas ruas e praças em passeatas, festivais, manifestações, ocupações de praças e também são chamadas atos públicos. Quanto maior o caráter multitudinário, maior a sua força. Elas podem ser associadas a várias outras práticas de protesto em um dado processo de luta, a exemplo de ocupações de prédios públicos ou de áreas públicas com militância para manter a manifestação permanente; ocupação de terrenos e prédios privados ou

públicos para transformá-los imediatamente em moradia popular; ocupações de rádio e TV para impor a transmissão de uma mensagem e ampliar o seu alcance; saque de mercadorias e quebra de equipamentos em estabelecimentos públicos ou privados etc.

Uma prática de protesto tradicional na classe trabalhadora é a greve. Existem vários tipos de greves, mas ela sempre está relacionada à paralisação do trabalho e, portanto, da produção de mercadorias e/ou serviços por pessoas da classe trabalhadora. Uma greve pode ser uma paralisação provisória para impor aos patrões a negociação de uma pauta de reivindicações; pode ser uma operação tartaruga ou operação padrão, ou seja, uma imposição da lentidão no trabalho, com o mesmo objetivo de denúncia e/ou pressão; também há a greve de ocupação, na qual trabalhadores/as não saem do local de trabalho e o controlam; e a maior de todas, que é a greve geral.

A greve geral tenta envolver toda a classe trabalhadora e não apenas uma categoria específica e ainda recorre ao apoio de setores populares não vinculados diretamente às categorias organizadas. Tem uma reivindicação mais ampla que diz respeito a uma situação geral, e se for por tempo indeterminado pode ter caráter insurrecional. Na experiência brasileira, as tentativas de greves gerais têm sido com tempo pré-fixado, mas ainda assim significam uma grande demonstração de forças.

Em 2017, a partir do movimento feminista da Argentina, os protestos do dia internacional de luta das mulheres foram chamados como Greve. A ideia é ampliar a força do movimento feminista na medida em que se amplia a paralisação da produção e de circulação de



mercadorias e de serviços com a manifestação multitudinária das mulheres. Ao irem às ruas, as mulheres já fazem com que um grande percentual de trabalho fique paralisado, que é o trabalho doméstico. Mas também pode ter impacto em outros setores e ocupações compostas por mulheres.

Ação direta também é um termo utilizado para falar de uma prática de protesto. São ações realizadas com poucas pessoas, mas que pretendem ter grande impacto na sociedade e, assim, aumentar a força política do movimento que a realiza, majoritariamente com caráter de desobediência civil.

O ativismo é outro tipo de prática usada em manifestações públicas, podendo ser com pequenos ou grandes grupos. Implica em usar elementos artísticos para comunicar ou interagir com uma mensagem política, a exemplo de performances artísticas, danças, músicas, batucadas etc. Ele dialoga com as pessoas para além das interpelações racionais, afetando-as em suas sensibilidades e gerando emoções compartilhadas que impulsionam vínculos e identificações com a causa, movendo para ações coletivas.

Na esquerda institucional mais tradicionalista, há uma crítica a práticas de ação direta, chamadas de irresponsáveis, e à prática de ativismo, nomeadas pejorativamente de “esquerda cirandeira”, como forma de dizer de seu pequeno impacto. Todavia, diversas experiências de mobilização no mundo mostram como essas práticas sempre estão presentes em manifestações horizontalizadas. É importante essa ressalva porque todas essas práticas políticas debatidas aqui, utilizadas por movimentos sociais, tanto podem ser realizadas a partir do princípio da horizontalidade, como em formatos verticalizados, simbolizados nas disputas contínuas por microfone nos carros de som ‘unificados’.

*Uma
prática de
protesto
tradicional
na classe
trabalhadora
é a greve.*

Como o movimento feminista luta?

O feminismo brasileiro tem baixa tradição de confronto e de fortes mobilizações massivas, sendo muito expressivo em performances, alguns tipos de ações diretas, e passeatas que, na maioria das vezes, não se tornam multitudinárias. Sempre foi forte a sua capacidade de articulação com pessoas influentes no executivo e no legislativo para angariar apoios momentâneos em determinados processos de luta, o que é também chamado de *advocacy* por algumas e de incidência, por outras.

Na última década, cresceu a capacidade de expressão e de performance feminista em manifestações e de confronto direto. Os movimentos têm conseguido fazer manifestações grandiosas como é o caso, em âmbito nacional, da Marcha das Margaridas, Marcha das Mulheres Negras, Marcha das Mulheres Indígenas e, em âmbito local, de inúmeras manifestações do 8 de março em capitais como Recife, da Marcha das Mulheres Negras em São Paulo, das Marchas das Vadias em Recife, Rio de Janeiro e Salvador, ou em polos sindicais rurais como a marcha da agroecologia no Polo da Borborema, na Paraíba. Também tem aumentado o seu poder de confronto, como foi o caso da atuação do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) contra a Aracruz Celulose, no Rio Grande do Sul, ou da Ocupação Marielle Franco, do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), no centro de Recife, entre 2018 e 2019.

Diferentes tipos de feminismo atuam mais juntos ou mais separados de outros movimentos sociais. Às vezes, atuar junto em ações de rua pode subordinar a expressão pública de movimentos feministas à forma mais tradicional de manifestação de outros grupos de esquerda, mas também pode, às vezes, fazer com que os outros movimentos sofram a influência criativa dos feminismos. Todavia, a estética de manifestações a partir do princípio da horizontalidade segue sendo um desafio para todo mundo. 🌸🌙

PRÁTICAS POLÍTICAS EM PROCESSOS DE LUTA

PRÁTICAS ARTICULATÓRIAS

Organização de ação coletiva pontual, de um processo de luta e organização de uma Frente, Articulação, Rede ou Coalizão.

PRÁTICAS DE INTERAÇÃO

Participação institucional, processos de negociação, defesa de causa cara a cara (advocacy), incidência, comunicação presencial ou virtual, ações educativas.

PRÁTICAS DE PROTESTO

Passeatas e manifestações públicas, ocupações, greves, ação direta, ativismo.

Fazendo junto para aumentar a força³³

AO LONGO DAS LUTAS DOS ÚLTIMOS QUINHENTOS ANOS, nas revoluções (Revolução Francesa, Independência e Guerra Civil Americana, Revolução Russa, Revolução Haitiana...) e em todas as resistências no período de colonização, os grupos dominados logo perceberam a força do opressor. As classes dominantes têm poder econômico, poder político de comando dos rumos das coisas, poder militar armado, poder de impor sua ideologia, desqualificar culturas e povos, racializar a espécie humana, enfim, muitas formas de poder. Desta experiência ficou a aprendizagem de que é preciso lutarmos juntos para ter mais força, uma vez que os dominados não temos poder econômico nem militar, e nossa força ideológica é restrita, com bem menos meios para nos expressarmos.

Este saber antigo está vivo entre nós e é passado de boca em boca através de nossos dizeres: ‘é preciso estar juntos para organizar a resistência’; ‘é preciso lutar e sobreviver para conquistar melhores condições de vida’, ‘um cardume vence o tubarão’, ‘uma vareta quebra-se fácil, mas um feixe de galhos não se quebra’, ‘uma andorinha só não faz verão’, ‘existimos porque resistimos’, ‘é preciso desorganizar para nos organizar’, ‘iniciativas individuais têm mais chance de ser derrotadas’; ‘não precisamos de mártires, precisamos de conquistas e vitórias coletivas’.

As lutas de resistência deram a base para a formulação da teoria da organização política dos ‘de baixo’, referenciaram a metodologia de organização das lutas

33 Elaboração: Silvia Camurça.



revolucionárias pelo socialismo no século XIX, mas também as lutas de libertação formando um conjunto de referências para práticas articulatórias. Chamo aqui de práticas articulatórias as práticas políticas adotadas entre movimentos que visam construir unidade e aumentar o poder de seu campo político. Elas podem ter um caráter de aliança pontual para uma manifestação, ou para organização de um processo de luta, ou serem voltadas para constituir alianças mais permanentes para lutas de longa duração.

Chamamos aqui lutas de longa duração aquelas voltadas a enfrentar e confrontar as estruturas que mantêm vivo o sistema de dominação. A luta contra o racismo, por exemplo. A luta pelo socialismo. A luta contra o patriarcado.

No caso do feminismo, apontamos que as lutas de longa duração são as dimensões das lutas orientadas para aspectos estruturais do patriarcado. Por exemplo, a luta contra a violência, que é um dos pilares estruturais do patriarcado. A luta por repartir o poder estatal ou democratizar o poder, como também se nomeia, é outro exemplo, orienta-se para outro pilar estrutural do patriarcado: o controle e hegemonia dos homens nos espaços de governo, partidos, tribunais de justiça, instâncias diretivas estatais e a construção de barreiras para restringir a representatividade dos setores dominados e construir a sub-representação da classe trabalhadora, das mulheres, da população negra e indígena etc.

Temos ainda a luta pelo direito ao aborto, que é o núcleo do controle patriarcal sob o corpo das mulheres para impor a maternidade obrigatória, tomada como uma função das mulheres para o bem da comunidade, cujo governo é controlado pelos

homens. A redução do corpo das mulheres à função de procriar nega o sexo por prazer para as mulheres, nega a própria libido para esta metade da população, ou seja, nega às mulheres o direito a terem desejo na vida e desejo de viver em liberdade, retira a maternidade como possibilidade para as mulheres, impondo-a como destino.

Outra luta de longa duração no feminismo é pelo fim da divisão e hierarquização sexual do trabalho, que mantém as mulheres socialmente responsabilizadas pelo trabalho doméstico e cuidados com familiares e ainda nos coloca nos piores postos de trabalho e com menores salários, quando não completamente precarizadas. Esta luta confronta a superexploração das mulheres, a menor remuneração de seus trabalhos e o uso gratuito da força de trabalho pelos homens, pelas empresas e pelo Estado, já que as mulheres sustentam a vida cotidiana da mão de obra empregada e ainda dão suporte para os programas sociais governamentais.

As lutas de longa duração abarcam em si mesmas lutas pontuais e processos de lutas duradouras, mas não se restringem a esses momentos e, por isso, muitas vezes são articuladas a alianças políticas duradouras permanentes para levá-las adiante.

Em geral, Frentes, Coalisões e Redes articulam-se em momentos de grande ofensiva das forças antagônicas e irão fazer resistência e impor derrotas a elas até conseguirem mudar novamente a conjuntura, obtendo conquistas.

Foi assim por exemplo em 2007, quando após o ‘caso das 10 mil mulheres’³⁴, constituiu-se uma

34 O Caso das Dez Mil Mulheres é como ficou conhecida a maior tentativa de criminalização das mulheres no Brasil, ocorreu em 2007 em Campo Grande/MS, com a invasão pela polícia de uma clínica ginecológica, apreensão e exposição de 10 mil prontuários de



Frente na luta pelo direito ao aborto, pela compreensão de algumas organizações do movimento feminista de que este fato não só alterava a conjuntura como sinalizava para uma contraofensiva planejada para instalar uma nova situação no país: a criminalização total do abortamento.

A forma organizativa frente/coalizão/rede responde ao desejo de articular espaços de coordenação ampla e de juntar forças, estreitando laços entre movimentos e muitas outras formas organizativas que fazem lutas, para poder dar conta do novo desafio em um duplo movimento: somar força para resistir e tentar avançar com ações unitárias.

Na Frente Contra a Criminalização das Mulheres e Pelo Direito ao Aborto, por exemplo, há resolução de atuar em três dimensões – nacional, estadual e municipal –, em várias vertentes de ataques – policial, jurídica, médica – e em vários planos de ação: ativismo nas redes, diálogo com a população via educação popular e comunicação popular em várias formas (rádios, internet etc.), incidência nas instituições de governos e nos legislativos.

Em situações assim, onde individualmente avalia-se que nenhuma organização

Um propósito de coalizões/frentes/redes é construir unidade e ações unitárias sem constranger a diversidade de iniciativas.

terá força suficiente, o que cabe a esta prática articulatória é construir espaço de trocas e compreensão do conjunto do campo desta luta, da correlação de forças local, nacional internacional e da relação entre a conjuntura e o que é estrutural. É poder conhecer seus pequenos e grandes processos de luta, suas contradições, vitórias e derrotas pontuais do conjunto pacientes, supostamente implicadas na prática de aborto naquele local.

ou de setores deste conjunto, e, ao mesmo tempo, olhando o todo, pensar desafios coletivos e apontar para ações necessárias e conjuntas.

Construindo coletivamente a direção das ações necessárias, desdobram-se múltiplas iniciativas individuais, coletivas, setoriais e algumas ações próprias da frente/coalizão/rede, aquelas que são os consensos em torno da agenda comum, sem que a frente/coalizão/rede substitua as iniciativas das organizações que a integram e nem o contrário.

Um propósito de coalizões/frentes/redes é construir unidade e ações unitárias sem constranger a diversidade de iniciativas, tecendo um campo informacional e interacional que seja o espaço maior de abrigo e resistência, o porto seguro para saltar para os momentos de lutas, refúgio e abrigo que seria a própria coalizão/frente/rede, espaço de unidade e aliança com reconhecimento de cada movimento, dos outros e de todos ao mesmo tempo.

Um desafio dessa prática é compreender as lutas pontuais e as lutas processuais como momentos e não etapas, porque numa luta de longa duração, ao confrontar estruturas, não se faz em linha reta, seguindo etapas, mas constrói-se num zigue-zague de idas e vindas, avanços e recuos na história.

Outro desafio é compreender a multiplicidade de iniciativas individuais ou de setores que integram esta coalizão/frente/rede como riqueza e força e não como ‘ação desorganizada’, ou seja, é compreender que a forma organizativa frente/coalizão/rede não vai controlar todas as lutas e iniciativas. Vai sim colocar em perspectiva todas as iniciativas, produzir leitura crítica comum do que reforçar (ou não) e vai definir, a cada conjuntura, a ação necessária e estratégica da própria coalizão/frente/rede, que compromete a todas as organizações que a integram em momentos avaliados como importantes naquela situação vivenciada.

Contudo, a constituição de frentes/coalizões/redes exige encarar e superar também

a visão crítica de que, na prática, espaços nacionais de auto coordenação de lutas tornam-se centralizadores e inibidores da liberdade de iniciativa de grupos, coletivos, ongs ou movimentos. Esta visão, por um lado, ancora-se na crítica correta de parte das esquerdas ao método marxista-leninista de organizar lutas, muito centralizado, vertical e hierárquico. Mas, por outro lado, pode ser alimentada por perspectivas vinculadas ao ‘direito ao protagonismo’, muito insuflada nas teorias modernas de inspiração liberal focadas na ação individual.

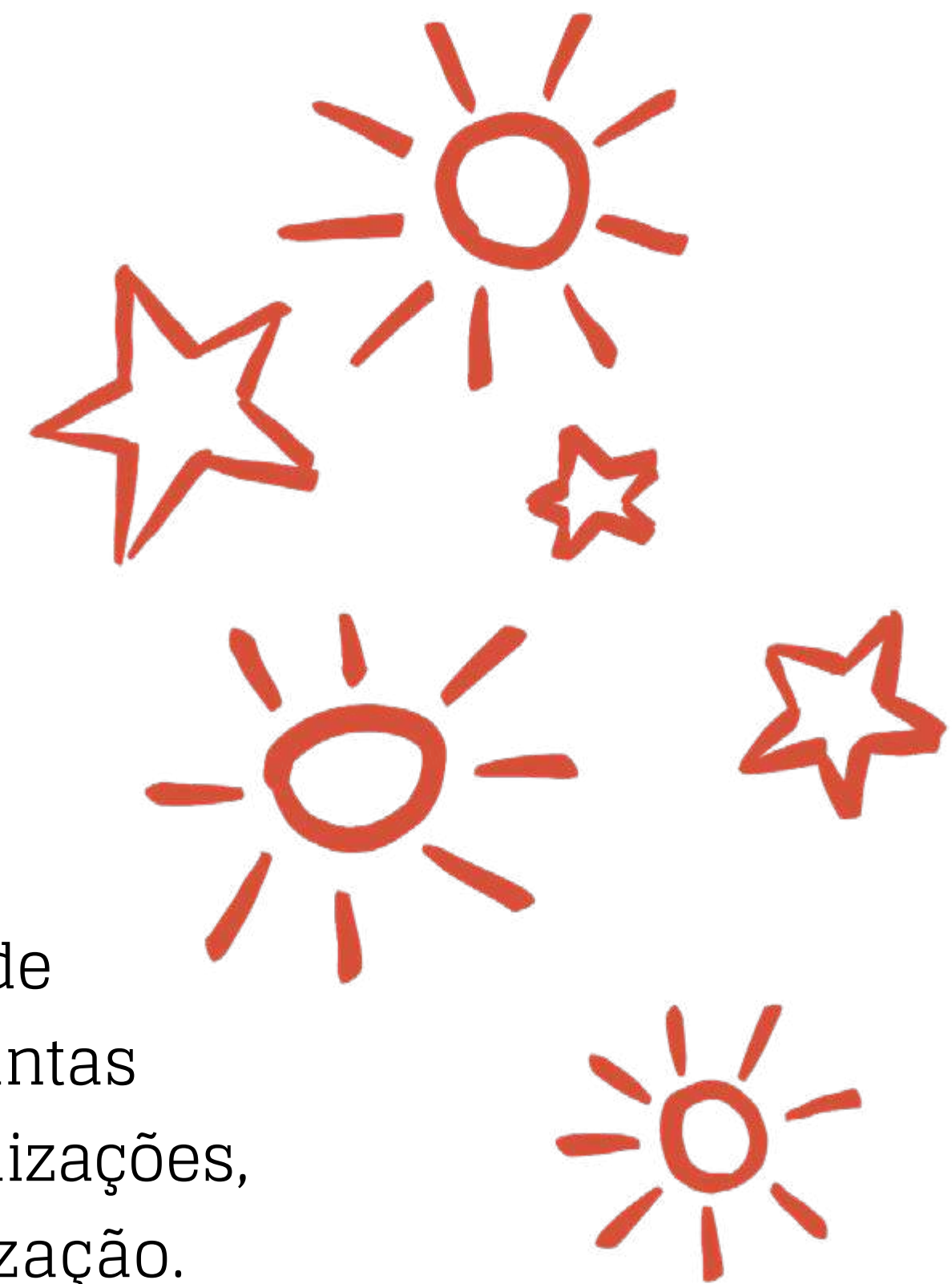
Um agravante no Brasil é que, historicamente, os partidos de esquerda não conseguiram formar uma frente de esquerda que tivesse longa duração, nem mesmo diante do avanço da extrema-direita no mundo e aqui, neste século XXI. Então, não temos a vivência ou visão das potencialidades de uma coalizão/frente/rede que busque a horizontalidade, que traga todas as vozes à frente, que reconheça os distintos sujeitos políticos, que potencialize ao invés de coibir iniciativas, mas que, ao mesmo tempo, recorte e privilegie o que é convergente ou consenso. E com isso aumente a força desta luta que a Frente leva adiante.



Há, sem dúvida, uma questão dos tempos de hoje, que foi a colonização de nossas mentes pelo individualismo, uma vitória da doutrina neoliberal que afetou a subjetividade de amplas correntes políticas no espectro das esquerdas e nos setores populares. Renunciar a sua iniciativa em favor de outra, ceder a acordos coletivos é hoje frequentemente associado ou vivenciado como perda de liberdade e não como esforço de articulação e construção de um plano de luta comum.

Mas esta situação é também explicada pela tensão

real e salutar da relação indivíduo x coletivo, que numa frente/coalizão/rede de organizações se reconstitui na tensão entre a sua organização x a organização coletiva. Esta tensão se coloca de ambos os lados de cada binômio: vai da organização para a coalizão e da coalizão para a organização através das subjetividades das pessoas que representam as organizações ali articuladas. Trata-se de uma tensão intersubjetiva, própria da vida em comunidade, territorial ou de organizações, já que uma comunidade de organizações que se forma para organizar ação juntas traz estas tensões nas pessoas militantes destas organizações, na cultura política e nas expectativas de cada organização.



Para superar e viabilizar a prática de articulação de longa duração, alguns elementos têm sido adotados para ajudar a centrar o coletivo aliançado sem centralizar e para avançar no exercício democrático de poder sobre as definições comuns dos rumos da luta, busca da horizontalidade, representatividade e participação.

Um instrumento é construir juntas um documento de consenso sobre a visão da causa comum. Em geral ele tem a forma de um manifesto, uma declaração, carta de princípios ou plataforma, são várias as formas de nomeá-lo. Trata ao mesmo tempo de aspectos estruturais sobre os quais se tem consenso e revela a unidade do momento, alcançada pelo debate da diversidade de proposições e ações realmente existentes.

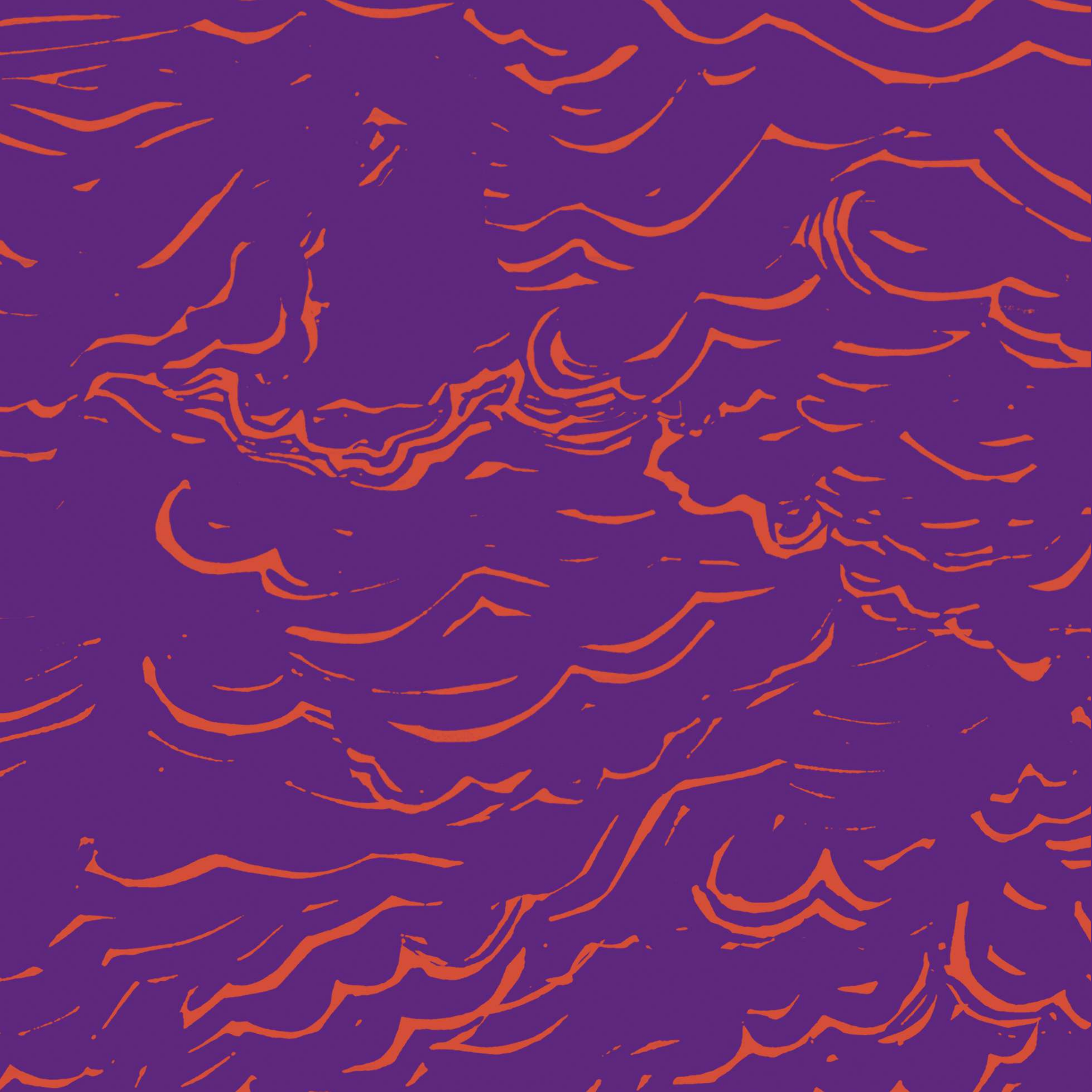
É potente porque este documento orienta tudo que é comum àquele conjunto de organizações. Assim algumas organizações vão se sentir mais contempladas e outras, menos, mas um pouco da visão de cada organização estará contemplado. O documento pode ser processual, renovado periodicamente, avaliado coletivamente sobre visão

crítica acerca de sua atualidade e representatividade ou não. Serve para guiar muitas iniciativas e para ser fonte de cada organização sobre o que fará que as convocam.

Movimentos fracos terão mais dificuldade de construir essas práticas, movimentos fortes, mais facilidade. Organizações locais terão mais facilidade de contribuir com práticas articulatórias locais, não sendo impossível atuar nacionalmente. Mas o tamanho continental do Brasil é, em si mesmo, uma exigência enorme para qualquer dessas práticas. Valendo não esquecer que uma articulação local pode reunir forças suficientes para importantes mudanças no país.

Organizações de mulheres, dadas as condições adversas impostas pelo sistema, terão mais dificuldade, pelas condições muito limitadas de militância das mulheres. Mas, no geral, vemos que o feminismo brasileiro tem avançado muito na possibilidade de articular lutas pontuais, lutas processuais e lutas de longa duração, no plano local, regional e nacional. Nem sempre foi assim. 🌻🌙





CAPÍTULO 3

ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS



TODAS VEMOS CRESCER AS MANIFESTAÇÕES FEMINISTAS no mundo inteiro, mas pouca gente sabe que isso não acontece apenas por força da difusão. Por trás de multidões nas ruas tem muitas horas de reunião, análises de problemas, produção de informação, formulação de propostas, articulações, produção de materiais, postagens, entrevistas e muito mais. Ou seja, há um esforço de construção dos movimentos sociais que não é visível a olho nu. E este esforço é realizado por inúmeras mulheres.

Nesta parte vamos tratar de dinâmicas de organização interna de coletivos e movimentos feministas e de elementos que indicam que os movimentos estão vivendo um período de maior força. Buscamos registrar dicas para pensarmos sobre a vida interna dos movimentos a partir de princípios feministas como autonomia, horizontalidade, cuidado e autocrítica.

No último texto construímos uma reflexão, a partir de nossas experiências, sobre processos de enraizamento de movimentos feministas. A dinâmica de expansão e fortalecimento do movimento feminista é refletiva considerando que isso vai muito além de um trabalho social ou trabalho de base. 🌸🌙

Auto-organização das mulheres³⁵

EMBORA A IDEIA DE AUTO-ORGANIZAÇÃO SEJA FORTE NO FEMINISMO, ela pode ser usada também para pensar outros movimentos sociais. A auto-organização das mulheres é diferente de trabalho de base e de trabalho social feito com mulheres.

Trabalho Social é um tipo de ação que indica que uma organização realiza um projeto, um plano de ação, com um grupo social, ou comunidade, voltado para que ele se organize, participe, faça coisas coletivamente. São exemplos disso os trabalhos realizados por ONGs em territórios urbanos periféricos, rurais e outros. Eles podem ser de educação social ou política, organização de produção e comercialização de mercadorias ou serviços, de resistência à implantação de projetos de desenvolvimento, de fortalecimento de iniciativas culturais, de solidariedade comunitária e outros.

Nestes processos a organização que leva o projeto adiante ‘organiza’ o grupo social envolvido através de reuniões, processos educativos, ações conjuntas, entre outras. Isso pode ser feito com uma metodologia mais ou menos democrática, no sentido de que tanto pode ser dirigista ou baseada na construção coletiva, a depender do projeto político de quem está na condução do processo. Trabalho social é algo bem presente na ação de ONGs feministas, mas também em outras.

Já Trabalho de Base é um termo usado algumas vezes como substituto de trabalho social, mas em geral ele diz respeito à ação de um movimento social, sindicato ou partido político ao impulsionar a entrada e permanência de novas pessoas no seu

35 Elaboração: Carmen Silvia e Silvia Camurça

quadro, organizando-as em grupos de ação em seu próprio território e/ou categoria. É um tipo de ação para o crescimento deste movimento ou partido que a realiza, e pode gerar maior ou menor engajamento em lutas locais, a depender da linha política de quem está conduzindo o trabalho e da perspectiva de quem está chegando. Vários movimentos feministas, quando desenvolvem ações voltados para o seu crescimento, não utilizam o termo trabalho de base e sim trabalho local ou enraizamento.

Auto-organização é quando os sujeitos organizam a si mesmos. Isso pode ocorrer tanto em territórios específicos como em categorias de trabalho ou em torno de uma identidade social. A auto-organização das mulheres é uma ideia forte no feminismo porque, em geral, as organizações e movimentos feministas nascem assim. Mas ela é útil também para outros movimentos sociais.

Para que os movimentos feministas cresçam, é bem importante que cada movimento realize um trabalho de organização local das mulheres que se aproximam dele. Não gostamos de chamar isso de trabalho de base porque o termo pressupõe a existência de uma cúpula que seria responsável por esta ação na sua base, mas muitas pessoas usam esta formulação sem esta intencionalidade de hierarquizar as/os participantes.

Política de afinidade

Nos movimentos feministas é forte a auto-organização baseada em políticas de afinidade, embora não se fale muito sobre isso. Política de afinidade³⁶ é algo originário do movimento anarquista e significava que os coletivos se formam com alto grau de confiança, compromisso ideológico, auxílio mútuo e proteção dos seus componentes no trabalho revolucionário. Nos anos 1970, vários desses elementos se encontravam também em coletivos feministas.

36 Ortelado, s/d.

Os coletivos feministas surgidos no Brasil nos anos 1970 tinham alto grau de confiança no seu interior, desenvolviam a metodologia de autoconsciência e/ou autorreflexão, na qual as mulheres podiam falar sobre suas vidas íntimas, tinham compromisso ideológico com a construção de uma leitura do mundo e da situação das mulheres feita por elas mesmas, se apoiavam mutuamente e se protegiam em momentos difíceis como casos de violência, abortos, ou em enfrentamento à polícia, incluindo prisões, por realizarem manifestações, ações diretas etc.

Um grande desafio é como construir uma política de afinidade que congregue ambas as possibilidades: a de ter bons afetos, amizades e cuidado coletivo (e não apenas entre poucas), mas também companheirismo, debates com fortes divergências.

Hoje em dia existem coletivos que articulam a sua prática política com solidariedade e ajuda entre os membros, que mantêm uma forte confiança e proteção. No feminismo atual se discute muito e se desenvolve atividades de incentivo a que cada integrante cuide de si mesma e que o movimento estimule o cuidado como uma prática coletiva. Isso fortalece laços de reconhecimento e de amizade.

Pensando nisso, percebemos uma diferença. Às vezes, coletivos de afinidade funcionam como grupos de amigos/as com um alto grau de companheirismo que precede a luta e, outras vezes, é o fato de se organizarem em torno de uma posição política que forja o companheirismo na luta.

No primeiro caso reuniões funcionam como momento de conagração com suas

amizades e os laços intersubjetivos são o amálgama do coletivo. Na segunda situação, as definições políticas são o amálgama do coletivo, mas isso não impede que ali se forjem relações de amizades muito profundas entre algumas integrantes.

O problema que ocorre nesta primeira forma de viver a auto-organização é que, quando os laços de amor e amizade por ventura se quebram, isso compromete todo o trabalho político coletivo, e, muitas vezes, provoca rachas nos grupos ou movimentos. Estas rupturas, então, são mais por desentendimentos pessoais do que por divergências políticas de fundo sobre o projeto político do grupo ou movimento, as quais podem até existir, mas não sabemos porque elas nem foram debatidas.

Isso é um desafio para o movimento feminista e para outras organizações políticas. Em especial, porque no feminismo a experiência é um elemento central e a solidariedade e o cuidado têm força política. As rodas de autorreflexão e oficinas de vivências que realizamos nos encontros feministas geram muita intimidade entre as participantes, a cumplicidade aflora por reconhecimento de experiências comuns, e a gente tende a desenvolver um afeto bom, a ter muita proximidade com quem participa junto nesses momentos. Todavia, nos debates políticos, poderemos ter posições divergentes daquelas companheiras pelas quais nutrimos um amor profundo, favorecido pelo próprio método feminista de auto-organização. Muitas vezes é difícil separar estas duas experiências e isso acaba gerando sofrimento.

Um grande desafio é como construir uma política de afinidade que congregue ambas



as possibilidades: a de ter bons afetos, amizades e cuidado coletivo (e não apenas entre poucas), mas também companheirismo, debates com fortes divergências, porém expressas com assertividade, e construção coletiva de nosso projeto político comum.

Juntando gente

Para organizarmos a ação dos movimentos, precisamos conquistar muita gente para a causa. Às vezes, as pessoas não entram numa luta só por decisão racional, pensando que serão beneficiadas com os resultados. Elas entram, e permanecem, porque se identificam emocionalmente com a causa, se sentem afetadas pelo problema enfrentado ou são solidárias com quem é atingida e, mais que isso, gostam do jeito do movimento atuar. A partir dessa vinculação emocional e racional é que as pessoas passam a acreditar que ali tem espaço para que elas construam junto, e se comprometem com aquele movimento.

Juntar gente é fundamental também para aumentar a força do movimento. Muitas pessoas decidindo juntas e distribuindo tarefas entre si têm muito mais capacidade de ação que poucas. A forma como

o movimento se organiza pode aumentar ou reduzir a sua capacidade de ação.

Se a tomada de decisão tem força, a capacidade de ação aumenta. Esta força pode vir da disposição coletiva porque as decisões são horizontais ou das decisões mais centralizadas, porém, com grande compromisso de quem participa dos processos e os executa. No feminismo, preferimos a primeira forma.



Os ciclos de protestos, momentos fortes de mobilização nos processos de luta, são momentos nos quais os movimentos ganham grande capacidade de agregar pessoas e, inclusive, percebem quem se engaja mais, que tipo de tarefa assume, como as pessoas pensam e agem quando estão em coletivos. Isso significa que são sempre momentos a serem aproveitados para o engajamento de novas militantes. Daí, se o movimento tem a prática de organizar uma *chegança* para novas militantes, há que se aproveitar as oportunidades.

Ativismo ou militância?

A partir de acompanhamento de debates na internet, de encontros formativos e de deliberação ou da presença em alguma ação coletiva de rua, pessoas se identificam politicamente como participantes de um movimento, como impulsionadoras daquela causa, em suma, como militantes ou ativistas. Este sentimento de vínculo com o movimento, associado à identificação com a problemática por ele abordada, pode ser uma explicação para a manutenção da participação permanente dos indivíduos.

Percebo que, em geral, a ideia de se nomear como militante tem um caráter mais tradicional na esquerda associado a um vínculo com a organização deste movimento e a construção de seu projeto político; e a ideia de ativista, mais presente hoje, se liga a uma forma de atuação mais fluída e, em nome próprio, menos coletiva. Mas há também uma visão para a qual a nominação como militante indicaria uma perspectiva belicista, militar, que foi forte na esquerda nos períodos revolucionários; e a nominação ativista estaria mais ligada às formas contemporâneas de atuação, podendo ser individual ou organizada coletivamente. Alguns acham que ser militante aprisiona a pessoa ao coletivo e perde-se a individualidade. E outros que ser ativista é fazer carreira solo, sem construir coletivamente nada.

Quem atua mais na internet, ou ligada aos processos do sistema da Organização das Nações Unidas (ONU), tende a usar mais o termo ativista, e quem atua em movimentos

sociais de caráter popular com nome próprio, organizados coletivamente, tende a usar mais o termo militante. Vejo que muitas pessoas que atuam em movimentos sociais hoje utilizam os dois termos como sinônimos, sem se ater a este debate. Eu, todavia, adotarei a ideia de militante porque é assim que me nomeio por reivindicar essa tradição da esquerda e, em especial, a tradição de consagração da vida de inúmeras pessoas à construção coletiva e organizada das lutas políticas populares. Para mim, militante atua organizando.

Breno Bringel, ao discutir sujeitos, práticas e gramáticas da transformação social, aborda esta díade em outra chave que me parece interessante recuperar. Ele percebe que cresceu muito o número de indivíduos que sentem necessidade de se envolver em lutas coletivas, mas sem a predisposição ou o tempo para se organizar em um movimento com permanência duradoura.

Ele faz uma pergunta que também me instiga: [...] como pensar esta figura de ativista que não se encaixa com aquilo que, em geral, entendemos como elementos próprios de militantes? Mais do que isso: como lidar com indivíduos com certa inquietação, sensibilidade e indignação, que querem participar da vida coletiva, mas muitas vezes não encontram o canal ou o espaço adequado para a sua inserção e acabam buscando outras vias que podem ser totalmente opostas à da transformação social³⁷.

Formas de militância

Para refletir sobre essa pergunta, pensando nos movimentos sociais, nos parece interessante discutir as formas de militância que são comuns neste campo político.

Nem todos aqueles que dedicam sua vida à

³⁷ Bringel, 2018.



militância, o fazem como uma consagração de vida, que exige sempre uma atuação reflexiva. Muitos se envolvem na rotinização burocrática e fazem disso um hábito que confere um certo sentido à vida, mas que não implica em uma ação reflexiva permanente. Militância é uma maneira de atuar na política, mas não é a única, ativismos em causas e opinar no debate político público são também maneiras de atuação. Há diferenças entre estas palavras, mas muitas vezes elas são usadas como sinônimos.

O que caracteriza uma pessoa militante? A primeira característica é ser organizada, ou seja, organizar a sua militância coletivamente participando de um movimento social ou outro tipo de organização política. A militante é aquela que busca estudar para entender a sociedade, interpretar as injustiças e elaborar como se luta para enfrentá-las, fazendo tudo isso em espaços coletivos de sua organização e/ou movimento. Ela dedica tempo para sua formação, busca qualificar-se para enfrentar o debate e a defesa das ideias no interior de sua organização e na sociedade, mas também de dedica à qualificação técnica, desenvolvendo habilidades diversas necessárias às formas de luta e atuação de sua organização.

A ação política é uma dimensão da vida militante, tão relevante quanto trabalhar para garantir o sustento, formar uma família ou viver seus amores. Por isso, ela assume posição nos debates, se compromete e cumpre tarefas importantes, pensa e propõe rumos para o movimento no qual atua. É comum uma militante dedicar-se por toda a



vida à ação política. No feminismo dizemos: ela tem o feminismo como parte de seu projeto de vida ou o feminismo é um modo de viver.

A militante aprecia o convívio com as outras na sua organização ou movimento, cria vínculos afetivos e políticos, costuma conversar sobre a vida como um todo e não apenas sobre a política. Em geral contamos muito com o apoio das militantes de nossas organizações e movimentos nos problemas da vida cotidiana.

Certamente, aqui estamos caracterizando um tipo ideal de militante. Na vida real as coisas são um pouco diferentes. Podemos perceber certas variações que nos ajudam a caracterizar três tipos de formas de atuação da militância: passivas, ativas e orgânicas.

As formas passivas são aquelas nas quais a pessoa participa, mas não cuida da organização. Ela frequenta as reuniões, assiste debates, às vezes fala e às vezes não, quase nunca pega uma tarefa para realizar, normalmente se coloca para ajudar outra. É uma forma de atuar onde não se toma responsabilidade por nada, ou se assume tarefas mais operativas, nas quais não se exponha. Às vezes, até nem gosta de ser vista, diz sempre que prefere ficar na sombra, ou se coloca sempre como quem está aprendendo. Esta militante tem um lugar seguro, mas com pouca liberdade para tomar decisões, já que nunca desenvolve responsabilidade com os rumos a tomar, e às vezes sente-se oprimida pelo movimento ou pelos/as companheiros/as.

As formas ativas são aquelas nas quais a pessoa atua muito, mas não constrói. Ela participa em reuniões, entra em comissões de tarefas, lidera processos, representa o movimento para fora, faz fala pública, organiza debates internos, muitas vezes chega a dominar um assunto muito bem e a representar o movimento em articulações políticas naquele tema. Ela prefere focar nas pautas e nas ações, mas não se envolve nas relações internas do movimento e muito menos em suas tarefas político-organizativas. Atua mais para fora do que para dentro, o que lhe garante um certo brilho visto de fora. Muitas vezes se aproxima do que chamamos ‘carreira solo’, embora integre um movimento. E quando o movimento vive algum

problema ela pode discutir sobre o movimento, mas nem sempre abertamente, embora sempre tenha opinião, se for chamada a se expressar.

As formas orgânicas são aquelas nas quais se entende a militância de forma comprometida com a vida interna e a atuação do movimento. Ela se preocupa e investe em construir a estratégia geral do movimento, tem gosto por analisar coletivamente a conjuntura e pela tomada de decisão sobre como agir em cada momento, pensa nas alianças e debate o projeto político e horizonte utópico da organização. Ao mesmo tempo, se preocupa com a coesão, com a maior ou menor democracia interna, com as práticas políticas das pessoas e do movimento com um todo, com a sua sustentação e permanência no tempo, com o crescimento e capacidade de relação com quem chega, com as novas questões do momento, e com a dimensão de produção de uma estética atraente e comprometida com as posições políticas do movimento. Na forma orgânica, a militante atua organizando.

Estas formas variam na vida de uma mesma militante e no interior do movimento. Uma mesma pessoa pode vir e voltar entre estas formas, a depender dos fatores intervenientes ao longo de sua trajetória, a exemplo das condições materiais de vida, a condição subjetiva, a afetividade e a própria forma organizativa do seu movimento, se mais hierárquica ou mais democrática, com lideranças mais ou menos democráticas e acolhedoras, com métodos internos que contribuam para uma perspectiva de engajamento orgânico ou métodos que favoreçam a dispersão etc. No caso das mulheres, a idade reprodutiva, o momento de ter filhos ou não os ter e criá-los nas fases mais dependentes, podem afetar também as formas de militância. 🌸🌙

*A ação política é
uma dimensão
da vida militante,
tão relevante
quanto trabalhar
para garantir o
sustento.*

Vida interna dos movimentos feministas³⁸

TODO MOVIMENTO PRECISA DE UM CERTO GRAU DE ORGANIZAÇÃO para poder ter continuidade no tempo. Nenhum movimento pode permanecer somente em mobilizações. Muitas coisas precisam ter acontecido antes para garantir que os protestos ocorram. Mas, além disso, os movimentos têm uma vida interna permanente que vai muito além de realizar ações para reivindicar ou protestar, uma vida que precisa ser cuidada por todo mundo que se compromete com essa construção.

Dentro de uma perspectiva prefigurativa, dizemos que precisamos ser, nos nossos movimentos, um pouco daquilo que gostaríamos que o mundo fosse. Ou seja, os movimentos sociais que defendem a democracia no Estado e na sociedade, para manter coerência ética, devem se organizar de forma democrática. Aí está a fortaleza deste campo político.

Lutas fortes exigem movimentos organizados com grande capacidade de ação. A identidade coletiva e a organização de um movimento são elementos centrais para analisar o grau de centrimento e compreender a sua capacidade de ação³⁹. Centrimento significa que as pessoas que compõem aquele movimento organizam a sua ação política nele, ou seja, debatem e tomam decisões coletivamente sobre o que fazer juntas e fazem, colocam em prática as decisões. Organizar juntas a ação coletiva indica que todas estão concentradas nos rumos definidos por

38 Elaboração: Carmen Silva

39 Domingues, 1999.

todas, atuando na mesma direção, se responsabilizando pelo que decidiram fazer.

Para tomar decisões em conjunto é preciso ter propostas que, sendo diferentes umas das outras, sejam debatidas coletivamente. Este debate necessita de alguns pressupostos, ou seja, ele acontece a partir de um quadro de referências comuns, que precisa ser realinhado e atualizado periodicamente por todas as pessoas que constroem o movimento.

Marcos de referência comuns são fundamentais para construção das identidades coletivas que são forjadas ao longo do percurso histórico de um dado movimento, eles dizem com o que as pessoas se identificam ao se manterem articuladas e organizadas⁴⁰. É isso que chamamos de projeto político. O alinhamento de projeto político realizado de forma interativa e permanente é fundamental para entender o engajamento de indivíduos nos movimentos sociais. Ele é central na formação de uma identidade coletiva, dá um sentido de pertencimento do indivíduo ao grupo.

As pessoas constroem a ação coletiva à medida que se comunicam, produzem e negociam significados, avaliam e reconhecem o que têm em comum, tomam decisões, ou seja, constroem um projeto político comum que inclui estratégias de atuação e um método de organização e atuação.

O reconhecimento da construção de identidades coletivas implica em criar ambiente em que o elemento indutor da reunião seja a solidariedade. A criação de um ambiente solidário exige que sejam gestadas as condições objetivas e subjetivas necessárias, na produção de entendimentos e negociações nas quais estão implicadas as compreensões cognitivas das pessoas envolvidas na ação e/ou organização, mediando definições quanto aos meios utilizados para intervenção e sua relação com os objetivos, os fins, e as prioridades para o desenvolvimento da ação.

Outro elemento a observar diz respeito à motivação individual e coletiva, que será investida no empreendimento da ação e sua organização, o que poderá gerar maior ou menor grau

40 Tarrow, 2009.

de coesão, intensidade e extensividade deste movimento, em função do que teremos ciclos maiores de latência em sua expressão pública ou de visibilidade e potência de intervenção.

Os movimentos feministas organizados no plano nacional ou mundial têm muitos desafios para sua organização local, mais ainda do que os coletivos ou movimentos que são construídos apenas em um território local. A auto-organização democrática de um movimento e os processos de luta coletiva em um país continental como o Brasil muitas vezes não ocorrem de forma combinada. As lutas parecem ser mais organizadas em movimentos com um grau de centralismo maior na sua tomada de decisão, porque daí todo mundo já se responsabiliza por encaminhar, ou seja, isso aumenta a capacidade de ação. Todavia, esse formato é menos democrático e considera menos o contexto local que, às vezes, tem outras exigências.

Fazer militância, com atuação local e atuação nacional em um dado movimento, levando a sério os princípios feministas de auto-organização, horizontalidade e autonomia, não é fácil. Vamos tratar um pouco de alguns destes princípios que impactam o nosso jeito de ser e fazer movimento.

Autonomia

No feminismo a gente fala muito em autonomia das mulheres e em autonomia do movimento. Autonomia de uma mulher é uma luta constante para resistir às condicionalidades, às regras que o sistema nos impõe, e é também necessário para isso ter garantia de direitos para poder decidir os rumos da sua vida. Aqui vamos priorizar falar em autonomia dos movimentos feministas, mas isso pode ser um elemento para reflexão em outros movimentos sociais.

Autonomia, no nosso entendimento, não deveria ser baseada no individualismo. Não é decidir sozinha o rumo que todas devem seguir. Nos tempos de hoje é muito forte o que chamamos ‘carreira solo’, aquele tipo de ativismo fortemente personalista, baseado em falas próprias capazes de influenciar outras, e que não se submete às discussões coletivas. Ele cria

estátuas de ferro muito imponentes, mas que têm os pés de barro, e facilmente caem.

A autonomia é a capacidade do movimento decidir seus rumos com as pessoas que estão construindo esse movimento, sem se submeter às decisões do Estado, dos partidos de igrejas, de outros movimentos. A pergunta a ser feita em qualquer coletivo ou movimento é ‘quem manda em nós? Nós mesmas temos um projeto político e tomamos nossas decisões baseadas nele? Ou nós partilhamos de um projeto político de outro movimento ou organização partidária?’ Nenhum movimento é uma ilha, pode ocorrer dele participar de coalizões e/ou correntes políticas e, nelas, construir seus posicionamentos. Quando isso é muito constante, o grau de autonomia deste movimento é menor, todavia, isso pode ser parte do seu projeto político, o que não necessariamente é ruim, desde que tenham sido construídas alianças e reflexões conjuntas.

Mas há também outras influências que não só as correntes políticas com as quais as lideranças do movimento comungam. Precisamos nos perguntar: as agências financiadoras definem nossas prioridades? As propostas dos governos incidem sobre nosso movimento? Até que ponto as modas da internet influenciam a nossa vida coletiva?

Existem outros limites para construirmos um movimento autônomo: os seus recursos e as suas fronteiras. Quando o movimento depende muito de uma ou mais organizações para realizar suas ações, a autonomia pode se reduzir. Quando as fronteiras são frágeis, ou seja, quando temos muitas integrantes que compõem também outros movimentos, partidos ou organizações, as posições destes outros espaços acabam por ter forte incidência sobre aquele movimento. O próprio sentimento de identidade coletiva se dilui se muitas integrantes vestem duas ou três camisas, ou seja, integram vários espaços políticos.

Horizontalidade

O princípio da horizontalidade é um elemento forte do feminismo. Tem a ver com democracia interna. Horizontalidade é o contrário de verticalidade, quando tem

alguém em cima que decide e quem está embaixo só tem que executar. Se baseia em tomadas de decisão coletiva por todas que constroem o movimento, no mesmo plano horizontal, compartilhadas, e preferencialmente através do consenso baseado no debate de argumentos. Atuar horizontalmente exige compromisso e engajamento consciente.

O desafio é ter formas de organização e processos de tomada de decisão que sejam horizontais, compartilhados, quando o movimento é nacional, em um país continental como o Brasil.

Isso exige método de ação em rede, onde todas podem contribuir a partir de diferentes formas, mas que tudo se liga e potencializa a ação, a ação em rede. Cada uma ou pequenos grupos internos podem liderar diferentes ações, sem vanguardas, e sim com lideranças situacionais. Um mesmo movimento pode ter várias lideranças em vários tempos, tarefas ou distintos espaços de atuação ou em causas que mobiliza.

Alguns elementos são fundamentais para uma organização ou movimento que busca a horizontalidade: circulação interna de informações, transparência, registro de decisões coletivas, tomada de decisões com respeito à divergência, sem manobras políticas, relação de confiança, responsabilização e escuta ativa entre quem constrói aquele movimento.

As condições nas quais cada pessoa atua na militância em movimentos sociais são desiguais. Situação econômica, grau de instrução, local de moradia e lugar que ocupa internamente interferem na capacidade de proposição e ação das participantes. Além disso, o movimento não está isolado da sociedade na qual ele é construído, por isso, as desigualdades raciais e étnicas, de gênero e sexualidade também interferem nas relações de poder.

No feminismo buscamos tomar decisões por consenso a partir do debate de argumentos. Isso é bem importante para a democracia interna. Todavia, tem momentos em que essa forma pode gerar uma paralisação da ação. Por exemplo: quando há uma forte polêmica em um encontro nacional de um movimento e o tempo de duração do encontro não permite que se permaneça no debate de argumentos buscando convencer a

todas. Neste caso, manter a defesa do consenso pode gerar paralisia do movimento. Alguns movimentos trabalham com a ideia de construir uma maioria ampla, ou seja, fazer uma checagem pelas falas das inscritas ou por uma consulta aberta para saber se tal posição atingiu uma maioria de aproximadamente dois terços. Em outros momentos o impasse na construção do consenso faz com que determinada decisão, ou parte dela, seja adiada para uma nova oportunidade, ficando apenas com aquilo que é realmente consensual, ou seja, tem acordo entre todas.

Nesses processos podem ocorrer manobras de maioria e manobra de minorias, o que é muito preocupante para quem acredita na construção democrática. Manobra de minoria é quando um grupo que tem uma posição política visivelmente minoritária no debate tensiona tudo ou se retira do debate como forma de reduzir a legitimidade da decisão que será tomada (em algumas situações chega a impedir a tomada de decisão, quando ela só é legítima com um número x de participantes). Manobra de maioria é quando um grupo que visivelmente tem a maioria no encontro muda regras já acordadas antes para poder ter a maioria na decisão que está sendo debatida. Ambas as formas de agir dificultam os processos de construção democrática no interior dos movimentos.

PRÁTICAS QUE DIFICULTAM TOMADAS DE DECISÃO DEMOCRÁTICAS

MANOBRA DE MAIORIA

Quando um grupo, no interior de um movimento social, tem maioria ampla no debate de uma proposta e toma a decisão prévia de mudar a regra do jogo para favorecer uma proposta que, com as regras vigentes, obrigatoriamente seria rejeitada.

MANOBRA DE MINORIA

Quando se impede o processo de tomada de decisão com atitudes coletivas da minoria, que estão dentro da regra, mas que impedem que a maioria decida, do tipo se ausentar do local de decisão, gerar tumulto, entre outras.

Criticidade

Além do princípio da autonomia e da horizontalidade, há outro elemento que nos parece central para o movimento feminista: a criticidade, ou seja, a análise crítica da realidade em que vivemos feita a partir do feminismo.

Ser feminista é querer mudar o mundo para mudar a vida de todas as mulheres. Isso porque temos uma crítica ao mundo. E é uma crítica elaborada por mulheres a partir da vida das mulheres. A consigna que mais expressa nossa crítica é: somos antipatriarcais, anticapitalistas e antirracistas. Mas sempre podemos avançar mais na fundamentação dessa crítica.

Construir a análise crítica da situação em que nós mulheres vivemos, incluindo aí todos os tipos de mulheres, é uma tarefa permanente do movimento feminista, mas também precisamos ser críticas para dentro de nós mesmas e dos nossos movimentos.

Ter capacidade de criticar o nosso próprio movimento exige compromisso com o desafio de sua construção.

Para ser crítica é preciso assertividade e responsabilidade. Isso se expressa no conteúdo, mas também na forma de fazer a crítica interna. É preciso solidariedade e compromisso com a superação do problema e garantir a autocrítica entre companheiras.

Hoje a forma predominante de debate político toma três caminhos. Um é nas redes sociais, espaço onde a forma de expressão é mais por imagens, memes ou textos bem curtos e com ritmo bem rápido. O debate, muitas vezes, é superficial ou mesmo nem acontece. Predomina apenas o ato de curtir e compartilhar, o reconhecimento público ou o ‘cancelamento’ da ideia da pessoa ou da pessoa mesma.

Um segundo caminho é mais comum entre quem está nas Universidades, Institutos ou algumas Organizações profissionais. É o debate teórico feminista, que ocorre em artigos, seminários, e com citações de autoras, muitas das quais já bem consolidadas nesses espaços. Este debate tende a aprofundar alguns aspectos, mas, às vezes, tem

maior dificuldade para dialogar com as mulheres de classes populares ou mesmo com suas necessidades e visões.

Um terceiro caminho para o debate crítico feminista é aquele que se dá nos processos políticos de construção de movimentos e de suas lutas. Quase sempre ele faz uso dos dois modos anteriores e é desenvolvido para aprofundar análises e formular reivindicações e estratégias de lutas. Atualmente, este campo tem tido poucas oportunidades de aprofundar debates gerais sobre o feminismo com um todo, restringindo-se a aspectos importantes que conforma as lutas de cada movimento ou a causas específicas.

Cuidado

Às vezes é doloroso participar de um movimento social, vivemos conflitos internos, sofremos derrotas externas, mas se o nosso movimento é um lugar onde tudo se constrói junto, um espaço não hierárquico, solidário, comprometido com as decisões que toma, ele segue sendo um lugar bom de atuar, apesar de tudo.

Um grande desafio do feminismo é construirmos um movimento que não anule as pessoas que nele atuam, onde seja possível cuidar de si, respeitar seu processo, seu jeito de ser e modos de vida, e, ao mesmo tempo, contribuir com a construção coletiva, corresponsabilizar-se solidariamente, ter disponibilidade para a ação.

O cuidado em um movimento é um compromisso que implica que cada mulher busca construir a si mesma e se empenha na construção de um movimento onde seja bom atuar. Ele exige autorreflexão, cuidar de si mesma e do seu crescimento, desenvolver a conexão entre mulheres, o acolhimento das outras e a capacidade de apoio mútuo.

Cuidado também deve significar assumir tarefas para que outras companheiras não fiquem sobrecarregadas, se posicionar nos debates e não ficar apenas nas conversas de corredores, se dispor a construir coletivamente os processos internos e de atuação do movimento. Ter uma política interna de cuidado não deve ser algo que nos impeça

de nos criticarmos entre nós, de termos divergências, porque sem isso o nosso debate político não avança e nossa capacidade de luta fica reduzida.

Dimensões da organização

Nos propomos a refletir sobre outras dimensões de um movimento social a partir da ideia de construirmos movimentos feministas fortes, com projeto político nítido e grande capacidade de ação. Daí vamos trazer alguns elementos para o debate: instâncias, representação, formação, comunicação, finanças e lideranças.

Em geral, os movimentos organizados possuem instâncias de decisão com diferentes responsabilidades. Além disso possuem grupos para operacionalizar as tarefas que o movimento se propõe. Estes grupos são chamados GTs, secretarias, comissões, coletivas, brigadas etc. Estes grupos de trabalho, em geral, têm missões específicas, algumas permanentes e outras temporárias.

Instâncias

É assim que chamamos, genericamente, os espaços organizativos de um movimento que tem o poder de tomada de decisão. Existem instâncias menores, com poder de definir processos de execução, e instâncias maiores que definem a elaboração de projeto político e identidade do movimento, suas grandes estratégias, políticas de alianças etc.

Em um movimento que busca ser democrático, as instâncias com maior poder de decisão são chamadas Congressos, Assembleias ou Encontros deliberativos. Em geral elas têm processos preparatórios e formas de participação pré-definidas. Isso ajuda o movimento a não ser ‘tomado de assalto’ por um grupo que queira fazer incidência interna e mudar a linha política, burlando as regras de funcionamento. As instâncias

menores são a coordenação, quem tem caráter geral, ou comissões e grupos internos, que em geral decidem aspectos específicos de sua tarefa. É muito raro um movimento social que funcione com diretoria (em lugar de coordenação), isso só é comum no movimento sindical em função de sua estrutura própria.

Falando assim parece algo muito burocrático, mas, na prática, a ausência das instâncias de decisão estabelecidas gera chamamos da ‘tirania da organização sem estruturas’⁴¹, ou seja, pode tanto paralisar as iniciativas porque ninguém sabe quem pode definir o que o movimento deve fazer como também gerar muitas disputas desnecessárias somente porque algo não foi debatido e acordado no espaço previsto.

Representação

Os movimentos não atuam sempre sozinhos, eles se articulam em Frentes, Coalizões ou Redes com outros movimentos sociais e/ou com partidos do campo de esquerda, organizações não governamentais, conselhos profissionais etc. Em função disso, cada movimento, geralmente, designa uma pessoa ou um grupo para representá-lo nestas Articulações. A tarefa de quem representa é levar para estes espaços mais amplos os debates e posições políticas do seu movimento, sempre no intuito de construir junto com os outros e a partir de uma atitude colaborativa que gere capacidade de ação conjunta na Coalizão de que o movimento participa.

Todavia, às vezes ocorre que a capacidade ou experiência da Representante não é suficiente para a tarefa da Coalizão, daí cabe ao movimento buscar construir junto essa capacidade ou alterar a representação. Outro problema é quando o movimento escolhe uma representante para um espaço de articulação política e depois não debate mais sobre o assunto que é discutido lá. Isso faz com que a representante não possa de fato cumprir seu papel e gera muito mal-estar. É comum que a própria representante tenha

41 Freman, 1970.

que mobilizar o debate dentro do seu movimento para poder gerar as condições para representar uma posição e aportar na Coalizão de que participa.

Há também representações dos movimentos em espaços de negociação com os governos e os patrões ou em espaços de participação social na gestão pública, como os Conselhos e Conferências, mas sobre isso já falamos anteriormente ao tratar da Atuação Política.

Formação Política

Todo movimento necessita de formação política. Atividades de formação são diferentes de encontros de tomada de decisão, muito embora estes também sejam momentos de muita aprendizagem, ou seja, de aprender fazendo. Participar de movimentos, tomar decisões, pegar tarefas, construir juntas são processos muito educativos. Nestes momentos tanto aprendemos como construir democraticamente como também incorporamos vícios que sejam comuns naquele espaço. Ver criticamente nossos próprios movimentos é algo que exige muita reflexão e uma base teórico-política que gere condições para isso. Para isso, atividades específicas de formação política são muito necessárias.

Os movimentos surgem de uma crítica ao mundo da forma como ele está ou a partir de um problema específico. Estudar o problema e a organização da sociedade e do Estado ajuda a compreender o problema e a formular estratégias de lutas para enfrentá-lo. A formação é fundamental para o projeto político do movimento e seu contínuo alinhamento de visão de mundo e construção de si.

A formação política, do ponto de vista feminista, ocorre entre pares, toma por base a nossa experiência vivida, aposta na reflexão coletiva e busca beber em elementos teóricos que tenham sido construídos por outras feministas que se colocaram problemas semelhantes para reflexão ao longo da história.

Comunicação

A comunicação interna nos movimentos é um elemento central da construção democrática. Ninguém tem condições de tomada de decisão se não está bem-informada sobre os processos em curso. A comunicação para fora é sempre um posicionamento político do movimento. Ela pode cumprir vários objetivos e por isso deve ser definida conscientemente. Às vezes, visa informar, mas outras vezes tem o objetivo de dialogar e gerar adesão. Em alguns momentos, é necessária para mobilizar participantes para uma ação específica, em outros, é para declarar uma posição política ou um apoio feito pelo movimento. Enfim, toda comunicação de movimento social é política e, sempre, busca construir engajamento, que é muito mais que comentário em rede social, tem a ver com participação ativa no processo.

O contexto atual da comunicação é de mudanças radicais. Antigamente um boletim com duas páginas de papel impressas seria bom para comunicação interna, hoje se usa muito mais o grupo de WhatsApp. A dificuldade é que no boletim tinha uma série de informações condensadas e, no grupo atual, elas ficam dispersas e entremeadas com outras falas que não se relacionam. A vantagem é que hoje é possível transmitir informações de forma bem mais rápida e para mais pessoas ao mesmo tempo e potencializar o diálogo sobre as informações apresentadas. Porém, nem todo mundo usa o grupo de zap da mesma forma. Cada movimento pode pensar sobre isso e definir o que é mais adequado para sua situação específica. Pode ser uma boa ideia uma síntese semanal dos debates ocorridos e ações divulgadas no grupo de mensagens.

Finanças

Tem um ditado popular que diz “quem sustenta, manda”. Ele nos ajuda a pensar sobre a sustentabilidade financeira de nossos movimentos. É muito difícil realizar ações internas,

processos de mobilização e participação social, sem recursos. Como consideramos que os movimentos sociais são um importante elemento da construção democrática da sociedade, podemos discutir se o Estado deveria apoiar financeiramente os movimentos sem ter poder de interferência sobre eles. Mas, mesmo nesta hipótese, o Estado tem governos de plantão que poderiam enviar esse procedimento. O fato é que os movimentos sociais dependem, para existir, do seu próprio poder de arrecadação de recursos.

Há várias formas de arrecadação de recursos como campanhas, eventos, contribuição mensal de participantes, venda de produtos, aporte com recursos não financeiros etc. Existe também a elaboração de projetos para concorrer junto a organizações apoiadoras. Todas estas formas são desejáveis para fortalecimento da organização interna e das lutas dos movimentos, mas todas serão prejudiciais se o movimento não tiver nitidez sobre o que fazer com o dinheiro arrecadado, sem um plano político próprio ao qual o dinheiro aporta.

É necessário que as decisões sejam tomadas coletivamente e nas instâncias adequadas. Isso diz respeito tanto à definição de como arrecadar como às prioridades de gastos e à forma transparente de prestar contas para o coletivo.

Liderança

Muitos movimentos vivem a ‘síndrome da liderança única’, ou seja, só uma pessoa (ou um pequeno grupo) é responsável para falar em nome do movimento e para coordenar suas reuniões. Não há dúvida de que isso demonstra uma grande concentração de poder. Pode gerar uma verticalização do movimento, quando as decisões ficam centralizadas neste grupo e as participantes viram seguidoras, que compartilham mensagens e realizam encaminhamentos.

Os movimentos que se organizam democraticamente também precisam de lideranças, mas neste caso elas cumprem o papel de ‘puxadoras’ dos processos, são lideranças

situacionais. Em cada situação dada, uma companheira, ou um grupo, toma a frente, propondo e encaminhando formas de tocar o processo adiante. Neste caso, não existem lideranças fixas permanentemente, e aquelas que hoje estão à frente de uma ação amanhã serão lideradas por outras. Isso faz com que o movimento tenha múltiplas lideranças e maior responsabilização na vida interna e na atuação.

Esta perspectiva de democracia interna não implica que as pessoas que estão responsáveis, no período, pela coordenação do movimento não tenham responsabilidades a mais. Sim, elas têm, por um dado período. E precisam liderar o movimento como um todo. Coordenar um movimento significa criar condições para que o movimento não saia dos rumos traçados coletivamente e se desmobilize, combater a hierarquização, valorizar as diferentes contribuições, favorecer a distribuição de representações externas e de lideranças de processos, estimular a circulação da palavra, socializar informações sobre decisões e encaminhamentos cotidianos, mobilização a arrecadação de recursos, cuidar das relações políticas com outros movimentos, organizações, partidos, governos etc.

Nos movimentos mistos quanto ao sexo e também nos movimentos de mulheres, muitas de nós têm dificuldade de liderar processos. A nossa socialização como mulheres, desde a infância, faz algumas terem receio de ser lideranças e ficam intimidadas, e outras liderarem processos de um jeito autoritário, que é o predominante no modo de liderar dos homens. As duas maneiras geram dificuldades para lidar com conflitos no interior dos movimentos e nas coalizões que o movimento compõe.

Para lidar com conflitos numa perspectiva democrática é preciso construir legitimidade para um método que ajude a definir os termos do debate e a forma de decisão, gere assertividade e não indelicadeza, se atenha a argumentos e não à desqualificação, seja solidário e permita ver a partir de diferentes perspectivas. 🌸🌙

MOVIMENTO FEMINISTA FORTE⁴²

Trazemos aqui um conjunto de elementos que podem ser usados para analisar a força de um movimento feminista, mas também de outros movimentos sociais. Dividimos estes elementos em três áreas: processos de lutas, organização interna e projeto político.

42 Texto produzido pelo SOS Corpo, em abril de 2017 e debatido no curso nacional feito pelo SOS para a AMB em novembro de 2018 e no Diálogo Virtual subsequente. Posteriormente publicado na brochura Nós na AMB. Nos dois momentos incorporou contribuições de quem o debateu. Esta versão aqui apresentada foi debatida e revisada em 2020, 2021 e 2022 em cursos nacionais da AMB.

PROCESSOS DE LUTA

1. Tem uma causa definida autonomamente.

2. Reflete sobre a conjuntura e elabora estratégias coletivamente.

3. Tem capacidade de formular criticamente um problema como problema público.

4. Tem capacidade de confronto com seus oponentes.

5. Tem capacidade de fazer

lutas, ou seja, processos coletivos de confrontação e de defesa de uma reivindicação ou posição frente ao Estado e/ou frente à sociedade.

6. Valoriza pequenas conquistas nas suas lutas.

7. Tem forte expressão, insurgente e rebelde, e bom reconhecimento público.

8. Atua frente à sociedade e ao Estado, formulando para isso diferentes proposições e

estratégias.

1. Tem capacidade de atração de pessoas para a luta, encanta e mobiliza muitas pessoas implicadas no problema e pessoas solidárias, e as pessoas participantes gostam de ser deste movimento.
2. Tem muita gente comprometida com ele, que pensa junto e assume tarefas.
3. Tem formas de entrada e saída de militantes, mas muitas ficam por muito tempo.
4. Tem sujeitos individuais participativos, fortes, críticos, criativos e assertivos.
5. Reflete sobre si mesmo, enfrenta seus problemas e constrói formas de

organização e atuação coletiva.

6. Enfrenta conflitos internos de forma assertiva, firme e amorosa.
7. Toma decisões coletivas de forma democrática e atua de forma coletiva e organizada com e pela maioria da sua militância.
8. Tem capacidade de acolher o novo, sem deixar de debatê-lo criticamente.
9. Dissemina ideias e ideais.
10. Tem uma estética própria, criativa e que dialoga com seus princípios.
11. Tem permanência no tempo, ainda que com momentos de maior e menor visibilidade.

PROJETO POLÍTICO

1. Constrói seu projeto ético e político coletivamente e autonomamente.
2. Tem uma visão de mundo crítica consistente ao sistema de dominação e exploração e suas expressões no cotidiano.
3. É capaz de formular alternativas políticas no tocante às suas causas.
4. Tem capacidade de construir

alianças duradouras e breves com outros coletivos e movimentos.

5. É um espaço-tempo-ação no qual transformamos a nós mesmas e lutamos para transformar o mundo.
6. É uma construção coletiva autônoma e permanente.
7. Um movimento feminista forte é, um pouco, o que gostaríamos que o mundo fosse.

Enraizando o movimento feminista⁴³

ENRAIZAR O MOVIMENTO FEMINISTA É UM IMPERATIVO para o movimento continuar existindo, isto porque a dinâmica das relações sociais que estruturam o sistema de dominação está em permanente alteração, recriação, expansão com idas e vindas na história. Então o movimento precisa também estar assim, em constante recriação de si e em expansão. A isso nomeamos enraizar o movimento feminista.

Nos tempos de hoje, com crescente poder de influência da extrema direita sobre os rumos do mundo, o enraizamento do movimento feminista torna-se um imperativo ainda mais forte. As forças e agentes da extrema direita, desejam nos enfraquecer, desbaratar nossa organização política, destruir a confiança das mulheres nas ideias feministas e lançar suspeitas sobre as lideranças feministas, desqualificar nossas pautas, e promover o terror entre todas as mulheres através da violência, chegando ao limite do assassinato, para deixar nítido o poder dos homens e o que podem fazer contra as mulheres se não rezarmos na cartilha deles. Aliados no campo econômico, militar e religioso não faltam para isso, representantes do poder político e das grandes empresas de comunicação também não.

A dominação patriarcal sobre as mulheres faz parte e é convenientemente aceita por parte destes grupos, como parte do projeto do capitalismo que vivenciamos, capitalismo que foi e

43 Elaboração: Silvia Camurça

é parte do colonialismo do passado e do racismo de sempre. Por isso, enraizar o movimento feminista é mais urgente que nunca e ao mesmo tempo muito mais difícil que antes.

Como compreendemos a ideia de enraizar

Por enraizamento do movimento feminista, nomeio aqui as ações de expandir o movimento de um jeito a fazer surgir mais e novas organizações em condições de levar adiante a luta feminista no concreto real da vida das mulheres em determinado tempo e lugar.

Não é apenas crescimento numérico de mais organizações no movimento, mas é expandir-se de um jeito que renove as práticas de auto-organização e ação coletiva das mulheres feministas, adequando estas práticas para as novas situações que se colocam. Porque de raízes fincadas é que brotam organizações fortes para enfrentar os problemas mutantes do presente de cada qual.

Enraizar também é fazer de um jeito que enriqueça e requalifique os saberes do feminismo, que são os referenciais para a militância ler e interpretar a realidade social, que está em permanente alteração e fixação.

É fazer de um jeito que esta leitura da realidade promova renovação do pensamento feminista, sua teoria social, para assim lançar novas luzes sob as diversas e novas realidades que se modificam à medida que toda humanidade vai fazendo a história das lutas, das resistências e dos sistemas de dominação.

Portanto, enraizar o movimento feminista é expandir o movimento e seu potencial de ação na conjuntura e em sintonia com as questões de seu tempo sob a liderança e força das mulheres.

Enraizar o movimento feminista é distinto de difundir o feminismo

A ideia de difusão do feminismo nos leva a imaginar a propagação difusa de ideias e práticas do feminismo em diferentes âmbitos sociais e por diferentes meios: novelas,

músicas, propagandas, cinema, imprensa, debates nas redes sociais ou iniciativas de governos progressistas. Se difunde também no trabalho social e nas políticas de assistência social, nas escolas e nas universidades e nas chamadas ongs ou terceiro setor.

A difusão do feminismo é fruto da ação de diferentes sujeitos sociais, empresas, poder público, pessoal da educação, da saúde pública, organizações do movimento feminista ou de suas militantes individualmente. Difusão do feminismo é quando valores, posições, críticas e metodologias do feminismo transbordam e se espalham pra além das organizações do movimento.

Pela difusão do feminismo no âmbito da política, os movimentos sociais e outras organizações políticas como os partidos, os governos, os parlamentos, são impactados e muitas vezes acolhem, mas às vezes rejeitam, ideias e práticas propostas pelo feminismo. Quando acolhem, a difusão do feminismo promove renovação de valores e na missão de muitas iniciativas públicas. Mas esta difusão se faz também no meio empresarial, seja pela alteração nas mercadorias e serviços produzidos, seja na forma de promover a venda e consumo destas mercadorias, pela propaganda.

A difusão do feminismo traz consequências para democratização social, mas pode não alterar muita coisa quando ocorre o que algumas chamamos de apropriação do feminismo, uma forma de usar o feminismo para interesses que não são do feminismo ou até contrários a ele.

Enquanto o enraizamento é quando o movimento feminista cria raízes novas que frutificam na forma de novas organizações de mulheres, em novos territórios/espacos-tempos, novos corações, mas tecendo a rede dentro do próprio movimento; a difusão do feminismo espalha ideias, valores, práticas, legitima demandas e objetivos do feminismo e gera muitas controvérsias e polêmicas nas sociedades.

Se no enraizamento é o próprio movimento feminista que se expande e permanece organizado e ativo por meio da auto-organização das mulheres feministas, sempre por

iniciativa própria e não de outros sujeitos sociais. A difusão do feminismo pode se dar por diferentes iniciativas, não necessariamente pela militância feminista.

Estando sob controle das próprias mulheres militantes e sendo conduzido por estas, o processo de enraizamento pode até cair em erros políticos, ou ser apropriado por outras forças políticas, mas tende a ser um processo que gera mais força para o movimento feminista e, talvez, por isso, gere mais que controvérsias no meio onde acontece, resulte muitas vezes em conflitos políticos, divida opiniões naquele meio e imponha fortes enfrentamentos.

O enraizamento é muito mais exigente para as militantes que conduzem o processo, e nem sempre avança, às vezes, é interrompido ou até apresenta recuos. Isso porque o enraizamento é uma ação fruto de decisão e determinação de algumas que decidem expandir a organização das mulheres para atuarem contra expressões de dominação patriarcal nos espaço-tempo onde quer que a gente vá tentar enraizar: no movimento onde atuo, ou na comunidade onde resido, ou na igreja que frequento, ou no partido ao qual sou filiada, ou no espaço cultural de que participo, ou na organização onde trabalho.

Contudo, a difusão do feminismo favorece, e muito, o enraizamento do movimento. É desta difusão ampla do

*O enraizamento
é quando o movimento
feminista cria raízes
novas que frutificam
na forma de novas
organizações de
mulheres, em novos
territórios/espacos-
tempos, novos corações,
mas tecendo a rede
dentro do próprio
movimento*

feminismo que, me parece, nasce o desejo individual em muitas mulheres de fazer feminismo, acontece o despertar para engajar-se em movimentos feministas.

Enraizamento do movimento feminista não é trabalho de base. Pois o que tradicionalmente é nomeado trabalho de base, tem por objetivo, na prática, a formação política da base social de uma luta/campanha ou de organização de massas tipo sindical ou de partido, que seria dirigente da base, ou seja, a vanguarda, supostamente superior em formação política e visão estratégica que a base e que reuniria as condições para conduzir a base nas lutas, em todos os tempos e em todos os lugares.

Enraizamento do movimento feminista também não é um programa de formação para mulheres, com conteúdos previamente organizados, participantes convidadas, com começo, meio e fim. Embora o programa de formação feminista seja importante para difundir o feminismo, na maior parte das vezes não gera novas organizações e nem é orientado para isso.

Também não é trabalho social com mulheres, aquele realizado pela extensão universitária, ou pelas ongs, por exemplo, com intuito de apoiar as mulheres no enfrentamento das problemáticas do seu dia a dia e de suas famílias: moradia, trabalho e renda, cuidados em saúde, proteção à violência, agricultura familiar, por exemplo. Embora sejam trabalhos muitos importantes para as mulheres viverem melhor as situações difíceis de nossa sociedade desigual e injusta, o trabalho social com mulheres não é orientado para enraizar o movimento feminista.

Como já dissemos, o enraizamento é obra das próprias mulheres militantes feministas, pretende forjar uma nova identidade entre suas companheiras, a identidade de mulheres feministas, e mobilizar ações coletivas auto-organizadas e em prol da libertação das próprias mulheres, perseguindo o objetivo de fazer acontecer a constituição de novas organizações dentro do movimento feminista, enriquecendo e renovando o feminismo com novas perspectivas e vozes.

Porém, considero que enraizar o movimento feminista é também uma estratégia de resistência e de fortalecimento das mulheres no cotidiano. Todas as mulheres vivenciam opressão e exploração de alguma maneira, e precisam fortalecer umas às outras e achar jeito de atravessar os problemas enquanto vivem o cotidiano.

Estar organizada num grupo é um jeito de ficar mais forte enquanto se avança nos ciclos da vida de cada qual, em meio às cercas e muros construídos na nossa sociedade que bloqueiam os fluxos da vida para quase todas as mulheres. Num grupo de mulheres organizado em base feminista, as mulheres se ajudam na vida, se socorrem, se fortalecem individualmente.

Portudoisso, enraizar o movimento feminista é essencial para expansão, fortalecimento e permanência no tempo do próprio feminismo (como prática política, pensamento crítico e movimento social). Pelos enraizamentos, suas ideias, suas lutas, propósitos e métodos do fazer são atualizados pelas mulheres feministas auto-organizadas frente as circunstâncias sob as quais vivem e nas quais o movimento se expande e se recria.

De que é feito o processo de enraizamento do movimento feminista?

Por anos tive a oportunidade de contribuir, como educadora e assessora e muitas vezes como militante, em processos deliberados de enraizamento do movimento feminista: no Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE) e por dentro do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), na construção da Marcha das Margaridas; em processos de expansão da abrangência geográfica do Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE), movimento onde atuo; acompanhei encontros do processo de enraizamento da organização própria das mulheres pescadoras; os desafios de enraizamento da organização das trabalhadoras domésticas; a experiência de auto-organização feminista dentro do Partido dos Trabalhadores, nos primeiros anos após a

fundação. Vivenciei momentos de debates e trocas em atividades do SOS Corpo, onde trabalhei muitos anos em processos educativos, dialogando sobre novas experiências e formas recentes de organização feminista como no período da Primavera Feminista e após Jornadas de Junho de 2013.

Desta experiência, compreendi que há elementos necessários e sem os quais o enraizamento não se realiza plenamente. Trata-se de um processo, com atividades distintas que se sucedem e se articulam em diferentes momentos: planejamento do processo; um núcleo planejador, a que nomeio ‘grupo desejante’; um grupo de mulheres que se forma e organiza no processo.

O enraizamento precisa buscar a auto constituição da identidade política feminista, individual e coletiva, a percepção crítica de seu lugar individual e do grupo nas relações sociais. Isso é componente central para a auto-organização do grupo em torno de problemas e circunstâncias comuns e assim desenvolve solidariedade na convivência, na vida e na luta.

Complementam estas atividades as iniciativas de solidariedade na resistência: a articulação de ações político-culturais para fazer o enfrentamento do debate nas disputas político-ideológicas que estão ao redor do grupo, e iniciativas de organização de lutas por direitos que alterem para melhor as condições do viver.

Por fim, o grupo terá que organizar sua atuação em rede, na maior parte das vezes via filiação a um movimento específico ou a uma iniciativa de coletivos de movimentos, para que o grupo não permaneça isolado do campo feminista e nele possa contribuir de forma soberana e não subordinada, ou seja, não ir a reboque, mas também não atuar isolado no todo da luta feminista.

Comentando alguns destes componentes do processo destaco que o planejamento deve ser vivo, compreendido não como um plano a seguir, mas uma atividade realizada com frequência sobre os próximos passos e a ordem dos passos. Um planejamento

que vá abrindo e encontrando possibilidades de por onde pode fluir o enraizamento, contornando as pedras, sempre presentes nos caminhos.

Neste planejamento, nem sempre uma série de momentos educativos é a melhor opção, paradas para pensar em meio a uma situação coletiva enfrentada ou no meio de uma luta também fazem parte deste processo. E como planejamento não é roteiro, mas atividade sobre o que fazer, tem de estar orientado para o futuro, mas podendo achar caminhos diferentes pra chegar na situação desejada no final do processo: um novo grupo ou movimento constituído pela auto-organização de suas integrantes. O enraizamento, e seu planejamento, diferente de um programa de formação, não tem data para terminar, é um processo contínuo, mas que exige momentos de paradas para refletir individual e coletivamente, compreender o concreto do problema na vida de cada uma, ou o problema enfrentado numa luta.

O núcleo planejador, que aqui nomeio de grupo desejante, dará início ao processo e irá liderar o processo, conduzindo o passo a passo em seu início pois o enraizamento é uma ação demorada, com distintas dimensões e fruto da conquista e adesão de várias mulheres, mesmo que inicialmente tenham propósitos bem diferentes. É necessário um grupo que já deseje avançar para outra situação, com horizontes de uma nova organização do movimento feminista ou do engajamento em um movimento, ainda que sejam desejos embaçados.

O grupo desejante, quando se encontra, é potente como força propulsora. Reúne espontaneamente aquelas que têm um desejo de lutar e organizar a luta, de serem feministas militantes, quem têm a coragem de sonhar outro modo de viver e conviver, mas são ao mesmo tempo humildes, porque se sabe ‘apenas um grão de areia’.

Reúne quem tem uma boa informação da crítica feminista à realidade das mulheres, mas quem também enxerga possibilidade de resistência no cotidiano das mulheres. Quem pretende dedicar parte de seus dias e meses e até anos, a fincar raízes do

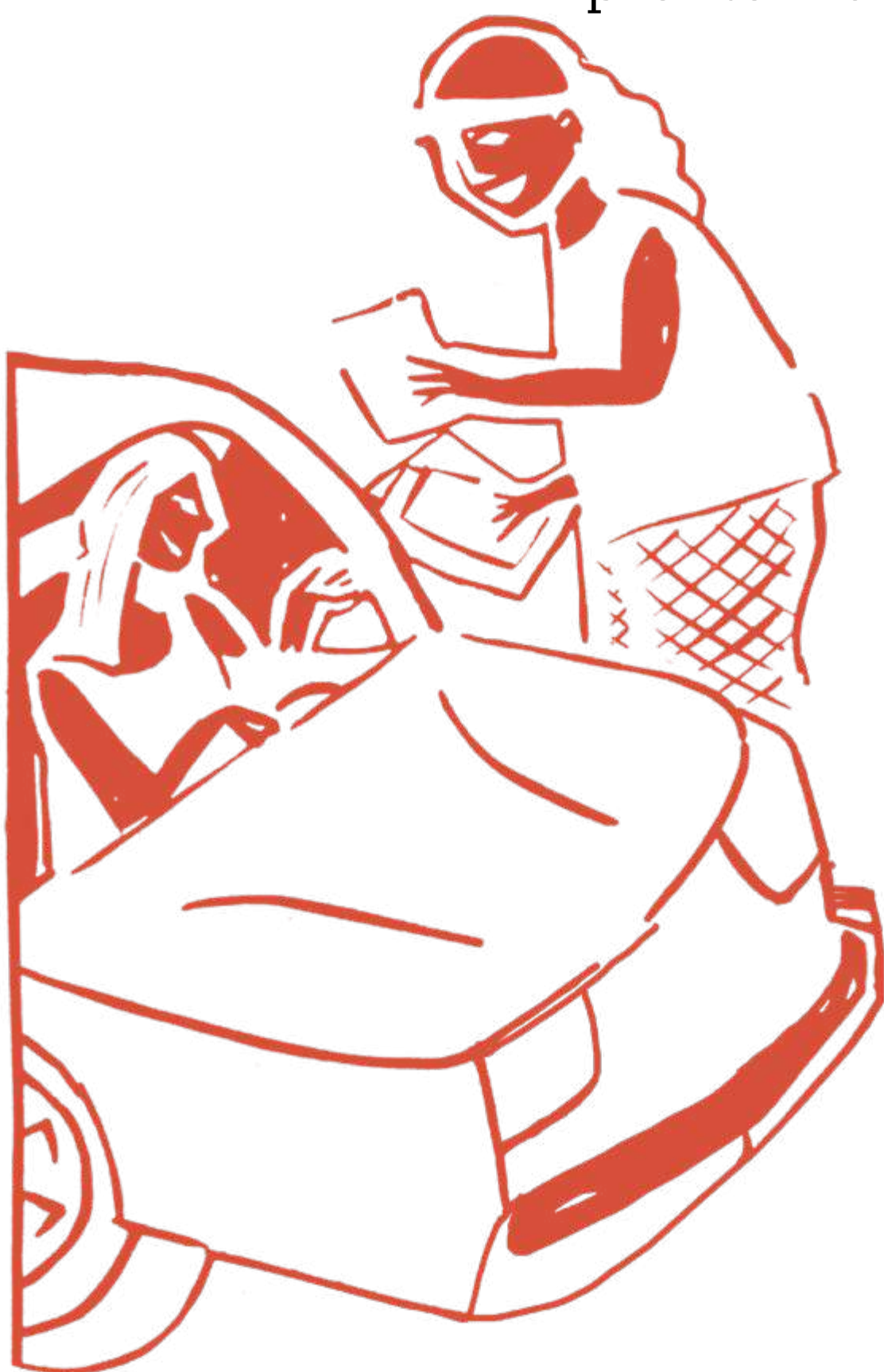
feminismo no seu local de moradia ou de trabalho ou de atuação política.

Reúne quem tem determinação e flexibilidade e por isso também tem perseverança, não desiste fácil, sabendo que “a única luta que a gente perde é aquela que a gente abandona”, que “quem não tem cão caça com gato” e que “uma andorinha só não faz verão”, mas que organizar a resistência é também cuidar de seu próprio percurso, dar sentido à sua própria vida e ajudar as outras a caminharem na direção de tomar posse de si mesmas, libertar sua subjetividade, ser mais feliz, mais livre, mais autoconfiante, até mais corajosa na vida.

O Grupo de Mulheres é o nascedouro da nova organização feminista, pois, na medida em que o processo avance, o enraizamento exige um grupo que se agregue ao grupo desejante, que some e se aproprie, que possa chamar de meu grupo de mulheres a este novo espaço do movimento feminista, enquanto este espaço vai sendo construído, e não depois de estar pronto. É a constituição de mais um novo grupo de mulheres feministas.

A importância do grupo de mulheres pode ser percebida em diferentes perspectivas: como reforço à resistência diária de cada mulher; como espaço de articulação e organização de lutas por direitos ou como espaço de debate político-cultural no ambiente ao seu redor.

Por resistência diária, refiro-me à ideia de que viver a vida sob o patriarcado exige driblar esta dominação diariamente, mesmo que não se lute politicamente contra ela. Isto é assim em todas as situações de grupos oprimidos e explorados, a resistência diária está sempre lá, com seus saberes sobre: Como fazer? Como sair da situação específica? Como se proteger? Como se curar das dores?



Articulando as dimensões da pessoa, o grupo de mulheres pode tornar-se o ponto de encontro, da costura, dos remédios caseiros, ou do coral e, ao mesmo tempo, ser a roda de conversa do dia a dia, a roda que torna a vida mais possível, e ainda ser o núcleo de diversão coletiva, que faz passeios à praia, ou piqueniques no parque, gera um momento para as mulheres, ou das mulheres e suas crias, enfim, são muitas possibilidades e todas conhecemos grupos assim. Sem esquecer ações de solidariedade do grupo entre suas integrantes. E neste sentido, para mim, importa muito criar espaços de troca e reflexão feminista sobre o que está acontecendo na vida de cada uma e de todas. Um espaço de encontro, ora mais amplos, ora quase fechados, mas um espaço das mulheres. Isso é muito importante numa sociedade patriarcal.

Mas a luta por direitos se coloca. As desigualdades enfrentadas pelas mulheres das classes populares e trabalhadoras em geral, mesmo as de renda média, impõem a busca por muitos serviços públicos, e toda a estrutura criada pela força das lutas sociais para garantir direitos iguais numa sociedade desigual: rede de atenção básica em saúde, rede de educação e creches, espaços de acolhida e convivência par idosos, espaços de apoio para doenças mentais, lugares de fisioterapia, e tantos outros. Além da necessidade de acesso a água, saneamento, moradia, transporte, iluminação pública. E espaços de trabalho remunerado. Todas essas necessidades na vida moderna da sociedade industrial e os direitos aí conquistados foram erigidos por força de lutas sociais, tomando-as como direitos, hoje ameaçados pela perspectiva da extrema-direita ultra neoliberal. É nesta situação que grupos de mulheres se tornam núcleos poderosos de articulação de lutas e ações coletivas, mais ou menos duradoras que o grupo, e, às vezes, vinculadas a movimentos sociais específicos.

Quando o Grupo de Mulheres acumula a leitura feminista dos problemas, formula demandas na perspectiva das mulheres daquele lugar, está, muitas vezes, com ânimo de compartilhar com mais gente, e até confrontar ideias hegemônicas no seu ambiente.

É quando surgem práticas como cine debate, palestras, os cantos-corais, a difusão de informação sobre os direitos, pixações, colagem de lambes e até programas de rádio. Comunicação direta e educativa no seu ambiente, seja um território ou um espaço interior de uma organização (um movimento misto por exemplo).

O Grupo de Mulheres é um trampolim, que só se sabe ao pular nele e dele. Nele ocorre o encontro fortalecedor de cada uma, mas é também onde se constitui a força coletiva. É o trampolim de onde cada uma salta para novas situações de vida pessoal e o trampolim que alavanca o impulso coletivo para a ação, para a luta por direitos e por outro modo de vida. Porém, é preciso estabelecê-lo também como o esconderijo aonde vamos sempre nos socorrer quando a resistência individual ou coletiva exigir.

A auto constituição da identidade política de mulheres feministas é o aspecto de partida para amarrar as rodas de conversas. Esta identidade se faz na medida da compreensão das experiências em comum entre as mulheres e inclui a consciência da ser oprimida e explorada e, ao mesmo tempo, consciência da força que as pessoas oprimidas e exploradas têm em si e quando se juntam. A potência que explica como em condições difíceis conseguimos viver e sobreviver e, muitas, vezes, ser criativas, alegres e com alto senso crítico de justiça e injustiça, além de achar disposição para lutar e criar o tempo de se organizar para isso. Quanto mais consistente for vivenciado este processo, mais forte será esta identidade que irá tornando-se uma identidade consolidada na medida em que o processo individual e coletivo avançar.

A tomada de consciência de seu lugar e lugar do grupo nas relações sociais é componente do processo e um processo em si mesmo. Com esta ideia refiro-me a saber seu lugar nas relações sociais, que são relações de poder. Saber o seu lugar coletivo de classe, etnia/raça, saber da situação de explorada e dominada nesta posição, e saber da potência da insurgência que esse lugar coloca. Identificar o grupo nestas relações percebendo se o grupo atua para reforçar a dominação (de classe, raça, gênero) ou se

pretende libertar suas integrantes e outras mulheres deste sistema.

Implica, portanto, ter consciência de estar num lugar de explorada no mundo e é parte do processo de formação da identidade política feminista de um coletivo, embora possa realizar-se sem identidade feminista. Tem a ver com a consciência do que o feminismo negro denomina de interseccionalidade, saber onde cada relação social está presente e determina seu ser e sua vida.

Esta tomada de consciência, este estalo na mente e emoção ao mesmo tempo, se faz por diferentes caminhos: enfrentamentos políticos dentro e fora do grupo, atividades educativas, ou nos momentos de planejar e avaliar ações de lutas coletivas realizadas.

Mas destaco algo importante, a constituição da identidade política de mulheres feministas e a consciência de si nas relações sociais não precisa ser uma etapa, nem um ponto de partida do processo maior de enraizamento do movimento. Às vezes é um ponto de chegada. Mas pode ser uma dimensão que vai se realizando ao mesmo tempo que uma luta do coletivo avança.

Na minha vivência e experiência, compreendi que muita gente pensa a tomada de consciência e a formação política como sendo uma etapa e isso, às vezes, pode bloquear o avanço do grupo, sempre na espera de um dia superar uma etapa para dar outro passo. E quem define quando o grupo cumpriu a etapa? Não dá certo. Melhor perceber que a constituição de identidade política e a consciência de si nas relações sociais se faz no caminho, ao longo da vida de cada uma, no momento de constituição do grupo desejante e do Grupo de Mulheres e no processo de enraizamento do movimento feminista, embora seja desejável que aconteça sempre. Assim como a formação política feminista.

A consciência de si nas relações sociais e a formação da identidade coletiva feminista são fundamentais e constantes no processo de enraizamento do movimento feminista porque devemos sempre saber responder quem somos e que lugar ocupamos no mundo

onde vivemos para poder agir de forma estratégica. Isto é, agir a partir do lugar onde estamos de modo a enfrentar os problemas com possibilidade de ficarmos mais fortes para novos enfrentamentos.

A isso algumas chamamos de saber o chão onde pisamos. Este chão pode ser um lugar abstrato, agir de acordo com o que já temos de força e organização como Grupo de Mulheres, ou um lugar bem concreto, como agir como mulheres de periferia que somos.

A consciência de si tem a ver com lugar nas relações sociais deste mundo e deste tempo. É ter bem nítida sua classe, sua identidade de gênero, sua identidade racial, ou seu território, que junta isso tudo na experiência da gente.

Conhecer e tomar posse para si deste lugar é estabelecer um trampolim, de onde se lançar para a ação coletiva, é sentir-se em terra firme, sentimento que vivifica a coragem e aumenta a vontade, impulsionando em direção à ação, e a outro futuro. Agir de forma estratégica é partir da situação em que se está, em que o grupo se encontra, em que cada mulher integrante se encontra, partindo das ausências, da falta no grupo, e do que já existe. Para estar bem ciente do que se pode fazer, com que força contar.

As formas do fazer

As Rodas de Conversa são, na totalidade das experiências de que participei ou acompanhei, a prática inicial e permanente no enraizamento. Caracterizadas por horizontalidade, troca sem tempo de inscrição ou de fala, lugar de falar e de escutar a outra. É a prática às vezes inconclusiva, e às vezes com amarração no final, pela via de conclusões coletivas sobre o que se escutou e falou, e dá a base para muitas outras práticas guias, por ser constitutiva da relação de conhecimento, convivências e confiança primária entre as pessoas, do grupo em formação no processo.

A prática de reflexão coletiva articulada com a autorreflexão individual, realizada de forma continuada e sistemática em Rodas de Conversas periódicas, é a condição de ter o espaço do grupo para compreender a vivência, na vida ou na luta, individual e coletiva. É neste espaço que buscamos juntas e encontramos a origem das dificuldades, encontramos as perdas e ganhos numa luta e construímos explicações, os seus porquês. Pela reflexão coletiva, elaboramos conhecimento coletivamente construído no feminismo com o conhecimento coletivamente partilhado da vivência de cada uma na situação problema que o grupo estiver debatendo, seja situação de uma luta, seja situação na vida.

A prática de elaboração coletiva de conhecimento explicativo da realidade é outra dimensão bem relevante do processo de enraizamento. Pois não se trata de ‘levar o conhecimento’ ou a palavra iluminadora para um grupo, nem mesmo levar teoria feminista. Todas as mulheres de um grupo vivenciam problemas em comum, ainda que de forma diferente para cada uma. Elas têm as suas vivências como base de seu saber. Assim como as militantes que decidiram atuar no enraizamento, também têm vivências, saberes e têm às vezes leituras de teorias. Mas no enraizamento trata-se mais de troca e construção coletiva do que de transmissão de saberes, embora possa se compartilhar saberes e visões teóricas adequando-as ao grupo e ao momento. Partilhas e trocas são palavras-chave nas Rodas de Conversa.

Organizar ações de solidariedade é uma prática frequente, seja como mutirão ou seja como socorro mútuo. Resgatando práticas ancestrais das lutas da classe trabalhadora, o mutirão enfrenta problemas coletivos e individuais, como no caso de corrigir uma casa que está pra cair ou corrigir uma barreira que afetará muitas casas. E pode ser ajuda mútua, quando se trata de socorrer umas às outras numa catástrofe coletiva, garantindo a permanência das integrantes do grupo, ou de socorrer umas às outras em situações de abortamento ou de violência.

Organizar formas de lutas é outra parte central do enraizamento do movimento feminista. Para isso é bom conhecer como o movimento já faz as lutas, as formas como as mulheres envolvidas já sabem por conhecer ou viver lutas e partilhar um pouco das condições necessárias pra fazer uma luta com algum sucesso de vitória, trazendo pessoas de outros movimentos para contarem suas lutas, como as organizaram. Em geral as lutas se constroem a partir da leitura dos problemas ou por uma questão emergencial que surgiu e se impôs. É preciso estar atenta às possibilidades de organizar uma luta, mesmo que o grupo resista.

É compreensível que um grupo recém-formado tenha medo de iniciar uma luta, seja por experiências individuais de outras lutas na vida de algumas das integrantes, seja porque o grupo teme não receber aprovação de lideranças, tipo o pastor ou o dirigente pelo qual tem admiração, ou por algum tipo de dependência, ou ainda por obrigações de reciprocidade com essa ou aquela liderança.

Esta situação tolhe parte da autonomia do grupo. Mas deve ser percebida como natural e justa e deve ir para o debate na reunião, pra poder o grupo ter a oportunidade de vivenciar os medos e freios à sua ação prática e poder avaliar como driblar estas situações. Porque tudo a nossa volta está colocado e arrumado para as mulheres não lutarem, e sim se deixarem dominar.

Garantir a vivência da liberdade organizativa e promover debate sobre formas de se organizar é outro desafio e exige coragem. A coragem de ‘deixar’ emergir novas formas de organização, que serão as formas possíveis para aquelas mulheres naquele momento e lugar. Os experimentos organizativos precisam de liberdade também para desenvolver e registrar novos fazeres e novos saberes do grupo, bem como caminhos próprios possíveis de comunicar o acumulado do grupo e o que as mulheres naquele contexto estão passando e propondo a partir do que novas vozes ecoarão no movimento feminista geral.

Devemos incluir no método do enraizamento do movimento feminista a construção de um ‘balaio de saberes’ ou ‘nossa fonte de sabedoria’, onde registramos esta produção de conhecimento. Na educação popular, equivale ao nosso repertório interpretativo crítico da realidade. Nas teorias, é o escopo de conhecimento do grupo.

De toda forma, todo conhecimento, se não registrado, se perde, e é preciso que novas mulheres possam tomar posse do que já está feito. Um poço de saberes ou balaio de conhecimento, como queiram, permite que se possa voltar ao poço, ou ao balaio, à fonte, para buscar saberes que vão ajudar nova interpretação, seja de novas situações concretas da vida das mulheres e ou de novas situações e ações coletivas de luta.

Vale sempre buscar informação com quem já começou um grupo, ou publicações de movimentos que sistematizaram sua prática na formação de núcleos ou grupos e movimentos.

As dificuldades mais frequentes

No enraizamento, avançamos, às vezes em saltos ou passos largos, às vezes caminhando devagar, e às vezes voltamos um pouco de marcha à ré. O enraizamento não é um processo em linha reta, está mais para um zigue-zague, mas isso não quer dizer que o grupo está perdido.

Ocorre que o mundo não para e muitas vezes uma situação nova se impõe e precisa ser debatida, para ajudar uma companheira a enfrentá-la individualmente, ou para todas enfrentarem juntas. Em algumas vezes, é uma companheira nova que chega ao grupo, ou outras que estavam afastadas que voltam. E daí precisa-se voltar, resgatar o que se andou, o que o grupo toma como seu conhecimento sobre as coisas para poder seguir. Outras vezes, é algo de fora que nos atinge, uma ameaça política ou bem concreta como uma catástrofe ambiental ou uma catástrofe política, uma derrota grande com

perdas de direitos, por exemplo.

É justo e compreensível, e até desejável, que o grupo trate de enfrentar a situação adversa que se impõe, às vezes, até fica parado na reflexão ou nas lutas que vinha fazendo para abraçar outra prioridade que se impôs. Ninguém atua fora ou acima das circunstâncias de seu momento, ao contrário, somos muito afetadas por elas. Em especial se as desconsideramos em nossas vidas.

Achar o momento certo de lançar propostas é outra dificuldade constante, esta emerge de dentro do próprio grupo. É uma companheira que insiste em contar seu caso e reivindica mais uma reunião para falar e ser ouvida, quando outras já estão cansadas de ouvir sem falar. Ou um grupo que quer pôr em questão conclusões de outro momento de reflexão. Ou aquela que trouxe dúvidas porque noutro espaço recebeu informação diferente. E, sem dúvida, há outras que simplesmente sentem temor, temor do novo, temor do feminismo, temor de enxergar coisas ‘mal-vistas’, receio de falar demais e alguém da família saber, receio de uma para com as outras. E aqui o grupo desejante precisa cuidar para não ‘atrasar’ e nem ‘atropelar’ o Grupo de Mulheres.

Sendo um grupo desejante a conduzir o processo, é bom dialogar com as outras antes de lançar novas ideias e propostas, o planejamento permanente já referido. Às vezes, é melhor questionar o grupo, outras vezes, não. Às vezes, tomamos uma opinião forte de uma companheira como a visão do grupo, e nem sempre é assim. Compreender um pouco de dinâmica de grupos, relações de poder internas e impasses gerados, pode ser útil. E isso se faz tanto por leitura de textos e livros, como dialogando com companheiras que sabem de dinâmica de funcionamento de grupos.

Outra dificuldade frequente é o pouco conhecimento das lutas feministas do passado e do presente, aqui e agora, mas alhures também. E o pouco saber das explicações do feminismo sobre a estrutura do patriarcado que, por sua vez, explica muito do que vivenciamos individualmente.

Sem este conhecimento dificilmente o grupo desejante poderá articular a experiência individual de algumas ou a situação do grupo com as lutas. Sem este saber, como parte do conhecimento mínimo para a empreitada do enraizamento, o grupo desejante vai literalmente ‘patinar’ no diálogo e não liderar o processo, como é necessário.

Sem estes conhecimentos, o grupo desejante ou cai nos ativismos de fazer lutas com muitíssimas atividades, ou no academicismo de supervalorizar só o conhecimento publicado, ao que nomeia teoria feminista. Contudo, conhecer um pouco de teoria feminista é necessário para toda militante compreender e promover debates sobre as lutas, construindo caminhos de fazer luta, e, ao mesmo tempo, debater sobre as explicações do feminismo para as situações da realidade individual e coletiva. Por isso a militância do grupo desejante não pode abandonar a ação militante de seu movimento, onde se forma e atualiza sua formação.

Os saberes das mulheres, vindos de sua experiência, são também muito valiosos. E o saber fazer pedagógico, que permite articular o ‘pensamento pensado’ sistematizado na teoria feminista com o pensamento que o grupo e cada uma está elaborando num dado momento, é o coração da prática pedagógica crítica, reflexiva e libertadora. Pois todo pensamento está ancorado em algum lugar, e às vezes está ancorado em interpretações que mais atrapalham do que ajudam.

Neste mesmo sentido destacado, outra dificuldade é garantir sistematização do conhecimento produzido no grupo, registro visual, escrito, gravado, como for, como prática coletiva, pensada e vivenciada coletivamente avaliada e melhorada também. Um debate ou reflexão de Roda de Conversa ou os acordos de uma reunião sobre a organização do grupo são fruto de um tempo construído com muito esforço, mas com frequência isso não é registrado. Também o saber alcançado numa luta ou mobilização, o que se apreendeu, compreendeu dos processos de lutar, reunir este conhecimento é difícil, mas não pode ser perdido, por menor que pareça ter sido esta construção.

Além de tudo que tratei, este avanço do enraizamento do movimento feminista tem a dificuldade de depender do momento do movimento feminista geral, se está mais ou menos mobilizado e atuante, e depende da maturidade e momento de cada integrante do grupo de mulheres específico, mas também depende da vontade de cada uma. Ou seja, as dificuldades nem sempre estão nas pessoas do grupo desejante. E às vezes são incontornáveis, o que explica o abandono das tentativas aqui e acolá.

Este é um desafio de enorme grandeza

Enraizar o movimento feminista nos coloca diante de fortes estruturas do sistema que encontramos refletidas no pensamento das pessoas, ideias e valores, mas também nas forças políticas por dentro dos territórios e organizações.

O direito à auto-organização política foi negado por muito tempo às mulheres e, neste momento de grande força do pensamento de direita na política mundial, está em questão: será necessário ainda mulheres se organizarem para lutar contra aquilo que as explora e oprime? E isso se enfrenta ao tentar enraizar o movimento feminista, as ideias não flutuam, ficam nas nossas mentes e corações como certeza ou como dúvida ou como ameaça.

Por um lado, os setores fundamentalistas negam que haja tal necessidade, negam até haver exploração ou opressão das mulheres em geral, mas apenas das mulheres ‘erradas’, que não agiram como devem. Estes setores não têm qualquer abertura para debater sobre quem define o que pode uma mulher, qual o lugar das mulheres nesta definição. A subalternidade é naturalizada ou sacralizada, como parte de uma ordem sagrada superior e inquestionável. A subjetividade de muitas pessoas religiosas está sendo colonizada por estas crenças. E ao nosso redor também.

Mas, de outro lado, há a ideologia neoliberal, que de alguma forma queima a legitimidade do direito de livre organização quando se trata dos movimentos sociais

que contestam a falta de direitos iguais na sociedade, taxando-os de criminosos e foras da lei, até porque questionam esta ordem.

Outra ideia frequentemente propalada pela ideologia neoliberal é que toda organização política, em partidos, movimentos, sindicatos envolve burocracias violentas, autoritárias, que restringem as liberdades individuais. O próprio sistema político-eleitoral seria opressor, assim como o Estado. Parece-me, numa impressão pouco refletida, mas muito forte que trago comigo atualmente, que há setores das lutas sociais que pensam assim também. Estão nas lutas, mas não querem a vivência da política permanente e organizada, muitas vezes esses espaços são tomados como ‘ambientes tóxicos’ ou necessariamente hierárquicos e autoritários, duvidando da busca pela horizontalidade – que orienta muitas práticas políticas anarquistas e feministas desde o século XIX –, e sem compreender as contradições nos sujeitos políticos com parte da busca por transformações radicais, da sociedade ao indivíduo e do indivíduo à sociedade, passando por dentro das organizações que articulam as lutas.

Na população, com frequência este par de ideias, fundamentalistas e liberais sobre a política, termina por estimular a não-participação, e chega-se ao ponto de a gente se deparar com pessoas convencidas da irrelevância absoluta de se juntar para refletir, conhecer, lutar.

Estas duas ideias, a fundamentalista religiosa e as ideias liberais, que negam a política como atividade relevante para melhorar as formas de nossa espécie conviver e viver, estão na base das dificuldades que temos de transpor ao tentarmos enraizar o movimento feminista. Demonstrar a falsa religiosidade dos fundamentalistas e o tanto de articulação e organização política que os liberais fazem é uma das maneiras que tem sido encontrada para evidenciar os projetos de dominação que disputam nossas mentes e espaços organizativos nos territórios, nos sindicatos, na comunicação, nas famílias e nos grupos de amigos. Quem já tentou sabe o quanto é difícil.

Construir um tempo que ainda não existe na vida da maioria das mulheres é parte desta grandeza. Nas relações sociais, há uma estrutura fixa há muitos anos, que é o sistema de poder e a política do patriarcado. Em geral nós, as mulheres, estamos confinadas nesta estrutura ao poder dentro do espaço de convivência da família. Temos pouca oportunidade de ter o tempo para refletir juntas sobre a realidade comum que vivenciamos, porque somos alijadas dos espaços de poder públicos. Em geral somos ‘base’ e raramente direção de movimentos sociais, partidos e governos.

Daí somos mais mobilizadas para agir que para debater e construir interpretação das coisas. Estas, as coisas, já nos chegam prontas, analisadas, explicadas e já apontando o que nos cabe fazer. Quem de nós já não viveu essa sensação de chegar em um espaço e já estar tudo pronto? Por isso, refletir coletivamente sobre a realidade, construir interpretações e explicações de porque as coisas são ou estão como estão, exige criar um tempo que ainda não existe como parte de nosso cotidiano.

E aqui seremos como equilibristas, buscando equilibrar nossas obrigações, responsabilidades e interesses, para ter um tempo novo de convívio com as outras. Este é um desafio grande para o grupo, que terá de conhecer muito dos tempos cotidianos das mulheres para achar jeito desta construção ser feita.

Mas, de novo, o contexto é muito determinante das possibilidades. No Brasil, o contexto de abertura política foi muito favorável. Como é sempre favorável momentos após ciclos de contestação à ordem dominante e ciclos de lutas libertárias. Estes elementos de contexto são parte das condições favoráveis à auto-organização das mulheres e ao enraizamento do movimento feminista.

Certamente por isso a luta para destituir o poder instituído, ou repartir o poder instituído e instituir as mulheres como sujeito do exercício de poder seja uma marca do feminismo. Em muitos lugares e tempos diferentes, mulheres levaram estas pautas feministas quando se somaram nas revoluções, nas lutas de libertação anticoloniais,

nas lutas em defesa de soberania dos territórios.

Daí também porque a luta por democracia em casa e nas organizações políticas importa para impulsionar a organização das mulheres. Daí porque a ampliação do sentido de democracia, para muito além das estreitas margens da democracia eleitoral, é sempre necessária e destacada. Precisamos de democracia social e econômica para ter igualdade de condições de atuação política e nos auto-organizar melhor.

O lugar do desejo, a contribuição da coragem e a necessária determinação

Se da difusão do feminismo nasceu, nasce e renasce o desejo por agir no enraizamento do movimento feminista, enraizar movimento feminista é concretizar este desejo, mantendo-o vivo.

Fazer enraizamento do movimento é como abrir uma picada na mata, que é a trilha que a gente vai fazendo quando ainda não tem caminho aberto. Não é uma receita, como se diz, mas é sim uma metodologia se fazendo, cada caso sendo um caso, mas com pontos em comum que podem ser sistematizados, como tentei demonstrar.

Exige uma concepção do que é enraizar e processos necessários a serem feitos em quaisquer das situações, vimos alguns deles acima. Exige recriação e criação de abordagens e orientações político-pedagógicas sobre como trabalhar com mulheres, considerando as especificidades que lhes são próprias nas circunstâncias de seu tempo. E quando o caminho não está à nossa frente ou em um mapa que nos guie e livre de errar, o desejo, a coragem e a determinação são o que torna possível abrir a picada.

O lugar central do desejo está no grupo desejante – a sementinha. Se umas iguais às outras é que puxam a auto-organização, o momento determinante para iniciar o

enraizamento é quando militantes feministas se encontram e se percebem como um *grupo desejante*. Que é um grupo de três ou quatro, que desejam e topam se lançar na constituição – aqui e agora – do enraizamento do movimento feminista. Nenhum Grupo de Mulheres se auto-organiza sem ser mobilizado por parte do que virão a ser suas próprias integrantes, o *grupo desejante*.

O desejo pessoal e coletivo é a força poderosa de tomada de decisão e mobilização em direção a organizar um movimento feminista, um núcleo, para lutar contra o sistema que domina, explora, oprime. É pelo desejo de libertação, pela utopia da conquista de novo jeito de viver e do mundo existir que as mulheres se movem. A simples informação e o conhecimento do pensamento feminista não são suficientes para tanto, nem a consciência da dominação.

A coragem aparece no início, na primeira Roda de Conversa, na primeira ação coletiva de luta, na primeira fala numa roda, no primeiro microfone. E sempre existirão primeiras vezes.

“É preciso ter calma, mas também ter pressa”, me disse uma trabalhadora rural associando o tempo do roçado com o da ação política. Eu entendi calma para esperar, para construir juntas, mas pressa para avançar em um sentido que é possível, juntando com outras de outros lugares, sem apressar quem tá chegando, mas agindo. Isso requer coragem de se colocar, de falar, de articular, de trocar ideias, sabendo que ‘medo nós tem mas não usa’, como disse Margarida Alves. A coragem é agora, atravessando o medo.

Nem receosa, nem desarmada, porque perigo existe, mas seguimos com a certeza de que a preparação coletiva nos apronta para a ação e que pior do que agir com alguma margem de erro é não fazer o que se deseja fazer por medo. O medo nos paralisa. Cautela, sim, é a base da coragem.

Ao promover auto-organização de mulheres, num território ou dentro de uma organização mista, partido ou movimento, a coragem da militância fará toda a diferença, dará exemplo para as outras, fará resistência a quem for contra a proposta, e nas

conversas entre mulheres irá pescando aquelas que se identificam, aumentando o grupo. E juntas vão superando os obstáculos de trazer o feminismo para vida política da sua organização, ou de seu território.

A perseverança, não desistir diante das dificuldades, é atitude que ajudará o grupo a vencer a resistência de falar no assunto entre as próprias mulheres, sem o que não se vai adiante. Com perseverança, em pouco tempo, com sorte, o grupo desejante já deve estar diluído no Grupo de Mulheres e já tem seus momentos de autoformação para dar base de confiança coletiva para o enfrentamento dos debates por todas, entre todas e na comunidade, do território ou da organização e, mais importante, o enfrentamento dos debates e reflexões no campo do movimento feminista.

Sabendo que não somos bambambã, que não lacramos coisa alguma nem somos ‘maaaraaavilhosasssss’, mas desejamos agir a partir do ponto em que estamos, reunimos coragem para isso e vamos insistir e não desistir. Se a realidade nos mostrar bloqueios intransponíveis aqui, vamos renascer desejantes bem ali, com coragem e determinação. Contribuir com o enraizamento do movimento feminista é propósito de vida, ainda que seja possível somente por um tempo de nossas vidas individuais.

Em resumo, o enraizamento do movimento feminista implica articular várias práticas, saberes e tipos de atividades combinadas em processos complementares, tudo orientado para o objetivo de constituição de novas organizações autônomas e com poder de sujeito político do feminismo daquele tempo, lugar, situação. 🌸🌙







DIGNII

RETUS

LUTAMOS POR MUITOS

DIA
MULHERES
VIRÃO!

NOSSA LUTA
É
TODO DIA!

BIBLIOGRAFIA

ASTELARRA, Judith. Democracia e Feminismo. In: ASTELARRA, J., KIRKWOOD, J. E. ARDAYA, G. (org. Feminismo, Autoritarismo, Democracia. Rio de Janeiro: PUC-RJ/Núcleo de Estudos sobre a Mulher, 1988.

AUTORIA COLETIVA. Para onde vamos? Feminismo como movimento social. Recife: Edições SOS Corpo, 2020.

ÁVILA, Maria Betânia. Feminismo e sujeito político. In: SILVA, Carmen; ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica (org.). Mulher e Trabalho. Recife: Edições SOS Corpo, 2005.

ÁVILA, Maria Betânia. Feminismo, cidadania e transformação social. In: ÁVILA, Maria Betânia (org.). Textos e imagens do feminismo: mulheres construindo a igualdade. Recife: Edições SOS Corpo, 2001.

BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk. 2013.

BRANCO, Sophia. Os feminismos e a crise da esquerda: alianças e antagonismos no ciclo do campo democrático e popular. Série Sociologia. Recife: Editora UFPE, 2021.

BRINGEL, Breno. A busca de uma nova

agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais e o confronto político: diálogos com Sidney Tarrow (comentários ao artigo de Sidney Tarrow). Dossiê. In.: Política e Sociedade, v. 10, n . 18, abr. 2011, p. 51-73.

BRINGEL, Breno. Mudanças no ativismo contemporâneo: controvérsias, diálogos e tendências. In: FASE. A luta popular urbana por seus protagonistas: direito à cidade, direitos na cidade. Rio de Janeiro: FASE, 2018.

CAMURÇA, Silvia (org.). Mulheres Negras e Populares: experiências que se entrelaçam. Salvador/Recife: CESE/SOS Corpo, 2018, p. 94-99.

CAMURÇA, Silvia. ‘Nós mulheres’ e nossa experiência comum. Caderno de Crítica Feminista, ano I, n. 0. Recife: Edições SOS Corpo, dez. 2007, p. 13.

COLLIN, Françoise. Textualidade da libertação: liberdade de texto. In: Cadernos de Crítica Feminista, ano IV, n. 3, Recife: Edições SOS Corpo, 2010.

DOMINGUES, José Maurício. Criatividade social, subjetividade coletiva e a modernidade contemporânea. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 1999.

FREEMAN, Jo. A tirania das organizações sem estruturas. 1971. Disponível em: <http://www.jofreeman.com/joreen/tyranny.htm>. Acesso em: 19 ago. 2024.

GOUVEIA, Taciana Maria de Vasconcelos. Repensando alguns conceitos: sujeito, representação social e identidade coletiva. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1993.

LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. Lições curdas sobre a libertação das mulheres. Edição 205. São Paulo, agosto de 2024.

MATUS, Carlos. Política, planejamento e governo. 3. ed. Brasília: Ipea, 1997.

MELUCCI, Alberto. A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

FRIEDRICH EBERT STIFTUNG. Diálogos Feministas: nossos feminismos e a conjuntura política. 2022.2. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung/SOS Corpo, 2022.

OLIVEIRA, Guacira Cesar de. O desafio de transformar o mundo enquanto nos transformamos. Palestra em Diálogos Feministas. VII Fórum Social Mundial,

Nairóbi, Quênia, 2007.

ORTELLADO, Pablo. Um artigo inconcluso: Considerações sobre a política nos grupos autônomos, s/d, busca na internet.

PATEMAN, Carole. O contrato sexual. Rio de Janeiro: RJ, Paz e Terra, 1993

SILVA, Carmen. Experiências em Pedagogia Feminista. Recife: Edições SOS Corpo, 2010.

SILVA, Carmen. Feminismo Popular e Lutas Antissistêmicas. Recife: Edições, SOS Corpo, 2016.

SILVA, Carmen. Participação Social: dilemas da retomada. In: Crítica Feminista radicalizando a Democracia. Recife: Edições SOS Corpo, 2024.

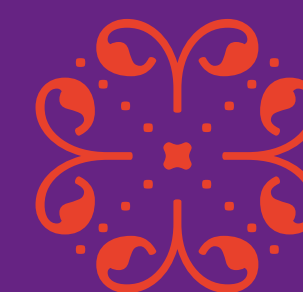
TARROW, Sidney. O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político. Tradução de Ana Maria Sallum. Petrópolis RJ: Vozes. 2009.

WALBY, Silvia. Theorizing patriarchy. Oxford Blackwell, 1990.

WEBER, Max. Economia e Sociedade. V. 1. Brasília: Ed. UnB, 2009.



Esta publicação foi impressa
em papel Offset 120g/m²,
nas fontes Glegoo e Arvo, pela
ProVisual Gráfica e Editora Ltda ME.



SOBRE AS AUTORAS



CARMEN SILVA é socióloga e educadora, integra o coletivo político profissional SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia e é militante do Fórum de Mulheres de Pernambuco / Articulação de Mulheres Brasileiras.



SILVIA CAMURÇA é educadora popular feminista com experiência em assessoria e fortalecimento institucional de organizações sociais, militante do Fórum de Mulheres de Pernambuco, organiza sua militância em lutas feministas nacionais na Articulação de Mulheres Brasileiras.

APOIO:

Brot
für die Welt

AK
FOUNDATION

OPEN SOCIETY
FOUNDATIONS

ISBN: 978-65-87864-18-1

CDL



9 786587 864181

